

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

**Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas Referentes ao Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2016 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
CPFL Energias Renováveis S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CPFL Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável do investimento e do ativo imobilizado – Controladora e Consolidado (Nota explicativa 11 e 12)

A Companhia possui saldo significativo de investimentos em suas controladas nas demonstrações financeiras individuais no montante de R\$ 7.054.960, e de ativo imobilizado nas demonstrações financeiras consolidadas no montante de R\$ 7.466.547. Independentemente da existência de indicadores (“triggers”) de perda por redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa (“UGCs”), a Companhia tem como prática anual, realizar testes de recuperabilidade desses ativos, utilizando-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em determinadas premissas. Devido ao grau de julgamento envolvido e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderia ter no valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Realizamos a avaliação do desenho e implementação dos controles internos relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia. Avaliamos a adequação da estimativa preparada pela Companhia, a determinação das Unidades Geradoras de Caixa – UGC e a metodologia utilizada para o teste de redução ao valor recuperável. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia para a realização do teste de recuperabilidade de seus ativos, tais como taxa de desconto, volume e preço de venda de energia, períodos de continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos. Comparamos a soma dos fluxos de caixa descontados com o valor registrado no ativo imobilizado e intangível da Companhia para determinação do valor em uso. Adicionalmente, consideramos também a adequação e a conformidade das divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas às premissas e julgamentos utilizados no teste do valor recuperável de seus ativos.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais

distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo 09 de março de 2017.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015			31/12/2016	31/12/2015		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	401.190	31.085	908.982	871.503	Fornecedores	14	18.964	14.045	75.762	61.494
Aplicações financeiras	6.1	-	-	85.029	23.190	Empréstimos e financiamentos	15	147.939	80.834	551.201	368.089
Títulos e valores mobiliários	6.2	-	-	449	443	Debêntures	16	102.802	66.061	338.780	485.952
Dividendos a receber	11	71.168	77.728	-	-	Empréstimos com controladas	10	1.099.611	573.079	-	-
Contas a receber de clientes	7	10.781	20.440	273.373	229.326	Dividendos a pagar		-	-	9.045	5.588
Adiantamentos a fornecedores		53	66	6.312	10.666	Contas a pagar de aquisições	17	9.492	29.935	9.492	29.935
Impostos a recuperar	8	4.296	6.285	70.499	75.461	Obrigações trabalhistas		7.471	6.492	7.471	6.492
Outros créditos		11.913	6.693	54.153	85.830	Obrigações tributárias		2.477	2.102	51.863	50.083
Total do ativo circulante		499.401	142.297	1.398.797	1.296.419	Adiantamentos de clientes	18	129	106	164.679	136.533
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais	20	241	235	12.112	14.578	Provisão para custos socioambientais	19	-	-	13.483	7.510
Aplicações financeiras vinculadas	6.3	-	-	476.737	373.386	Outros passivos		11.001	11.076	91.692	23.189
Outros créditos	9	-	-	66.004	79.520	Total do passivo circulante		1.399.886	783.730	1.313.468	1.174.865
Impostos diferidos	25.2	-	-	260	1.422	Fornecedores	14	-	-	633	633
Impostos a recuperar	8	-	-	9.205	5.618	Empréstimos e financiamentos	15	768.557	712.078	3.759.356	3.517.507
Empréstimos a receber	10	6.100	6.322	9.067	7.680	Debêntures	16	1.081.335	956.713	1.758.534	1.649.511
Investimentos	11	7.054.960	6.470.023	-	-	Adiantamentos de clientes	18	85	120	6.156	7.999
Imobilizado	12	20.025	16.553	7.466.547	6.888.333	Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos	19	-	-	61.828	53.378
Intangível	13	8.281	9.892	3.026.156	3.237.146	Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	20	1.014	2.525	34.889	50.326
Total do ativo não circulante		7.089.607	6.503.025	11.066.088	10.607.683	Impostos diferidos	25.2	13.518	13.518	1.089.294	1.142.591
						Provisão para perda de investimento					
						Outros passivos					
						Total do passivo não circulante					
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital integralizado					
						Adiantamento para futuro aumento de capital					
						Reserva de capital					
						Reservas de lucros					
						Ajuste de avaliação patrimonial					
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores					
						Participação de não controladores					
						Total do patrimônio líquido					
TOTAL DO ATIVO		7.589.008	6.645.322	12.464.885	11.904.102	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.589.008	6.645.322	12.464.885	11.904.102

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22	24.452	65.176	1.646.588	1.499.356
CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	23	(20.721)	(63.122)	(856.081)	(786.969)
LUCRO BRUTO		3.731	2.054	790.507	712.387
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	23	(132.335)	(82.806)	(184.480)	(85.571)
Remuneração dos administradores	10 e 23	(8.269)	(8.683)	(8.269)	(8.683)
Depreciação e amortização	12 e 23	(4.638)	(3.260)	(5.326)	(3.280)
Resultado de equivalência patrimonial	11	294.445	283.639	-	-
Amortização do direito de exploração	13 e 23	-	-	(152.471)	(157.308)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	-	(3)	(1)	3.227
Total		149.203	188.887	(350.547)	(251.615)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		152.934	190.941	439.960	460.772
Receitas financeiras	24	13.633	15.817	133.649	139.080
Despesas financeiras	24	(336.398)	(261.205)	(671.005)	(599.348)
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(169.831)	(54.447)	(97.396)	504
Imposto de renda e contribuição social - correntes	25	-	-	(105.006)	(85.232)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	25	17.930	-	58.696	36.011
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(151.901)	(54.447)	(143.706)	(48.717)
Atribuível aos acionistas controladores		(151.901)	(54.447)	(151.901)	(54.447)
Atribuível a participações de não controladores		-	-	8.195	5.730
PREJUÍZO POR AÇÃO					
Básico (R\$ por ação)	21.g	(0,30)	(0,11)	(0,30)	(0,11)
Diluído (R\$ por ação)	21.g	(0,36)	(0,18)	(0,36)	(0,18)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital integralizado	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital Ágio na subscrição de ações	Reservas de Lucros Pagamento baseado em ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Participação de não controladores	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	3.390.444	-	878.903	1.292	47.501	(87.643)	4.230.497	124.816	4.355.313
Realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(3.614)	3.614	-	-	-
Pagamento baseado em ações	-	-	-	13	-	-	13	-	13
Aumento de capital de minoritários realizado em 14 de Dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-	-	7	7
Dividendos distribuídos a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	(2.819)	(2.819)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(54.447)	(54.447)	5.730	(48.717)
Proposta da Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção do prejuízo acumulado	-	-	(138.476)	-	-	138.476	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	<u>3.390.444</u>	<u>-</u>	<u>740.427</u>	<u>1.305</u>	<u>43.887</u>	<u>-</u>	<u>4.176.063</u>	<u>127.734</u>	<u>4.303.797</u>
Aumento de capital de minoritários em 25 de julho de 2016	-	-	-	-	-	-	-	41	41
Aumento de capital realizado em 04 de agosto de 2016	426	-	-	-	-	-	426	-	426
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	300.000	-	-	-	-	300.000	-	300.000
Realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(3.612)	3.612	-	-	-
Dividendos distribuídos a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	(22.752)	(22.752)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(151.901)	(151.901)	8.195	(143.706)
Proposta da Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção do prejuízo acumulado	-	-	(148.289)	-	-	148.289	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	<u>3.390.870</u>	<u>300.000</u>	<u>592.138</u>	<u>1.305</u>	<u>40.275</u>	<u>-</u>	<u>4.324.588</u>	<u>113.218</u>	<u>4.437.806</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(151.901)	(54.447)	(143.706)	(48.717)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	<u>(151.901)</u>	<u>(54.447)</u>	<u>(143.706)</u>	<u>(48.717)</u>
Atribuível aos acionistas controladores	(151.901)	(54.447)	(151.901)	(54.447)
Atribuível a participações de não controladores	-	-	8.195	5.730

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
RECEITAS				
Vendas de energia	26.910	71.659	1.731.694	1.558.942
Outras receitas	35	147	15.408	35.423
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(55)	20	(336)
Receitas relativas à construção de ativos próprios	8.148	7.865	1.004.393	532.418
	<u>35.093</u>	<u>79.616</u>	<u>2.751.515</u>	<u>2.126.447</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUI ICMS E IPI)				
Custos de compra de energia e encargos de uso do sistema	(21.829)	(71.236)	(274.176)	(268.403)
Materiais	(4.263)	(3.468)	(753.649)	(340.759)
Serviços de terceiros	(25.544)	(28.974)	(337.608)	(313.634)
Outros custos operacionais	(51.068)	(10.478)	(105.561)	(370)
	<u>(67.611)</u>	<u>(34.540)</u>	<u>1.280.521</u>	<u>1.203.281</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO				
Depreciação e amortização	(4.638)	(3.260)	(553.169)	(540.578)
	<u>(72.249)</u>	<u>(37.800)</u>	<u>727.352</u>	<u>662.703</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO PELA COMPANHIA				
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	294.445	283.639	-	-
Receitas financeiras	14.288	15.817	175.138	151.305
	<u>236.484</u>	<u>261.656</u>	<u>902.490</u>	<u>814.008</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR				
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração direta	(31.921)	(30.066)	(53.852)	(45.745)
Benefícios	(13.034)	(5.123)	(13.060)	(10.181)
FGTS	(5.434)	(5.746)	(5.434)	(4.119)
Empregados	(50.389)	(40.935)	(72.346)	(60.045)
Federais	(9.487)	(10.392)	(188.615)	(139.679)
Estatuais	-	-	-	(2.767)
Tributos	(9.487)	(10.392)	(188.615)	(142.446)
Juros	(325.142)	(261.211)	(755.402)	(635.342)
Aluguéis/condomínios	(3.367)	(3.565)	(29.833)	(24.892)
Outras	-	-	-	-
Remuneração de capitais de terceiros	(328.509)	(264.776)	(785.235)	(660.234)
Prejuízo do exercício	(151.901)	(54.447)	(143.706)	(48.717)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
(Prejuízo) Lucro antes dos impostos	(169.831)	(54.447)	(97.396)	504
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	4.638	3.260	553.169	540.577
Baixa de ativo imobilizado	973	272	27.334	15.870
Provisão para baixa de ativo intangível	-	-	40.433	-
Baixa de ativo intangível	676	-	8.642	73
Provisão para baixa de investimento	40.433	-	-	-
Baixa de investimento	7.284	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	55	(20)	336
Equivalência patrimonial	(294.445)	(283.639)	-	-
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(1.038)	5.938	6.607	6.054
Ajuste a valor presente da provisão socioambientais e desmobilização de ativos	-	-	7.093	5.084
Provisão para programa de pagamentos baseados em ações	-	13	-	13
Valor reconhecido por recebimento de sinistro	-	-	-	(20.718)
Reconhecimento de valores a receber - Baldin Bioenergia S.A.	-	-	-	(3.229)
Reversão de provisão para baixa de investimento	-	-	-	(3.350)
Atualização monetária	9.842	11.028	82.649	55.456
Juros sobre empréstimos com pessoas ligadas	79.262	29.004	-	-
Juros sobre empréstimos de pessoas ligadas	(863)	(1.475)	-	-
Ajuste a valor presente - Baldin Bioenergia S.A.	-	-	(5.715)	(3.979)
Encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures	230.664	209.611	536.892	501.427
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	9.659	12.571	(44.027)	3.673
Depósitos judiciais	3	(19)	(88)	(6.401)
Outros créditos	(5.185)	3.148	36.923	(40.142)
Impostos a recuperar	1.989	347	1.375	5.212
Adiantamentos a fornecedores	13	(32)	4.354	(3.561)
Dividendos recebidos	238.434	198.502	-	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	4.919	(10.826)	6.793	(56.268)
Adiantamentos de clientes	(12)	226	26.303	46.392
Obrigações tributárias	375	(1.081)	(24.079)	(26.944)
Obrigações trabalhistas	979	546	979	546
Pagamento de custos socioambientais	-	-	(1.669)	(950)
Pagamento de contingências trabalhistas, tributários e cíveis	(651)	(6.969)	(1.640)	(7.265)
Outros passivos	(650)	3.006	67.929	(5.726)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	157.468	119.039	1.232.841	1.002.684
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(72.586)	(60.156)
Juros pagos	(216.377)	(214.582)	(497.667)	(573.470)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(58.909)	(95.543)	662.588	369.058
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aumento de capital em controladas	(641.616)	(320.704)	41	6
Redução de capital em controladas	89.488	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	(6)	(7)
Aplicações financeiras	-	-	(61.839)	(18.302)
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	(103.351)	(125.259)
Aquisição de imobilizado	(4.951)	(3.562)	(926.547)	(477.592)
Aquisição de intangível	(3.197)	(4.303)	(3.221)	(4.412)
Empréstimos a receber	1.085	3.337	(78)	76
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(559.191)	(325.232)	(1.095.001)	(625.490)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captação de financiamentos - líquido dos custos de captação	383.455	293.596	1.057.013	1.035.491
Pagamento de financiamentos	(121.712)	(261.704)	(847.018)	(673.027)
Pagamento de contas a pagar de aquisições	(21.234)	(60.427)	(21.234)	(61.708)
Aumento de capital líquido de gastos na emissão de ações	426	-	426	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	300.000	-	300.000	-
Dívidas com pessoas ligadas	499.853	199.870	-	-
Pagamento de dívidas com pessoas ligadas	(52.583)	-	-	-
Dividendos pagos	-	-	(19.295)	(1.232)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	988.205	171.335	469.892	299.524
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO (A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	370.105	(249.440)	37.479	43.092
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	31.085	280.525	871.503	828.411
No fim do exercício	401.190	31.085	908.982	871.503
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	370.105	(249.440)	37.479	43.092

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Doutor Cardoso de Melo, n°. 1.184, no município de São Paulo - SP, constituída com o objetivo principal de atuar como holding e tem como principais atividades, conforme determinado em seu objeto social:

- a) Investimento no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis.
- b) Identificação e desenvolvimento de potenciais de geração de energia e exploração dos referidos potenciais.
- c) Comercialização de energia elétrica, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras individuais o capital circulante líquido negativo no montante de R\$900.485, decorrente principalmente dos mútuos firmados com suas controladas em dezembro de 2015 e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Tais valores serão liquidados com o saldo de dividendos a receber e antecipação de dividendos de 2017 a serem deliberadas pelas controladas.

A maior parte das controladas diretas e indiretas foram constituídas ou adquiridas com o propósito específico de implantar e explorar o potencial de pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”), usinas termelétricas movidas à biomassa, parques eólicos e projeto de geração de energia solar, conforme descrito nas notas explicativas nº 1.1 a nº 1.4.

1.1. Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía as seguintes concessões e autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico:

<u>PCHs</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)</u>
Alto Irani	1	Res.587	29/10/2002	30 anos	21,0
Americana	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	30,0
Andorinhas	1	Des.1990	30/11/2005	Indeterminado **	0,5
Arvoredo	1	Res.606	05/11/2002	30 anos	13,0
Barra da Paciência	1	Res.348	17/12/1999	30 anos	23,0
Buritís	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos***	0,8
Capão Preto	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos***	4,3
Chibarro	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos***	2,6
Cocais Grande	1	Res.349	22/12/1999	30 anos	10,0
Corrente Grande	1	Res.17	14/01/2000	30 anos	14,0
Diamante	1	Portaria 475	13/11/1997	30 anos***	4,2
Dourados	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	10,8
Eloy Chaves	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	18,8
Esmeril	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	5,0
Figueiropolis	1	Res.198	04/05/2004	30 anos	19,4
Gavião Peixoto	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos***	4,8
Guaporé	1	Res.1987	30/11/2005	Indeterminado **	0,7
Jaguari	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	11,8
Lençóis	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos***	1,7
Ludesa	1	Res.705	17/12/2002	30 anos	30,0
Mata Velha	1	Res.262	16/05/2002	30 anos	24,0
Monjolinho	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos***	0,6
Ninho da Água	1	Res.370	29/12/1999	30 anos	10,0
Novo Horizonte	1	Res. 652	26/11/2002	30 anos	23,0
Paíol	1	Res.406	06/08/2002	30 anos	20,0
Pinhal	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	6,8
Pirapó	1	Des.1989	30/11/2005	Indeterminado **	0,8
Plano Alto	1	Res.607	07/11/2002	30 anos	16,0
Saltinho	1	Desp.1988	30/11/2005	Indeterminado **	0,8
Salto Góes	1	Res.2510	10/08/2010	30 anos	20,0
Salto Grande	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos***	4,6
Santa Luzia	1	Portaria 352	20/12/2007	35 anos	28,5
Santana	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos***	4,3
São Gonçalo	1	Res.13	13/01/2000	30 anos	11,0
São Joaquim	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	8,1
Socorro	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos***	1,0
Três Saltos	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos***	0,6
Varginha	1	Res.355	22/12/1999	30 anos	9,0
Várzea Alegre	1	Res.367	29/12/1999	30 anos	7,5
Subtotal					423,0
Boa Vista II	2	Portaria 502	06/11/2015	35 anos	26,5
Aiuuoca	3	Res.357	22/12/1999	30 anos	18,0
Cachoeira Grande	3	Res.540	14/10/2003	30 anos	16,0
Cherobim	3	Em andamento *	-	-	25,5
Penedo	3	Em andamento *	-	-	17,0
Santa Cruz	3	Res.718	17/12/2002	30 anos	12,5
Santa Luzia Alto	3	Despacho nº934	19/04/2016	35 anos	0,75
Tombo	3	Em andamento *	-	-	16,0
Subtotal					105,8
Total					555,3

* Resolução autorizativa em processo de obtenção.

** Potenciais hidráulicos iguais, ou inferiores a 5,0 MW estão dispensados de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas serem registrados junto à ANEEL.

*** Ao término do contrato de concessão o registro vigorará por prazo indeterminado

- (1) - Operação
- (2) - Construção
- (3) - Preparação

Os prazos das autorizações e concessões são contados a partir da data da assinatura dos respectivos contratos.

1.2. Projetos de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial eólico:

<u>Projetos Eólicos</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)</u>
Atlântica I	1	Portaria 134	25/02/2011	35 anos	30,0
Atlântica II	1	Portaria 148	03/03/2011	35 anos	30,0
Atlântica IV	1	Portaria 147	03/03/2011	35 anos	30,0
Atlântica V	1	Portaria 168	21/03/2011	35 anos	30,0
Bons Ventos	1	Resolução 093	07/03/2003	30 anos	50,0
Campos dos Ventos I	1	Resolução 3967	26/03/2013	30 anos	25,2
Campos dos Ventos II	1	Portaria 257	18/04/2011	35 anos	30,0
Campos dos Ventos III	1	Resolução 3968	26/03/2013	30 anos	25,2
Campos dos Ventos V	1	Resolução 3969	27/03/2013	30 anos	25,2
Canoa Quebrada	1	Resolução 680	10/12/2002	30 anos	57,0
Canoa Quebrada (Rosa dos Ventos)	1	REA 329	18/06/2002	30 anos	10,5
Costa Branca	1	Portaria 585	11/10/2011	35 anos	20,7
Enacel	1	Resolução 625	12/11/2002	30 anos	31,5
Eurus I	1	PRT 264	19/04/2011	35 anos	30,0
Eurus III	1	PRT 266	27/04/2011	35 anos	30,0
Eurus VI	1	Portaria 749	24/08/2010	35 anos	8,0
Foz do Rio Choró	1	Resolução 306	04/06/2002	30 anos	25,2
Icaraízinho	1	Resolução 454	27/08/2002	30 anos	54,6
Juremas	1	Portaria 556	27/09/2011	35 anos	16,1
Lagoa do Mato	1	REA 340	25/06/2002	30 anos	3,2
Macacos	1	Portaria 557	27/09/2011	35 anos	20,7
Morro dos Ventos I	1	PRT 664	27/07/2010	35 anos	28,8
Morro dos Ventos II	1	PRT 373	12/06/2012	35 anos	29,1
Morro dos Ventos III	1	PRT 685	04/08/2010	35 anos	28,8
Morro dos Ventos IV	1	PRT 686	04/08/2010	35 anos	28,8
Morro dos Ventos IX	1	PRT 665	27/07/2010	35 anos	30,0
Morro dos Ventos VI	1	PRT 663	27/07/2010	35 anos	28,8
Paracuru	1	Resolução 460	27/08/2002	30 anos	25,2
Pedra Preta	1	Portaria 564	11/10/2011	35 anos	20,7
Praia Formosa	1	Resolução 307	04/06/2002	30 anos	105,0
Santa Clara I	1	Portaria 609	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara II	1	Portaria 683	04/08/2010	35 anos	30,0
Santa Clara III	1	Portaria 610	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara IV	1	Portaria 672	29/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara V	1	Portaria 838	08/10/2010	35 anos	30,0
Santa Clara VI	1	Portaria 670	29/07/2010	35 anos	30,0
São Domingos	1	REA 5074	03/03/2015	30 anos	25,2
Taíba Albatroz	1	Resolução 778	23/12/2002	30 anos	16,5
Ventos de São Benedito	1	REA 4563	25/02/2014	30 anos	29,4
Santa Mônica	1	REA 4592	18/03/2014	30 anos	29,4
Santa Úrsula	1	REA 4591	18/03/2014	30 anos	27,3
Ventos de Santo Dimas	1	REA 4562	25/02/2014	30 anos	29,4
Ventos de São Martinho	1	REA 4572	11/03/2014	30 anos	14,7
Subtotal					1.260,2
Pedra Cheirosa	2	REA 387/2014	04/08/2014	35 anos	26,0
Pedra Cheirosa II	2	REA 359/2014	23/07/2014	35 anos	24,0
Subtotal					50,0
Baixa Verde	3	Em andamento *	-	-	13,8
Cajueiro	3	Em andamento *	-	-	29,9
Costa das Dunas	3	Em andamento *	-	-	29,9
Curral Velho I	3	Em andamento *	-	-	26,0
Curral Velho II	3	Em andamento *	-	-	28,0
Curral Velho IV	3	Em andamento *	-	-	30,0
Farol de Touros	3	Em andamento *	-	-	23,0
Figueira Branca	3	Em andamento *	-	-	13,8
Iraúna I	3	Em andamento *	-	-	19,4
Iraúna II	3	Em andamento *	-	-	25,9
Iraúna IX	3	Em andamento *	-	-	25,9
Iraúna X	3	Em andamento *	-	-	29,2
Iraúna XI	3	Em andamento *	-	-	24,3
Iraúna XII	3	Em andamento *	-	-	21,1
Iraúna XIII	3	Em andamento *	-	-	19,4
Iraúna XIV	3	Em andamento *	-	-	29,2
Iraúna XV	3	Em andamento *	-	-	29,2
Iraúna XVI	3	Em andamento *	-	-	19,4
Iraúna XVII	3	Em andamento *	-	-	22,7
Pontal das Falésias I	3	Em andamento *	-	-	7,2
Pontal das Falésias II	3	Em andamento *	-	-	9,0
Pontal das Falésias III	3	Em andamento *	-	-	9,0
Pontal das Falésias IV	3	Em andamento *	-	-	12,6
Praia da Atalaia	3	Em andamento *	-	-	151,2
Ventos de Gameleira	3	Em andamento *	-	-	18,4
Subtotal					667,5
Total					1.977,7

* Resolução autorizativa em processo de obtenção.

(1) - Operação

(2) - Construção

(3) - Preparação

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da assinatura das autorizações.

1.3. Projetos de geração à biomassa

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração de energia movida a biomassa:

<u>Projeto Biomassa</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	Capacidade de energia instalada (MW)
Alvorada	1	Res.3714	29/10/2012	30 anos	50,0
Baía Formosa	1	Res.259	14/05/2002	30 anos	40,0
Baldin	1	Res.2106	22/09/2009	30 anos	45,0
Bio Ester	1	Res.117	20/05/1999	30 anos	40,0
Buriti	1	Res.2643	07/12/2010	30 anos	50,0
Coopcana	1	Res.3328	07/02/2012	30 anos	50,0
Ipê	1	Res.2375	27/04/2010	30 anos	25,0
Pedra	1	Prt.129	24/02/2011	35 anos	70,0
Total					370,0

(1) - Operação

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da assinatura das autorizações.

1.4. Projetos de geração de energia solar

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração do potencial solar:

<u>Projeto Solar</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	Capacidade de energia instalada (MW)
Solar 1	1	Of.ANEEL n°961/2012	29/10/2012	Indeterminado*	1,1
Total					1,1

*Usina com capacidade reduzida, dispensada de outorga, devendo apenas ser registrado na ANEEL.

(1) - Operação

1.5. Sazonalidade

A receita operacional e os custos de geração das PCHs, dos parques eólicos e das usinas termelétricas movidas a biomassa sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

- A menor velocidade média dos ventos faz com que os parques eólicos apresentem menores volumes de geração no 1º semestre;

- A safra da cana de açúcar na região Sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro. Já a safra da região Nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior;
- Dado que o reconhecimento das receitas das usinas eólicas e de algumas usinas de biomassa seguem a geração efetiva dessas usinas, observa-se que, de forma geral, o primeiro semestre do ano seja um período com menores receitas do que o segundo para esses ativos.
- O período de chuvas favorece a geração das PCHs das regiões Sudeste e Centro-Oeste no 1º e 4º trimestres, enquanto no Sul, o período de chuvas favorece a geração no 2º e 3º trimestres;

Além disto, os efeitos na contabilização das receitas das PCHs são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada, a qual é registrada na CCEE. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física, é valorada por uma tarifa denominada “Tarifa de Energia de Otimização” - TEO, que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será mensalmente contabilizada para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, este efeito é definido como GSF (“Generation Scaling Factor” – vide nota explicativa nº 31). Em 31 de dezembro de 2016, quatro usinas da Companhia não faziam parte do MRE: Socorro, Três Saltos, Dourados e Guaporé.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 22 de fevereiro de 2017.

a) Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – Internacional Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos adquiridos em combinação de negócios e ainda por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que apresentam risco de resultar ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Impostos a recuperar (nota explicativa nº 8);
- Imobilizado (nota explicativa nº 12);
- Intangível (nota explicativa nº 13);
- Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos (nota explicativa nº 19);
- Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis (nota explicativa nº 20);
- Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 25.2);
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 26).

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e) Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de geração e comercialização de energia elétrica gerada e comprada por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia, uma vez que a natureza dos serviços e processos de produção, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos, como o ambiente regulatório, são os mesmos para os diversos tipos de usinas (biomassa, solar, eólica e pequenas centrais hidrelétricas). Adicionalmente, não existe controle separado para nenhuma usina. É desta forma que a Administração e o Conselho de Administração da Companhia avaliam a performance das usinas e alocam os recursos necessários.

f) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

3. BASE DE CONSOLIDAÇÃO E INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

As demonstrações financeiras incluem as demonstrações da CPFL Renováveis e suas controladas abaixo relacionadas:

Empresas	Forma de Consolidação	Participação - %		Empresas	Forma de Consolidação	Participação - %	
		Direta	Indireta			Direta	Indireta
Aiuruoca	Integral	-	100%	Mohini	Integral	-	100%
Alto Irani	Integral	100%	-	Morro do Vento	Integral	-	100%
Arvoredo	Integral	-	100%	Morro dos Ventos I	Integral	-	100%
Atlântica I	Integral	100%	-	Morro dos Ventos II	Integral	-	100%
Atlântica II	Integral	100%	-	Morro dos Ventos III	Integral	-	100%
Atlântica IV	Integral	100%	-	Morro dos Ventos IV	Integral	-	100%
Atlântica V	Integral	100%	-	Morro dos Ventos IX	Integral	-	100%
Baixa Verde	Integral	95%	-	Morro dos Ventos VI	Integral	-	100%
Barra da Paciência	Integral	-	100%	Navegantes	Integral	95%	-
Bio Alvorada	Integral	100%	-	Ninho da Águia	Integral	-	100%
Bio Buri	Integral	100%	-	Novo Horizonte	Integral	-	100%
Bio Coopcana	Integral	100%	-	Paol	Integral	-	100%
Bio Ester	Integral	100%	-	PCH Holding	Integral	100%	-
Bio Formosa	Integral	100%	-	PCH Holding 2	Integral	100%	-
Bio Ipê	Integral	100%	-	PCH Participações	Integral	41%	59%
Bio Pedra	Integral	100%	-	Pedra Cheirosa I	Integral	100%	-
Bioenergia	Integral	100%	-	Pedra Cheirosa II	Integral	100%	-
Boa Vista 2	Integral	100%	-	Pedra Preta	Integral	-	95%
Bonanza	Integral	-	100%	Penedo	Integral	100%	-
Bons Ventos	Integral	-	100%	Plano Alto	Integral	100%	-
BVP	Integral	-	100%	Renascer	Integral	-	100%
Cachoeira Grande	Integral	100%	-	Rio Claro	Integral	-	94%
Cajueiro	Integral	95%	-	Rosa dos Ventos	Integral	100%	-
Campos dos Ventos I	Integral	-	100%	Salto Góes	Integral	100%	-
Campos dos Ventos II	Integral	-	100%	Santa Clara I	Integral	100%	-
Campos dos Ventos III	Integral	-	100%	Santa Clara II	Integral	100%	-
Campos dos Ventos IV	Integral	100%	-	Santa Clara III	Integral	100%	-
Campos dos Ventos V	Integral	-	100%	Santa Clara IV	Integral	100%	-
Cherobim	Integral	-	89%	Santa Clara V	Integral	100%	-
Chimay	Integral	-	100%	Santa Clara VI	Integral	100%	-
Cocais Grande	Integral	-	100%	Santa Cruz	Integral	100%	-
Corrente Grande	Integral	-	100%	Santa Luzia	Integral	-	100%
Costa Branca	Integral	-	95%	Santa Mônica	Integral	-	100%
Costa das Dunas	Integral	90%	-	Santa Ursula	Integral	-	100%
DESA Comercializadora	Integral	-	100%	São Benedito	Integral	-	100%
DESA Eólicas	Integral	-	100%	São Domingos	Integral	-	100%
DESA PCH 1 Holding	Integral	-	100%	São Gonçalo	Integral	-	100%
Distância	Integral	-	100%	SIIF Cinco	Integral	-	100%
Dobrevê Energia	Integral	100%	-	SIIF Desenvolvimento	Integral	14%	86%
Eólica Formosa	Integral	-	100%	SIIF Energies	Integral	100%	-
Eólica Holding	Integral	100%	-	Solar 1	Integral	100%	-
Eólica Icaraizinho	Integral	-	100%	Sul Centrais Elétricas	Integral	-	100%
Eólica Paracuru	Integral	-	100%	T-15	Integral	100%	-
DESA Eurus I	Integral	-	100%	Tombo	Integral	100%	-
DESA Eurus III	Integral	-	100%	Turbina 16	Integral	100%	-
Eurus V	Integral	100%	-	Turbina 17	Integral	100%	-
Eurus VI	Integral	100%	-	Varginha	Integral	-	100%
Farol de Touros	Integral	90%	-	Varginha - DESA	Integral	-	94%
Figueira Branca	Integral	100%	-	Varzea Alegre	Integral	-	100%
Figueirópolis	Integral	-	100%	Ventos de Santo Dimas	Integral	-	100%
Gameleira	Integral	100%	-	Ventos de São Martinho	Integral	-	100%
Jayaditya	Integral	-	100%	WF Wind Holding V	Integral	-	100%
Juremas	Integral	-	95%	WF Wind Holding VII	Integral	-	100%
Laranjinha	Integral	-	100%	WF Wind Holding VIII	Integral	-	100%
Ludesa	Integral	-	60%	WF Wind Holding X	Integral	-	100%
Macacos	Integral	-	95%	WF Wind Holding XI	Integral	-	100%
Mata Velha	Integral	-	100%	WF1 Holding	Integral	-	100%

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas.
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.
- d) Os valores das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido consolidado são de R\$113.218 em 31 de dezembro de 2016 (R\$127.734 em 31 de dezembro de 2015).

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

4.1 Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas as combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

As participações dos acionistas não controladores, que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia no caso de liquidação, são mensuradas com base no valor justo das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

4.2 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

São reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

- a) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em

seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

- b) Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após o reconhecimento inicial, avaliados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros

São reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes passivos financeiros:

- a) Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação, em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 26.1.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

4.3 Benefícios a empregados

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

- Plano de pagamento baseado em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados e outros provedores de serviços similares é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com

base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta que registrou o benefício aos empregados.

- Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

- Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do exercício.

4.4. Arrendamentos

No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente.

Os arrendamentos, nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos/recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas/receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos, nos quais se contemplem não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendatárias, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento, em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendadora, o investimento é inicialmente reconhecido pelos custos incorridos na construção/aquisição do bem.

Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas no resultado do exercício

durante o período do arrendamento, de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento/passivo existente.

A Companhia e suas controladas participam de transações de arrendamento operacionais relacionados ao uso de terrenos dos parques eólicos.

4.5. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 3% a 18%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador. Os ativos estão sendo depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da concessão/autorização, quando, então, são depreciados por este prazo.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais.

4.6. Provisões para custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial das PCHs ou das eólicas, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros das controladas durante a fase de construção e operação das usinas em operação.

4.7. Provisões para desmobilização de ativos

Considerando que determinadas controladas, parques eólicos com contratos de arrendamento do terreno, assumiram obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato. A provisão foi

inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

4.8. Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, direito de exploração de concessões, software e servidão.

- **Ágio – Direito de Exploração de concessões**

Nas demonstrações financeiras individuais, o direito de exploração de autorização, e respectivos impostos, são incluídos no valor contábil dos investimentos e são apresentados como intangível e impostos diferidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios é amortizado com base no prazo remanescente de autorização.

A Administração da Companhia não espera que o valor alocado como direito de exploração dessas aquisições seja dedutível para fins fiscais na data da aquisição e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre os valores alocados e as bases fiscais destes ativos.

- **Outros ativos intangíveis**

São ativos adquiridos pela Companhia, com vidas úteis finitas, mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

4.9. Redução ao valor recuperável (“impairment”)

- **Ativos financeiros**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente materiais são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

- a) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão parcial ou total da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.
 - b) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.
- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma controlada, por não ser reconhecido individualmente, é testado em conjunto com o valor total do investimento, como se fosse um ativo único.

O ativo imobilizado é submetido ao teste de “impairment” anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

4.10 Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

4.11. Reconhecimento de receita

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Controladora e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a controladora e suas controladas, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

4.12. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido, na combinação de negócios, ou na conta de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido reconhecidos líquidos desses efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas empresas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas empresas consolidadas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

4.13. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício, considerando os efeitos dilutivos e de instrumentos conversíveis em ações (vide nota explicativa nº 21(g)).

4.14. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se ao projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 - Receitas com Clientes	Refere-se à convergência do IASB (“ <i>International Accounting Standards Board</i> ”), sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16 - Arrendamentos	Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.
Modificações à IAS 7 / CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Iniciativa de Divulgação.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

A Administração da Companhia iniciou uma avaliação preliminar e entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante				
Saldos de caixa e bancos	660	149	81.302	58.723
Aplicações financeiras:				
Certificado de depósitos bancários (a)	-	-	647	820
Fundos de investimento (b)	400.530	30.936	768.417	378.267
Operações compromissadas em debêntures (a)	-	-	58.616	433.693
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>401.190</u>	<u>31.085</u>	<u>908.982</u>	<u>871.503</u>

- (a) Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures compromissadas, e são remunerados a taxas médias equivalentes a 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, na data do balanço.
- (b) Representam valores aplicados no Fundo Exclusivo da CPFL Renováveis, o qual foi constituído em setembro de 2012 e tem como característica aplicações pós-fixadas lastreadas no CDI, substancialmente em CDBs, letras financeiras, títulos públicos federais, debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte e fundos de investimentos de baixo risco e alta liquidez. A taxa de remuneração deste fundo é 101,45% do CDI na data do balanço.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis (nota explicativa nº 26.1) e estão registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

6.1. Aplicações financeiras

Controlada	Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
						31/12/2016	31/12/2015
Bons Ventos	BNB	Fundo aberto	indeterminado	diversos	80,34%	85.029	23.190
						<u>85.029</u>	<u>23.190</u>

Representam o valor aplicado no Fundo Aberto BNB FI Curto Prazo. O fundo tem como característica aplicações em títulos federais e/ou operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Este fundo é remunerado a taxa equivalente a 80,34% do CDI, na data do balanço.

6.2. Títulos e valores mobiliários

Controlada	Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
						31/12/2016	31/12/2015
SIIF Energies	BNB	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	334	328
Bons Ventos	Sulamérica	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	10	10
Bons Ventos	Itaú	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	105	105
						<u>449</u>	<u>443</u>

Referem-se a títulos de capitalização com prazo de vencimento superior a 90 dias, de alta liquidez, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

6.3. Aplicações financeiras vinculadas

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
					31/12/2016	31/12/2015
Banco do Brasil	Fundo aberto	Indefinido	Diversos	91,64%	5.471	7.729
Banco do Brasil	CDB	Diversos	DI	94,00%	-	2.798
BNB	LFTs	Indefinido	Diversos	99,00%	43.604	45.044
BNB	Fundo aberto e CDB	Indefinido	Diversos	98,34%	54.763	43.915
BNB	CDB	Ago/28	DI	99,00%	-	4.341
Bradesco	(FIC) Federal	Indefinido	Diversos	98,94%	38.914	38.169
Citibank	Fundo Citi Cash Blue	Indefinido	Diversos	95,83%	6.610	-
Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	98,44%	325.164	225.034
Itaú	CDB/Op. Compromissada	Diversos	DI	87,00%	2.211	2.557
Santander	Fundo Títulos Públicos	Indefinido	Diversos	97,61%	-	3.799
					<u>476.737</u>	<u>373.386</u>

Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2016, as garantias estavam 100% integralizadas, com exceção das contas referentes aos Complexos Campo dos Ventos e São Benedito, que possuíam somente 28% das garantias integralizadas, mas com prazo limite para constituição total até 15 de julho de 2017.

Os instrumentos financeiros relativos a essas contas de reservas são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são designados como empréstimos, financiamentos e recebíveis mensurados pelo custo amortizado.

Os saldos das contas de reservas destinados as garantias dos empréstimos e financiamentos são apresentados por instituição financeira no quadro abaixo:

Instituição Financeira	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
BNDES	372.899	269.559
BNB	90.132	84.684
NIB	8.235	8.616
Banco do Brasil	5.471	10.527
Total	<u>476.737</u>	<u>373.386</u>

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Concessionárias e permissionárias	10.476	20.215	254.757	223.066
Operações realizadas na CCEE	305	225	18.623	6.287
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(7)	(27)
Total	10.781	20.440	273.373	229.326

Composição do contas a receber sem considerar o saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CCEAR*	-	-	43.728	35.082
CER**	-	-	65.544	25.944
Mercado Livre	10.781	20.440	65.742	53.709
PROINFA	-	-	98.366	114.618
Total	10.781	20.440	273.380	229.353

* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

** Contrato de Energia de Reserva

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo consolidado era composto pelos seguintes valores: R\$98.366 (36%) pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS (PROINFA); R\$82.227 (30%) pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE; R\$37.730 (14%) pelo Grupo CPFL (acionista controlador); e R\$55.057 (20%) outros agentes.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 45 dias da data do faturamento.

Composição por vencimento do contas a receber em 31 de dezembro de 2016:

	Controladora	Consolidado
Vencidos		
Até 90 dias	-	55
De 91 a 180 dias	-	3
De 181 a 360 dias	-	7
Mais de 360 dias	-	-
	-	65
A vencer		
Até 60 dias	10.781	221.531
Mais de 60 dias	-	51.784
	10.781	273.315
Total	10.781	273.380
PCLD	-	(7)
Total	10.781	273.373

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Impostos de renda e contribuição social a compensar - IRPJ e CSLL	-	-	39.653	37.275
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	2.612	3.351	23.902	25.630
Programa de integração social - PIS	338	537	1.516	2.972
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.319	2.371	6.827	13.589
Outros	27	26	7.806	1.613
	<u>4.296</u>	<u>6.285</u>	<u>79.704</u>	<u>81.079</u>
Ativo circulante	4.296	6.285	70.499	75.461
Ativo não circulante	-	-	9.205	5.618
Total	<u>4.296</u>	<u>6.285</u>	<u>79.704</u>	<u>81.079</u>

O saldo da rubrica de “IRPJ” e “CSLL” refere-se a antecipações ocorridas no ano, créditos tributários gerados por pagamentos efetuados a maior e saldo negativo de exercícios anteriores.

O saldo da rubrica de “IRRF” refere-se a retenções sobre aplicações financeiras que não depende de decisões judiciais ou administrativas para que seja utilizado. Conforme expectativa da administração será compensado com o pagamento do imposto devido.

Os saldos das rubricas de “PIS” e “COFINS” referem-se, basicamente, a créditos retidos na fonte por órgãos públicos sobre a venda de energia.

9. OUTROS CRÉDITOS NÃO CIRCULANTES

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Créditos a receber - consórcios (a.i)	47.454	47.474
Provisão para perda Baldin Bioenergia S.A. (a.i)	(13.838)	(13.838)
Ajuste a valor presente Baldin Bioenergia S.A. (a.i)	(23.774)	(23.774)
Contratos de pré-compra de energia (a.ii)	27.302	29.393
Ativos por indenização (b)	-	13.950
Despesas pagas antecipadamente (c)	11.060	7.891
Créditos a receber - consórcios (d)	6.464	6.464
Despesas antecipadas - repactuação ANEEL (e)	5.073	6.853
Outros créditos a receber	6.263	5.107
Total	<u>66.004</u>	<u>79.520</u>

a) Baldin Bioenergia S.A.

Em 2008, a Companhia constituiu a SPE denominada CPFL Bioenergia S.A. com o objetivo de formar um consórcio para construir, operar e manter uma usina termelétrica movida a biomassa (bagaço de cana), com capacidade de geração de 45 MW. Esse consórcio foi

firmado em conjunto com o Grupo Baldin, através da controlada Baldin Bioenergia S.A. (parte não relacionada), pelo prazo de 17 anos.

De acordo com os instrumentos jurídicos integrantes dessa transação, destacamos os seguintes: (i) a CPFL Bioenergia foi a responsável primária pelo financiamento da construção do empreendimento e em contrapartida a Baldin Bioenergia deveria reembolsar o valor correspondente a sua participação no consórcio (50%); e (ii) a CPFL Bioenergia realizou pré-pagamento à Baldin Bioenergia referente à entrega futura de energia a ser gerada pelo empreendimento (parcela do Grupo Baldin), pelo prazo de 15 anos da data de entrada em operação.

A Administração da Baldin Bioenergia S.A. protocolou, em 25 de junho de 2012, pedido de recuperação judicial. Até 31 de dezembro de 2016, o processo de recuperação judicial ainda não havia sido encerrado.

Em 31 de dezembro de 2016, a exposição total da Companhia relacionada às operações da Baldin Bioenergia S.A. compreende:

- (i) O montante de R\$9.842 (R\$9.862 em 31 de dezembro de 2015) é composto da seguinte forma:
 - (1) R\$46.454 (R\$46.474 em 31 de dezembro de 2015) de valor de principal, referente ao direito da controlada CPFL Bioenergia S.A. receber da Baldin Bioenergia S.A. os investimentos realizados para a construção da usina termelétrica de cogeração movida à queima de biomassa como combustível (50% do investimento inicial).
 - (2) R\$1.000 de créditos a receber. A Companhia por meio de sua controlada Bioenergia adquiriu em 6 de novembro de 2014, Cessão de Créditos Sem Coobrigação, Direitos e Obrigações e Outras Avenças do Itaú Unibanco S.A., um dos credores do plano de recuperação judicial. O valor de crédito cedido foi de R\$26.100, que descontado a valor presente resultou no montante desembolsado de R\$1.000.
 - (3) (R\$13.838) de provisão para perdas no saldo a receber. A Administração da Companhia, com base nas informações disponíveis sobre a situação financeira e operacional da Baldin Bioenergia S.A., mantém provisão para cobrir potenciais perdas no saldo a receber da Baldin Bioenergia S.A. em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a qual julga suficiente para cobrir riscos na realização desse saldo.
 - (4) (R\$23.774) de ajuste a valor presente. Em decorrência da aprovação do novo plano de recuperação judicial e da expectativa de recebimento, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou ajuste a valor presente dos créditos a receber, líquidos da provisão para perdas.
- (ii) O montante de R\$27.302 (R\$29.393 em 31 de dezembro de 2015), refere-se ao contrato de pré-compra de energia, para o qual não foi registrada provisão para perda, tendo em vista que a usina termelétrica de cogeração está operando normalmente. A realização desse saldo ocorre através do fornecimento mensal de bagaço de cana pelo Grupo Baldin, utilizado para geração de energia, que é entregue à CPFL Bioenergia.

b) O montante de R\$13.950, referia-se à indenização decorrente da avaliação a valor justo de passivos contingentes identificados na combinação de negócios, conforme condições determinadas no contrato de compra e venda da Jantus. A Companhia tinha garantia de reembolso por parte dos vendedores da Jantus sobre determinadas contingências, caso estas fossem materializadas dentro do período contratual. Esses valores tinham como contrapartida provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis (nota explicativa nº 20). Em dezembro de 2016 houve a baixa desse montante mediante a prescrição das condições contratuais.

c) Despesas pagas antecipadamente

O montante de R\$11.060, refere-se:

(i) R\$8.277 (R\$6.503 em 31 de dezembro de 2015) referente a parcela de longo prazo de pagamentos antecipados de encargos feitos à Eletrobrás das controladas da Companhia que possuem contratos do PROINFA, vinculados ao REIDI - Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infraestrutura, e que está sendo alocada ao resultado como redutora da receita pelo período remanescente dos contratos de venda de energia dessas controladas. Na rubrica de “Outros créditos - circulante”, a parcela de curto prazo de mesma natureza, está contabilizada no montante de R\$795 (R\$624 em 31 de dezembro 2015).

(ii) R\$2.783 (R\$1.388 em 31 de dezembro de 2015) referente ao reconhecimento de reembolso de compra de energia, pelo não cumprimento dos prazos acordados pelo fornecedor de aerogerador e que será apropriado ao resultado nos próximos 2 anos. Na rubrica de “Outros créditos - circulante”, a parcela de curto prazo de mesma natureza, esta contabilizada no montante de R\$1.870 (R\$3.314 em 31 de dezembro de 2015).

d) O montante de R\$6.464 refere-se à compra de matéria-prima pela controlada Bio Ester para a melhoria da geração de energia. Esse montante está sendo negociado com o consorciado desse projeto para definição de data para o reembolso.

e) O montante de R\$5.073 refere-se a repactuação do risco hidrológico de geração (GSF), anuído pela ANEEL (nota explicativa nº 31). Dentro da rubrica de “Outros créditos – circulante”, está contabilizada a parcela de curto prazo de mesma natureza, no montante de R\$3.177 (R\$2.284 em 31 de dezembro de 2015).

10. PARTES RELACIONADAS

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota nº 5)						
Banco Bradesco	400.845	30.949	-	-	13.143	11.934
Subtotal	400.845	30.949	-	-	13.143	11.934
Contas a receber de clientes (nota nº 7)						
Atlântica I	-	-	-	-	138	-
Atlântica II	9	-	-	-	159	-
Atlântica IV	9	-	-	-	168	-
Atlântica V	9	-	-	-	206	736
Barra da Paciência	-	-	-	-	-	180
Bio Alvorada	-	480	-	-	212	27.975
Bio Coopcana	-	8.702	-	-	135	16.704
Bio Ester	-	-	-	-	1.130	-
Bio Formosa	656	39	-	-	848	438
Bio Pedra	-	-	-	-	-	3.804
Chimay	-	-	-	-	-	602
Corrente Grande	-	1.561	-	-	-	-
Costa Branca	-	-	-	-	122	285
CPFL Brasil	1.791	-	-	-	5.083	-
Jayaditya	-	-	-	-	-	27
Juremas	-	-	-	-	34	548
Macacos	-	-	-	-	51	1.487
Mata Velha	-	-	-	-	895	-
Mohini	-	-	-	-	-	274
Morro dos Ventos II	-	1.650	-	-	-	2.287
Ninho da Águia	-	-	-	-	-	1.735
Paiol	1.574	6.144	-	-	-	-
Pedra Preta	-	-	-	-	24	294
Salto Góes	-	-	-	-	8	-
Santa Luzia	-	-	-	-	35	-
Solar 1	9	-	-	-	9	-
Subtotal	4.057	18.576	-	-	9.257	57.376

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Valores a receber de empresas ligadas (a)						
Alto Irani	21	-	-	-	263	234
Arvoredo	22	-	-	-	240	201
Atlântica I	28	17	-	-	229	235
Atlântica II	28	17	-	-	229	227
Atlântica IV	28	17	-	-	229	272
Atlântica V	28	25	-	-	322	267
Barra da Paciência	24	-	-	-	269	234
Bio Alvorada	116	-	-	-	12	-
Bio Burity	3	-	-	-	6	-
Bio Coopcana	109	-	-	-	12	-
Bioenergia	3	8	-	-	98	100
Bio Ester	3	-	-	-	6	-
Bio Formosa	6	-	-	-	6	-
Bio Ipê	3	-	-	-	6	-
Bio Pedra	3	-	-	-	6	-
Boa Vista II	-	147	-	-	-	-
Bons Ventos	89	-	-	-	2.846	2.376
Campos dos Ventos I	562	-	-	-	66	32
Campos dos Ventos II	31	50	-	-	781	393
Campos dos Ventos III	753	316	-	-	66	-
Campos dos Ventos IV	50	-	-	-	50	32
Campos dos Ventos V	131	-	-	-	66	32
Chimay	50	-	-	-	863	802
Cocais Grande	24	-	-	-	265	301
Corrente Grande	24	-	-	-	246	201
Costa Branca	153	30	-	-	379	317
Dobrevê	60	138	-	-	195	152
Eólica Formosa	39	39	-	-	502	541
Eólica Icarazinho	35	-	-	-	746	705
Eólica Paracuru	29	41	-	-	631	440
Eurus I	112	271	-	-	385	355
Eurus III	112	225	-	-	385	357
Eurus VI	31	30	-	-	563	343
Figueirópolis	15	-	-	-	32	-
Jayaditya	25	-	-	-	382	434
Juremas	31	30	-	-	378	407
Ludesa	20	-	-	-	44	-
Macacos	31	30	-	-	379	407
Mata Velha	56	1.363	-	-	57	-
Mohini	34	-	-	-	514	468
Morro dos Ventos I	539	153	-	-	387	388
Morro dos Ventos II	101	30	-	-	383	340
Morro dos Ventos III	657	271	-	-	387	388
Morro dos Ventos IV	729	343	-	-	387	386
Morro dos Ventos IX	657	271	-	-	388	420
Morro dos Ventos VI	386	30	-	-	387	354
Ninho da Água	24	8	-	-	145	206
Novo Horizonte	17	-	-	-	38	-
Paioi	24	-	-	-	337	301
Pedra Cheirosa I	-	124	-	-	-	-
Pedra Preta	31	30	-	-	379	407
Plano Alto	22	32	-	-	242	201
Rosa dos Ventos	34	-	-	-	513	555
Salto Góes	21	-	-	-	232	201
Santa Clara I	31	-	-	-	784	531
Santa Clara II	31	96	-	-	784	519
Santa Clara III	31	50	-	-	784	515
Santa Clara IV	31	96	-	-	784	484
Santa Clara V	31	50	-	-	784	484
Santa Clara VI	31	50	-	-	784	484
Santa Luzia	21	17	-	-	232	232
Santa Mônica	478	-	-	-	24	-
Santa Ursula	446	-	-	-	24	-
São Benedito	325	-	-	-	29	-
São Domingos	1.099	542	-	-	29	-
São Gonçalo	26	-	-	-	376	401
SIIF Cinco	-	-	-	-	519	595
Solar I	28	-	-	-	28	-
Sul Centrais Elétricas	37	-	-	-	576	535
T-15	12	-	-	-	-	-
Varginha	24	17	-	-	238	201
Varzea Alegre	24	-	-	-	153	100
Ventos de Santo Dimas	338	-	-	-	59	-
Ventos de São Martinho	782	238	-	-	29	-
Subtotal	9.990	5.242	-	-	23.979	20.093
Total circulante	414.892	54.767	-	-	46.379	89.403

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Não circulante						
Empréstimos a receber						
Figueirópolis (b)	-	-	-	-	4	-
Sul Centrais (c)	-	1.093	-	-	5	215
Sócios não controladores (d)	6.100	5.229	-	-	854	914
Subtotal	6.100	6.322	-	-	863	1.129
Total não circulante	6.100	6.322	-	-	863	1.129

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Passivo						
Circulante						
Empréstimos com controladas (e)						
Alto Irani	-	-	65.417	4.829	(5.461)	(357)
Arvoredo	-	-	7.016	6.398	(618)	(520)
Barra da Paciência	-	-	2.713	3.551	(261)	(274)
Bio Buriti	-	-	27.132	17.800	(1.805)	(490)
Bio Formosa	-	-	-	1.618	(16)	(144)
Bio Ipê	-	-	16.877	13.712	(1.355)	(965)
Bio Pedra	-	-	45.462	28.212	(3.255)	(2.037)
Bons Ventos	-	-	64.418	58.740	(5.678)	(140)
Campos dos Ventos I	-	-	-	-	-	(111)
Campos dos Ventos III	-	-	-	-	-	(24)
Campos dos Ventos V	-	-	-	-	-	(132)
Chimay	-	-	61.099	31.218	(4.362)	(1.154)
Cocais Grande	-	-	5.208	4.749	(459)	(367)
Corrente Grande	-	-	-	306	(4)	(41)
Eólica Formosa	-	-	78.323	30.381	(4.657)	(2.190)
Eólica Icaraizinho	-	-	78.236	51.979	(5.831)	(3.716)
Eólica Paracuru	-	-	38.814	25.142	(2.849)	(1.912)
Eurus VI	-	-	11.037	8.411	(894)	(433)
Figueirópolis	-	-	62.212	-	(1.472)	-
Jayaditya	-	-	23.835	6.771	(1.370)	(249)
Mohini	-	-	63.981	26.829	(4.336)	(1.147)
Ninho da Água	-	-	10.627	9.690	(937)	(766)
Paio	-	-	1.988	2.149	(189)	(218)
PCH Holding	-	-	69.322	42.119	(5.606)	(426)
PCH Participações	-	-	24.237	10.198	(1.500)	(169)
Pedra Cheirosa I	-	-	10.595	9.661	(934)	(567)
Pedra Cheirosa II	-	-	10.989	10.020	(969)	(577)
Plano Alto	-	-	37.823	4.024	(3.164)	(299)
Rosa dos Ventos	-	-	8.527	3.854	(556)	(246)
Salto Góes	-	-	-	-	-	(77)
Santa Clara I	-	-	19.449	10.828	(1.426)	(265)
Santa Clara II	-	-	32.321	23.659	(2.614)	(1.106)
Santa Clara III	-	-	29.997	21.963	(2.443)	(1.280)
Santa Clara IV	-	-	40.174	30.222	(3.251)	(1.743)
Santa Clara V	-	-	38.662	28.494	(3.127)	(1.609)
Santa Clara VI	-	-	41.662	31.901	(3.407)	(1.861)
Santa Mônica	-	-	-	1.438	(112)	(122)
Santa Ursula	-	-	-	829	(78)	(85)
São Benedito	-	-	-	995	(43)	(98)
São Domingos	-	-	-	-	-	(13)
São Gonçalo	-	-	4.709	4.294	(415)	(332)
SIIF Cinco	-	-	5.167	-	(295)	(223)
SIIF Energias	-	-	53.706	336	(2.831)	(27)
Sul Centrais Elétricas	-	-	3.150	-	(194)	-
Varginha	-	-	2.534	2.310	(223)	(192)
Varzea Alegre	-	-	2.192	2.000	(193)	(154)
Ventos de Santo Dimas	-	-	-	1.449	(72)	(133)
Ventos de São Martinho	-	-	-	-	-	(13)
Subtotal	-	-	1.099.611	573.079	(79.262)	(29.004)

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores (nota nº 14)						
Aiuruoca	-	-	959	1.059	-	-
Authi	-	-	171	-	(2.643)	-
Campos dos Ventos I	-	-	-	-	(74)	-
Campos dos Ventos III	-	-	-	134	(723)	-
Campos dos Ventos V	-	-	-	-	(332)	-
CPFL Brasil	-	-	304	722	(2.572)	(7.781)
Dobrevê	-	-	-	1	-	-
Mata Velha	-	-	318	-	(467)	-
Morro dos Ventos II	-	-	216	688	-	(789)
Nect Consultoria	-	-	27	608	255	(2.085)
Novo Horizonte	-	-	7.620	7.620	(489)	(8.615)
Santa Luzia	-	-	-	-	(568)	-
Santa Mônica	-	-	221	-	(201)	-
Santa Ursula	-	-	610	-	(553)	-
São Benedito	-	-	912	-	(1.205)	-
São Domingos	-	-	737	116	(1.030)	-
Ventos de Santo Dimas	-	-	512	-	(984)	-
Ventos de São Martinho	-	-	517	-	(469)	-
Subtotal	-	-	13.124	10.948	(12.055)	(19.270)
Valores a pagar de empresas ligadas (f)						
Campos dos Ventos I	-	-	58	-	-	-
Campos dos Ventos III	-	-	-	54	-	-
Campos dos Ventos V	-	-	58	-	-	-
Mata Velha	-	-	-	118	-	-
Pedra Cheirosa I	-	-	-	23	-	-
São Domingos	-	-	-	73	-	-
São Gonçalo	-	-	-	1.735	-	-
São Martinho	-	-	-	73	-	-
SIIF Cinco	-	-	33	-	-	-
Solar 1	-	-	-	46	-	-
Subtotal	-	-	149	2.122	-	-
Total circulante	-	-	1.112.884	586.149	(91.317)	(48.274)
Patrimônio líquido						
CPFL Geração de Energia (AFAC) (h)	-	-	300.000	-	-	-
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	-	-	1.305	1.305	-	(13)
Total	-	-	301.305	1.305	-	(13)

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota nº 5)						
Banco Bradesco	779.088	522.570	-	-	69.313	84.537
Subtotal	779.088	522.570	-	-	69.313	84.537
Contas a receber de clientes (nota nº 7)						
Cia de Luz e Força Santa Cruz	96	61	-	-	722	817
Cia Jaguari de Energia	18	-	-	-	161	-
Cia Leste Paulista Energia	5	-	-	-	59	-
Cia Luz e Força de Mococa	2	-	-	-	24	-
Cia Sul Paulista Energia	9	-	-	-	105	-
CPFL Brasil	35.084	30.729	-	-	320.819	243.416
CPFL Geração	-	2.464	-	-	996	-
CPFL Paulista	719	566	-	-	6.746	5.176
CPFL Piratininga	1.644	1.320	-	-	13.848	12.855
RGE Rio Grande Energia	132	18	-	-	1.269	192
RGE Sul Distribuidora de Energia	21	-	-	-	62	-
Subtotal	37.730	35.158	-	-	344.811	262.456
Total circulante	816.818	557.728	-	-	414.124	346.993

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas (nota nº 6)						
Banco Bradesco	38.914	38.171	-	-	4.912	6.290
Subtotal	38.914	38.171	-	-	4.912	6.290
Empréstimos a receber						
Sócios não controladores (d)	9.067	7.680	-	-	1.309	1.475
Subtotal	9.067	7.680	-	-	1.309	1.475
Total não circulante	47.981	45.851	-	-	6.221	7.765

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Passivo						
Circulante						
Fornecedores (nota nº 14)						
Authi	-	-	171	-	(2.643)	-
Cia de Luz e Força Santa Cruz	-	-	1	-	-	-
CPFL Brasil	-	-	568	722	(55.154)	(6.416)
CPFL Paulista	-	-	434	388	(5.384)	(4.527)
CPFL Piratininga	-	-	86	-	-	-
CPFL Serviços	-	-	127	2.546	(4.561)	-
CPFL Transmissão Piracicaba	-	-	-	-	(13)	(4)
Nect Consultoria	-	-	27	608	255	(2.085)
RGE Rio Grande Energia	-	-	6	6	(76)	(55)
Subtotal	-	-	1.420	4.270	(67.576)	(13.087)
Outras contas a pagar						
BAESA	-	-	726	-	(36)	-
CERAN	-	-	1.185	-	(62)	-
Chapecoense Geração	-	-	1.028	-	(50)	-
Cia de Luz e Força Santa Cruz	-	-	163	131	-	-
Cia Jaguari de Energia	-	-	4	-	-	-
Cia Leste Paulista Energia	-	-	2	-	-	-
Cia Luz e Força de Mococa	-	-	1	-	-	-
Cia Sul Paulista Energia	-	-	3	-	-	-
CPFL Brasil	-	-	75.371	7.273	-	-
CPFL Geração de Energia	-	-	1.017	-	-	-
CPFL Paulista	-	-	685	158	-	-
CPFL Piratininga	-	-	1.704	1.343	-	-
Enercan	-	-	1.269	-	(59)	-
Epasa	-	-	462	-	(23)	-
RGE Rio Grande Energia	-	-	27	-	-	-
Subtotal	-	-	83.647	8.905	(230)	-
Empréstimos (nota nº 15)						
Banco Bradesco (g)	-	-	46.363	-	(37.297)	-
Subtotal	-	-	46.363	-	(37.297)	-
Debêntures (nota nº 16)						
Banco Bradesco (g)	-	-	17.925	18.362	(4.281)	(5.123)
Subtotal	-	-	17.925	18.362	(4.281)	(5.123)
Total circulante	-	-	149.355	31.537	(109.384)	(18.210)
Não circulante						
Empréstimos (nota nº 15)						
Banco Bradesco (g)	-	-	204.000	-	-	-
Subtotal	-	-	204.000	-	-	-
Debêntures (nota nº 16)						
Banco Bradesco (g)	-	-	-	17.500	-	-
Subtotal	-	-	-	17.500	-	-
Total não circulante	-	-	204.000	17.500	-	-
Patrimônio líquido						
CPFL Geração de Energia (AFAC) (h)	-	-	300.000	-	-	-
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	-	-	1.305	1.305	-	(13)
Total	-	-	301.305	1.305	-	(13)

(a) Valores a receber de empresas ligadas: referem-se à capitalização de mão-de-obra, capitalização de PLR, rateios de despesas de fiança bancária e rateios de despesas de operação e manutenção registradas na rubrica “Outros créditos” no ativo circulante. Parte do

peçoal da CPFL Renováveis é alocado para a operação e manutenção das usinas e o valor é cobrado das controladas por meio de rateio de despesas, conforme acordado entre as partes.

- (b) Mútuo realizado entre a CPFL Renováveis e a controlada indireta Figueirópolis, com remuneração de TJLP +2% ao ano para a quitação antecipada de empréstimo. Em setembro de 2016, houve o pagamento integral do contrato.
- (c) Mútuo realizado entre a CPFL Renováveis e a controlada indireta CPFL Sul Centrais, com taxa de juros de 8% ao ano para a quitação antecipada de empréstimo com o BNDES. Em janeiro de 2016, houve o pagamento integral do contrato.
- (d) Valores a receber de sócios não controladores que celebraram contratos de mútuo, visando à concessão de financiamento, para que o acionista não controlador pudesse integralizar sua parcela de capital subscrito nas controladas (em decorrência dos aumentos de capital pela CPFL Renováveis), evitando que sua participação acionária fosse diluída. Os contratos foram assinados em 2012 e renovados anualmente, até 2014. Em 2015 foi realizado um novo contrato que estabelece que a liquidação deverá ocorrer na data que a SPE distribuir dividendos a seus acionistas. A remuneração é de 8% ao ano mais atualização monetária pelo IGP-M.
- (e) Refere-se a contratos de mútuo com a controladora CPFL Renováveis, com vencimentos até abril de 2024 e remuneração de TJLP+2% ao ano, para capital de giro.
- (f) Refere-se a valor de rateio de O&M adiantado pelas controladas.
- (g) Em 01 de julho de 2016, o Banco Bradesco concluiu a compra de 100% das operações do HSBC no Brasil. Dessa forma, todas as transações com o HSBC passaram a ser consideradas como partes relacionadas.
- (h) Em 29 de dezembro de 2016, o acionista CPFL Geração de Energia S.A realizou um aporte no montante de R\$300.000 por meio de contrato de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) firmado em 26 de dezembro de 2016. A integralização do valor ocorrerá até 31 de dezembro de 2017 (nota explicativa nº 21.b).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 ocorreram as seguintes movimentações nos mútuos cedidos e obtidos:

	Controladora				31/12/2015
	31/12/2014	Adição	Juros	Pagamento	
Empréstimos a receber	8.530	-	1.129	(3.337)	6.322
Empréstimos com controladas	344.205	463.126	29.004	(263.256)	573.079

	Controladora				31/12/2016
	31/12/2015	Adição	Juros	Pagamento	
Empréstimos a receber	6.322	109	863	(1.194)	6.100
Empréstimos com controladas	573.079	499.853	79.262	(52.583)	1.099.611

10.1. Pessoal-chave da Administração

	<u>Controladora/ Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Benefícios de curto prazo a empregados		
Salários e honorários	4.042	4.434
Encargos sociais e benefícios	1.677	1.957
Remuneração variável:		
Pagamento baseado em ações	-	13
Participações nos lucros	1.566	2.272
Outros	458	7
Benefícios de longo prazo a empregados (a)	<u>526</u>	<u>-</u>
Total	<u>8.269</u>	<u>8.683</u>

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2016, o montante de R\$13.087, para a remuneração global anual da Administração da Companhia referente ao exercício de 2016.

A Companhia e suas controladas não oferecem outros benefícios no desligamento de seus membros da Alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

(a) Programa de Incentivo a Longo Prazo

Refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos, que consiste na premiação em recursos financeiros, tendo como orientador o comportamento das ações da Companhia no mercado e uma expectativa de valorização, bem como os resultados da mesma, utilizando fórmulas paramétricas de cálculo e concessão de Unidades Virtuais de Valor (UVV). O Plano não contempla a distribuição de ações aos executivos e tão somente as utiliza para fins de monitoramento das expectativas estabelecidas no Plano Estratégico de Longo Prazo da Companhia, também aprovado pelo Conselho de Administração.

O plano vigente tem duração de 2014 a 2020 e prevê as outorgas relativas a 2014, 2015 e 2016. O prazo de vigência é de 6 anos, com carência de dois anos para a primeira conversão de cada outorga anual. O prazo de conversão de cada outorga é gradual, em até 5 anos e em 3 conversões (33/33/34%).

O Programa prevê realização parcial, de acordo com a relação entre a valorização esperada e efetivamente apurada, de acordo com a expectativa do Plano Estratégico, havendo gatilho de resultado mínimo esperado, bem como atingimento superior ao inicialmente projetado, limitado a 150%.

11. INVESTIMENTOS

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial:		
Pelo patrimônio líquido da controlada	5.009.221	4.692.492
Adiantamentos para futuro aumento de capital	547.917	178.955
Direito de exploração de atividade de geração - autorização excluindo os efeitos fiscais	<u>1.497.822</u>	<u>1.598.576</u>
Total do investimento	<u><u>7.054.960</u></u>	<u><u>6.470.023</u></u>

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Composição da equivalência patrimonial:		
Equivalência patrimonial	366.777	363.717
Amortização de juros capitalizados	(1.365)	(1.364)
Amortização direito de autorização*	(108.684)	(120.461)
Impostos diferidos*	<u>37.717</u>	<u>41.747</u>
Subtotal	<u>(70.967)</u>	<u>(78.714)</u>
Total	<u><u>294.445</u></u>	<u><u>283.639</u></u>

*Apresentado líquido R\$ 70.967 (conforme nota nº11) - Direito de exploração, líquido dos impostos diferidos

Participações em empresas controladas diretas e indiretas:

Controladas diretas	Quantidade	Participação	Resultado		Participação patrimônio		Resultado de	
	(mil) de	no	Patrimônio	do	líquido		equivalência patrimonial	
	ações/quotas	capital %	líquido	exercício	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Alto Irani	1.031	100%	52.123	12.659	52.123	42.707	12.659	19.475
Atlântica I	431.208	100%	57.369	5.264	57.369	52.105	5.264	2.672
Atlântica II	427.570	100%	55.995	4.223	55.995	51.647	4.223	2.107
Atlântica IV	437.862	100%	67.931	3.976	67.931	63.955	3.976	3.013
Atlântica V	506.290	100%	73.459	2.199	73.459	71.260	2.199	(395)
Baixa Verde	51	95%	136	(74)	129	199	(70)	(42)
Bio Alvorada	72.283	100%	124.060	3.912	124.060	120.014	3.912	1.132
Bio Burity	13.536.704	100%	138.529	4.372	138.529	137.266	4.372	1.493
Bio Coopcana	60.639	100%	90.067	4.083	90.067	82.996	4.083	6.649
Bioenergia	53.295	100%	41.596	5.760	41.596	30.450	5.760	1.211
Bio Ester	43.506	100%	77.518	4.595	77.518	74.351	4.595	6.107
Bio Fomosa	126.810	100%	88.700	1.491	88.700	87.231	1.491	(713)
Bio Ipe	26.249	100%	33.515	8.198	33.515	32.321	8.198	7.200
Bio Pedra	205.243	100%	228.630	29.637	228.630	234.511	29.637	25.823
Boa Vista 2	4.618	100%	21.444	430	21.444	17.475	430	356
Cachoeira Grande	6.632	100%	130	(6.502)	130	6.637	(6.502)	6
Cajueiro	45	95%	456	(36)	433	467	(34)	(9)
Campos dos Ventos I	-	0%	69.198	(3.683)	-	-	-	140
Campos dos Ventos III	-	0%	112.615	(3.129)	-	-	-	110
Campos dos Ventos IV	86.591	100%	(25)	(61)	-	29	-	(10)
Campos dos Ventos V	-	0%	65.817	(4.194)	-	-	-	43
Costa das Dunas	54	90%	726	(105)	653	748	(95)	23
Dobrevê Energia	12.033.094	100%	848.972	24.326	848.972	846.591	24.326	32.906
Eólica Holding	74.395	100%	157.480	16.143	157.480	140.571	16.143	17.809
Eurus V	57	100%	38	(3)	38	41	(3)	26
Eurus VI	36.495	100%	37.566	990	37.566	37.573	990	1.261
FaroI de Touros	49	90%	211	(123)	190	301	(111)	3
Figueira Branca	94	100%	51	(91)	51	142	(91)	(10)
Gameleira	855	100%	990	(107)	990	1.097	(107)	17
Navegantes	352	95%	34	(28)	32	59	(27)	(30)
PCH Holding	436.193	100%	445.515	24.128	445.515	450.366	24.128	16.263
PCH Holding 2	4.979	100%	23.598	(11.383)	23.598	28.845	(11.383)	(17.512)
PCH Participações	26.801	41%	718.870	59.665	294.737	282.160	24.463	16.666
Pedra Cheirosa I	42.077	100%	42.225	323	42.225	22.861	323	1.006
Pedra Cheirosa II	35.624	100%	38.889	427	38.889	20.979	427	964
Penedo	2.010	100%	1.817	-	1.817	1.817	-	(1)
Plano Alto	1.843	100%	27.452	8.840	27.452	21.379	8.840	13.452
Rosa dos Ventos	40.000	100%	34.846	11.138	34.846	33.743	11.138	11.100
Salto Góes	50.967	100%	65.078	6.884	65.078	96.315	6.884	6.354
Santa Clara I	139.189	100%	147.710	11.139	147.710	148.000	11.139	8.209
Santa Clara II	136.697	100%	134.386	11.264	134.386	135.052	11.264	8.547
Santa Clara III	136.697	100%	135.307	13.255	135.307	135.484	13.255	8.727
Santa Clara IV	136.697	100%	138.570	8.776	138.570	139.204	8.776	8.105
Santa Clara V	136.697	100%	139.034	10.737	139.034	139.193	10.737	8.037
Santa Clara VI	136.697	100%	138.051	6.686	138.051	138.345	6.686	6.578
Santa Cruz	6.203	100%	450	(5.689)	450	5.819	(5.689)	13
Santa Mônica	-	0%	73.063	(7.379)	-	-	-	134
Santa Ursula	-	0%	62.425	(5.330)	-	-	-	65
São Benedito	-	0%	88.569	(1.510)	-	-	-	108
São Domingos	-	0%	114.538	(5.640)	-	-	-	172
SIIF Desenvolvimento	173	14%	1.533	(77)	207	48	(10)	(5)
SIIF Énergies	327.927	100%	320.108	92.853	320.108	259.910	92.853	95.561
Solar	14	100%	2.473	(445)	2.473	2.918	(445)	130
T-15	8.792.940	100%	521.858	69.818	521.858	373.799	69.818	42.628
Tombo	1.239	100%	937	-	937	937	-	-
Turbina 16	233.400	100%	158.363	(41.581)	158.363	122.561	(41.581)	(179)
Turbina 17	27	100%	10	(3)	10	13	(3)	(3)
Ventos de Santo Dimas	-	0%	78.878	(4.459)	-	-	-	127
Ventos de São Martinho	-	0%	72.155	(3.871)	-	-	-	98
Subtotal					5.009.221	4.692.492	366.838	363.717
Campos dos Ventos IV	86.591	100%	(25)	(61)	(25)	-	(61)	-
					5.009.196	4.692.492	366.777	363.717

Controladas indiretas	Quantidade	Participação	Resultado		Participação patrimônio		Resultado de	
	(mil) de	no	Patrimônio	do	líquido		equivalência patrimonial	
	ações/quotas	capital %	líquido	exercício	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Aiuruoca	17.137	100%	1.262	(14.055)	1.262	15.317	(14.055)	(9)
Arvoredo	45.995	100%	58.037	4.292	58.037	58.467	4.292	3.792
Barra da Paciência	31.264	100%	60.043	11.218	60.043	57.871	11.218	6.177
Bonanza	2.032	100%	2.147	-	2.147	2.147	-	396
Bons Ventos	260.787	100%	367.359	77.748	367.359	326.027	77.748	60.204
BVP	311.106	100%	393.643	75.370	393.643	358.971	75.370	57.133
Campos dos Ventos I	26.764	100%	69.198	(3.683)	69.198	72.881	(3.683)	(187)
Campos dos Ventos II	41.947	100%	48.647	586	48.647	48.060	586	2.408
Campos dos Ventos III	66.557	100%	112.615	(3.129)	112.615	73.348	(3.129)	284
Campos dos Ventos V	62.483	100%	65.817	(4.194)	65.817	12.547	(4.194)	(27)
Cherobim	1.010	89%	1.567	-	1.394	1.394	-	-
Chimay	85.538	100%	152.426	26.924	152.426	125.502	26.924	24.942
Cocais Grande	15.377	100%	26.709	3.222	26.709	25.813	3.222	2.678
Corrente Grande	27.521	100%	48.186	3.300	48.186	44.886	3.300	-
Costa Branca	19.880	95%	34.575	3.465	32.846	28.915	3.292	2.631
Curral Velho I	-	0%	-	(13)	-	(188)	(13)	-
Curral Velho II	-	0%	-	(8)	-	-	(8)	-
Curral Velho IV	-	0%	-	(8)	-	(100)	(8)	-
Desa Comercializadora	100	100%	13	-	13	13	-	-
Desa Eólicas	255.835	100%	396.070	27.548	396.070	343.454	27.548	27.412
Distância	2.522	100%	2.539	-	2.539	2.539	-	-
Eólica Formosa	92.900	100%	138.415	29.849	138.415	130.152	29.849	32.019
Eólica Icarazinho	57.930	100%	111.343	29.547	111.343	100.820	29.547	29.134
Eólica Paracuru	22.230	100%	44.948	20.296	44.948	41.094	20.296	18.227
Eurus I	30.857	100%	34.627	(1.793)	34.627	39.818	(1.793)	3.219
Eurus III	22.237	100%	30.980	2.657	30.980	31.792	2.657	4.690
Figueirópolis	34.559	100%	112.726	12.417	112.726	100.772	12.417	7.910
Jayaditya	20.822	100%	39.233	12.372	39.233	23.990	12.372	5.622
Juremas	16.363	95%	21.842	3.189	20.750	17.757	3.030	2.722
Laranjinha	1.017	100%	737	-	737	737	-	131
Ludesa	68.540	60%	103.251	28.275	61.951	52.727	16.965	10.150
Macacos	19.602	95%	26.166	3.336	24.858	21.597	3.169	4.346
Mata Velha	26.706	100%	112.578	(3.744)	112.578	27.624	(3.744)	(801)
Mohini	59.933	100%	102.769	26.929	102.769	75.840	26.929	18.073
Morro do Vento	1.200	100%	783	-	783	782	-	(3)
Morro dos Ventos I	42.667	100%	40.036	3.305	40.036	40.468	3.305	3.577
Morro dos Ventos II	7.053	100%	55.054	(1.870)	55.054	49.327	(1.870)	(2.115)
Morro dos Ventos III	36.748	100%	36.145	6.221	36.145	34.046	6.221	1.975
Morro dos Ventos IV	41.473	100%	34.362	2.849	34.362	35.939	2.849	2.330
Morro dos Ventos IX	43.714	100%	38.055	1.068	38.055	40.013	1.068	1.394
Morro dos Ventos VI	62.312	100%	41.386	(627)	41.386	47.332	(627)	2.058
Ninho da Águia	33.899	100%	45.385	4.817	45.385	42.887	4.817	(934)
Novo Horizonte	96.536	100%	98.876	(251)	98.876	96.100	(251)	2.958
Paioi	27.428	100%	31.710	2.231	31.710	29.479	2.231	257
PCH Participações	38.562	59%	718.870	59.665	424.133	406.019	35.202	23.983
Pedra Preta	19.514	95%	29.450	6.122	27.978	22.362	5.816	5.380
Renascer Centrais Elétricas	27.416	100%	584	-	584	584	-	-
Rio Claro	371	94%	11	-	10	10	-	1
Santa Luzia	89.288	100%	127.975	12.163	127.975	123.761	12.163	10.318
Santa Mônica	78.602	100%	73.063	(7.379)	73.063	80.478	(7.379)	14
Santa Ursula	66.007	100%	62.425	(5.330)	62.425	13.401	(5.330)	(26)
São Benedito	87.757	100%	88.569	(1.510)	88.569	13.778	(1.510)	(206)
São Domingos	69.750	100%	114.538	(5.640)	114.538	71.637	(5.640)	228
São Gonçalo	28.734	100%	37.550	4.301	37.550	37.391	4.301	2.653
SIIF Cinco	24.030	100%	33.778	5.211	33.778	33.307	5.211	11.136
SIIF Desenvolvimento	1.730	91%	1.533	(77)	1.393	473	(70)	(50)
Sul Centrais Elétricas	14.183	100%	19.966	3.022	19.966	16.944	3.022	1.194
Varginha	20.692	100%	32.501	2.159	32.501	30.433	2.159	973
Varginha - DESA	1	94%	11	-	10	10	-	1
Varzea Alegre	24.644	100%	31.158	1.262	31.158	30.055	1.262	(210)
Ventos de Santo Dimas	81.058	100%	78.878	(4.459)	78.878	83.337	(4.459)	92
Ventos de São Martinho	41.558	100%	72.155	(3.871)	72.155	42.529	(3.871)	208
WF I Holding	9.903	100%	403	(25)	403	434	(25)	(4)
WF Wind Holding V	1.504	100%	179	8	179	172	8	4
WF Wind Holding VII	1.327	100%	156	8	156	149	8	4
WF Wind Holding VIII	1.504	100%	144	-	144	144	-	-

Movimentação dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
- controladora:

	Saldo em 31/12/2014	Aumento de capital	Amortização Capitalização de Juros	Transferência de Investimento	Reestruturação societária	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2015
Alto Irani	30.097	-	-	-	-	19.475	(6.865)	42.707
Atlântica I	49.433	-	-	-	-	2.672	-	52.105
Atlântica II	49.452	88	-	-	-	2.107	-	51.647
Atlântica IV	57.585	3.357	-	-	-	3.013	-	63.955
Atlântica V	66.736	4.919	-	-	-	(395)	-	71.260
Baixa Verde	241	-	-	-	-	(42)	-	199
Bio Alvorada	114.599	4.283	-	-	-	1.132	-	120.014
Bio Buriti	138.441	-	-	-	-	1.493	(2.668)	137.266
Bio Coopcana	58.502	17.845	-	-	-	6.649	-	82.996
Bioenergia	29.239	-	-	-	-	1.211	-	30.450
Bio Ester	55.226	22.153	-	-	-	6.107	(9.135)	74.351
Bio Formosa	87.922	22	-	-	-	(713)	-	87.231
Bio Ipe	29.484	745	(60)	-	-	7.200	(5.048)	32.321
Bio Pedra	212.956	-	(248)	-	-	25.823	(4.020)	234.511
Boa Vista 2	2.959	14.160	-	-	-	356	-	17.475
Cachoeira Grande	6.649	-	-	-	-	6	(18)	6.637
Cajueiro	476	-	-	-	-	(9)	-	467
Campos dos Ventos I	13.406	-	-	-	(13.457)	140	(89)	-
Campos dos Ventos III	13.503	-	-	-	(13.519)	110	(94)	-
Campos dos Ventos IV	21	18	-	-	-	(10)	-	29
Campos dos Ventos V	12.800	-	-	-	(12.577)	43	(266)	-
Costa das Dunas	810	-	-	-	-	23	(85)	748
Dobrevê Energia	761.551	59.101	-	-	-	32.906	(6.967)	846.591
Eólica Holding	134.209	-	-	-	-	17.809	(11.447)	140.571
Eurus V	15	-	-	-	-	26	-	41
Eurus VI	37.772	-	(23)	-	-	1.261	(1.437)	37.573
Farol de Touros	298	-	-	-	-	3	-	301
Figueira Branca	142	10	-	-	-	(10)	-	142
Gameleira	1.080	-	-	-	-	17	-	1.097
Navegantes	-	127	-	(38)	-	(30)	-	59
PCH Holding	437.153	-	-	-	-	16.263	(3.050)	450.366
PCH Holding 2	-	91.158	-	(44.801)	-	(17.512)	-	28.845
PCH Participações	280.620	-	-	-	-	16.666	(15.126)	282.160
Pedra Cheirosa I	11.503	10.668	-	-	-	1.006	(316)	22.861
Pedra Cheirosa II	10.628	9.778	-	-	-	964	(391)	20.979
Penedo	1.818	-	-	-	-	(1)	-	1.817
Plano Alto	19.942	-	-	-	-	13.452	(12.015)	21.379
Rosa dos Ventos	31.983	-	-	-	-	11.100	(9.340)	33.743
Salto Góes	92.790	-	-	-	-	6.354	(2.829)	96.315
Santa Clara I	146.656	-	(238)	-	-	8.209	(6.627)	148.000
Santa Clara II	133.507	-	(215)	-	-	8.547	(6.787)	135.052
Santa Clara III	134.850	-	(185)	-	-	8.727	(7.908)	135.484
Santa Clara IV	137.578	-	(147)	-	-	8.105	(6.332)	139.204
Santa Clara V	138.176	100	(137)	-	-	8.037	(6.983)	139.193
Santa Clara VI	137.713	-	(111)	-	-	6.578	(5.835)	138.345
Santa Cruz	5.806	-	-	-	-	13	-	5.819
Santa Mônica	14.534	-	-	-	(14.454)	134	(214)	-
Santa Ursula	13.467	-	-	-	(13.436)	65	(96)	-
São Benedito	14.011	-	-	-	(13.984)	108	(135)	-
São Domingos	13.531	-	-	-	(13.703)	172	-	-
SIIF Desenvolvimento	53	-	-	-	-	(5)	-	48
SIIF Energies	242.402	-	-	-	-	95.561	(78.053)	259.910
Solar	2.898	-	-	-	-	130	(110)	2.918
T-15	272.936	24.970	-	-	-	42.628	33.265	373.799
Tombo	937	-	-	-	-	-	-	937
Turbina 16	18	1.537	-	-	121.185	(179)	-	122.561
Turbina 17	16	-	-	-	-	(3)	-	13
Ventos de Santo Dimas	14.559	-	-	-	(14.537)	127	(149)	-
Ventos de São Martinho	11.420	-	-	-	(11.518)	98	-	-
Subtotal do investimento	4.287.109	265.039	(1.364)	(44.839)	-	363.717	(177.170)	4.692.492
Navegantes*	(38)	-	-	38	-	-	-	-
PCH Holding 2*	(44.801)	-	-	44.801	-	-	-	-
Total do investimento	4.242.270	265.039	(1.364)	-	-	363.717	(177.170)	4.692.492

*Provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante.

	Saldo em 31/12/2015	Aumento de capital	Redução de capital	Amortização de Capitalização de Juros	Transferência de Investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2016
Alto Irani	42.707	-	-	-	-	12.659	(3.243)	52.123
Atlântica I	52.105	-	-	-	-	5.264	-	57.369
Atlântica II	51.647	125	-	-	-	4.223	-	55.995
Atlântica IV	63.955	-	-	-	-	3.976	-	67.931
Atlântica V	71.260	-	-	-	-	2.199	-	73.459
Baixa Verde	199	-	-	-	-	(70)	-	129
Bio Alvorada	120.014	5.634	(5.500)	-	-	3.912	-	124.060
Bio Buriti	137.266	-	-	-	-	4.372	(3.109)	138.529
Bio Coopcana	82.996	3.988	(1.000)	-	-	4.083	-	90.067
Bioenergia	30.450	5.386	-	-	-	5.760	-	41.596
Bio Ester	74.351	-	-	-	-	4.595	(1.428)	77.518
Bio Formosa	87.231	77	(99)	-	-	1.491	-	88.700
Bio Ipe	32.321	-	-	(61)	-	8.198	(6.943)	33.515
Bio Pedra	234.511	27.164	(15.100)	(249)	-	29.637	(47.333)	228.630
Boa Vista 2	17.475	3.539	-	-	-	430	-	21.444
Cachoeira Grande	6.637	-	-	-	-	(6.502)	(5)	130
Cajueiro	467	-	-	-	-	(34)	-	433
Campos dos Ventos IV	29	7	-	-	(36)	-	-	-
Costa das Dunas	748	-	-	-	-	(95)	-	653
Dobrevê Energia	846.591	17.792	(21.565)	-	-	24.326	(18.172)	848.972
Eólica Holding	140.571	917	-	-	-	16.143	(151)	157.480
Eurus V	41	-	-	-	-	(3)	-	38
Eurus VI	37.573	-	-	(23)	-	990	(974)	37.566
Farol de Touros	301	-	-	-	-	(111)	-	190
Figueira Branca	142	-	-	-	-	(91)	-	51
Gameleira	1.097	-	-	-	-	(107)	-	990
Navegantes	59	-	-	-	-	(27)	-	32
PCH Holding	450.366	-	-	-	-	24.128	(28.979)	445.515
PCH Holding 2	28.845	6.136	-	-	-	(11.383)	-	23.598
PCH Participações	282.160	-	(12)	-	-	24.463	(11.874)	294.737
Pedra Cheirosa I	22.861	22.413	(3.372)	-	-	323	-	42.225
Pedra Cheirosa II	20.979	20.185	(2.702)	-	-	427	-	38.889
Penedo	1.817	-	-	-	-	-	-	1.817
Plano Alto	21.379	-	(2.600)	-	-	8.840	(167)	27.452
Rosa dos Ventos	33.743	-	-	-	-	11.138	(10.035)	34.846
Salto Góes	96.315	-	(37.538)	-	-	6.884	(583)	65.078
Santa Clara I	148.000	-	-	(238)	-	11.139	(11.191)	147.710
Santa Clara II	135.052	-	-	(215)	-	11.264	(11.715)	134.386
Santa Clara III	135.484	-	-	(185)	-	13.255	(13.247)	135.307
Santa Clara IV	139.204	-	-	(146)	-	8.776	(9.264)	138.570
Santa Clara V	139.193	-	-	(138)	-	10.737	(10.758)	139.034
Santa Clara VI	138.345	-	-	(110)	-	6.686	(6.870)	138.051
Santa Cruz	5.819	320	-	-	-	(5.689)	-	450
SIIF Desenvolvimento	48	169	-	-	-	(10)	-	207
SIIF Energies	259.910	3.178	-	-	-	92.853	(35.833)	320.108
Solar	2.918	-	-	-	-	(445)	-	2.473
T-15	373.799	78.241	-	-	-	69.818	-	521.858
Tombo	937	-	-	-	-	-	-	937
Turbina 16	122.561	77.383	-	-	-	(41.581)	-	158.363
Turbina 17	13	-	-	-	-	(3)	-	10
Subtotal do investimento	4.692.492	272.654	(89.488)	(1.365)	(36)	366.838	(231.874)	5.009.221
Campos dos Ventos IV*	-	-	-	-	36	(61)	-	(25)
Total do investimento	4.692.492	272.654	(89.488)	(1.365)	-	366.777	(231.874)	5.009.196

*Provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante.

Direitos de exploração líquidos dos efeitos fiscais

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia possuía saldo de direito de exploração das seguintes SPEs:

	Controladora			Saldo em 31/12/2015
	Saldo em 31/12/2014	Amortização	Transferência	
Aiuruoca	22.399	-	104	22.503
Alto Irani	92.819	(5.373)	(396)	87.050
Arvoredo	18.561	(941)	1.958	19.578
Atlântica I	300	(11)	2	291
Atlântica II	300	(11)	2	291
Atlântica IV	300	(11)	2	291
Atlântica V	300	(11)	2	291
Baixa Verde	4.861	-	(1.654)	3.207
Barra da Paciência	24.713	(730)	(3.999)	19.984
Bio Ester	9.416	(620)	(342)	8.454
Boa Vista 2	48.873	-	-	48.873
Cachoeira Grande	1.751	-	1	1.752
Cajueiro	6.600	-	(1.611)	4.989
Campos dos Ventos I	2.812	-	830	3.642
Campos dos Ventos II	5.350	(172)	(1)	5.177
Campos dos Ventos III	2.812	-	830	3.642
Campos dos Ventos IV	2.812	-	830	3.642
Campos dos Ventos V	2.812	-	830	3.642
Cocais Grande	14.278	(1.023)	1.130	14.385
Corrente Grande	15.330	(587)	(1.998)	12.745
Costa Branca	32.438	(952)	(2.127)	29.359
Costa das Dunas	1.802	-	1.333	3.135
Eólica Formosa	129.889	(14.548)	(127)	115.214
Eólica Icaraizinho	199.980	(9.612)	(3.199)	187.169
Eólica Paracuru	131.633	(5.004)	(7.358)	119.271
Eurus I	43.805	(2.338)	1.843	43.310
Eurus III	43.805	(2.338)	1.843	43.310
Eurus V	3.227	-	415	3.642
Eurus VI	793	(40)	419	1.172
Farol de Touros	2.282	-	130	2.412
Figueira Branca	1.608	-	-	1.608
Figueiropolis	4.357	(26)	(46)	4.285
Gameleira	2.144	-	-	2.144
Juremas	25.654	(786)	(694)	24.174
Ludesa	52.075	(2.794)	1.543	50.824
Macacos	33.607	(1.029)	(909)	31.669
Mata Velha	17.577	(777)	723	17.523
Morro dos Ventos I	33.976	(1.775)	1.383	33.584
Morro dos Ventos II	2.158	(115)	113	2.156
Morro dos Ventos III	33.976	(1.778)	1.386	33.584
Morro dos Ventos IV	33.976	(1.778)	1.386	33.584
Morro dos Ventos IX	35.459	(1.852)	1.444	35.051
Morro dos Ventos VI	33.976	(1.778)	1.386	33.584
Ninho da Águia	14.278	(1.035)	1.142	14.385
PaioI	28.555	(2.304)	3.767	30.018
Pedra Cheirosa I	25.594	-	903	26.497
Pedra Cheirosa II	23.036	-	799	23.835
Pedra Preta	33.612	(1.027)	(907)	31.678
Penedo	24.210	-	-	24.210
Plano Alto	71.995	(3.223)	(2.432)	66.340
Rosa dos Ventos	42.677	(2.440)	1	40.238
Salto Goes	33.864	(1.324)	(27)	32.513
Santa Clara I	4.834	(160)	2	4.676
Santa Clara II	4.834	(157)	1	4.678
Santa Clara III	4.834	(160)	2	4.676
Santa Clara IV	4.834	(160)	2	4.676
Santa Clara V	4.835	(156)	1	4.680
Santa Clara VI	4.834	(159)	1	4.676
Santa Cruz	850	-	-	850
Santa Mônica	5.963	-	-	5.963
Santa Ursula	5.963	-	-	5.963
São Benedito	5.963	-	-	5.963
São Domingos	5.963	-	-	5.963
São Gonçalo	15.707	(1.400)	1.541	15.848
SIIF Cinco	79.495	(4.215)	(4.378)	70.902
Tombo	17.493	-	-	17.493
Varginha	12.843	(964)	1.068	12.947
Várzea Alegre	10.702	(1.020)	1.107	10.789
Ventos de Santo Dimas	5.963	-	-	5.963
Ventos de São Martinho	5.963	-	-	5.963
Total do direito de exploração, líquido impostos diferidos	<u>1.677.290</u>	<u>(78.714)</u>	<u>-</u>	<u>1.598.576</u>

	Controladora			Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 31/12/2015	Amortização	Baixas/ provisão para perda	
Aiuruoca	22.503	-	(22.503)	-
Alto Irani	87.050	(5.371)	-	81.679
Arvoredo	19.578	(1.156)	-	18.422
Atlântica I	291	(11)	-	280
Atlântica II	291	(11)	-	280
Atlântica IV	291	(11)	-	280
Atlântica V	291	(11)	-	280
Baixa Verde	3.207	-	-	3.207
Barra da Paciência	19.984	(1.460)	-	18.524
Bio Ester	8.454	(620)	-	7.834
Boa Vista 2	48.873	-	-	48.873
Cachoeira Grande	1.752	-	-	1.752
Cajueiro	4.989	-	-	4.989
Campos dos Ventos I	3.642	(55)	-	3.587
Campos dos Ventos II	5.177	(172)	-	5.005
Campos dos Ventos III	3.642	(66)	-	3.576
Campos dos Ventos IV	3.642	-	(3.642)	-
Campos dos Ventos V	3.642	(55)	-	3.587
Cocais Grande	14.385	(1.028)	-	13.357
Corrente Grande	12.745	(912)	-	11.833
Costa Branca	29.359	(952)	-	28.407
Costa das Dunas	3.135	-	-	3.135
Eólica Formosa	115.214	(6.984)	-	108.230
Eólica Icarazinho	187.169	(11.232)	-	175.937
Eólica Paracuru	119.271	(7.156)	-	112.115
Eurus I	43.310	(1.367)	-	41.943
Eurus III	43.310	(1.367)	-	41.943
Eurus V	3.642	-	(3.642)	-
Eurus VI	1.172	(44)	-	1.128
Faro de Touros	2.412	-	-	2.412
Figueira Branca	1.608	-	-	1.608
Figueiropolis	4.285	(224)	-	4.061
Gameleira	2.144	-	-	2.144
Juremas	24.174	(788)	-	23.386
Ludesa	50.824	(2.864)	-	47.960
Macacos	31.669	(1.032)	-	30.637
Mata Velha	17.523	(613)	-	16.910
Morro dos Ventos I	33.584	(1.093)	-	32.491
Morro dos Ventos II	2.156	(65)	-	2.091
Morro dos Ventos III	33.584	(1.089)	-	32.495
Morro dos Ventos IV	33.584	(1.089)	-	32.495
Morro dos Ventos VI	33.584	(1.089)	-	32.495
Morro dos Ventos IX	35.051	(1.137)	-	33.914
Ninho da Águia	14.385	(1.028)	-	13.357
PaioI	30.018	(1.804)	-	28.214
Pedra Cheirosa I	26.497	-	-	26.497
Pedra Cheirosa II	23.835	-	-	23.835
Pedra Preta	31.678	(1.024)	-	30.654
Penedo	24.210	-	-	24.210
Plano Alto	66.340	(4.000)	-	62.340
Rosa dos Ventos	40.238	(2.440)	-	37.798
Salto Goes	32.513	(1.324)	-	31.189
Santa Clara I	4.676	(157)	-	4.519
Santa Clara II	4.678	(157)	-	4.521
Santa Clara III	4.676	(157)	-	4.519
Santa Clara IV	4.676	(157)	-	4.519
Santa Clara V	4.680	(157)	-	4.523
Santa Clara VI	4.676	(157)	-	4.519
Santa Cruz	850	-	-	850
Santa Mônica	5.963	(18)	-	5.945
Santa Ursula	5.963	(18)	-	5.945
São Benedito	5.963	(36)	-	5.927
São Domingos	5.963	(52)	-	5.911
São Gonçalo	15.848	(1.129)	-	14.719
SIIF Cinco	70.902	(4.296)	-	66.606
Tombo	17.493	-	-	17.493
Varginha	12.947	(925)	-	12.022
Várzea Alegre	10.789	(772)	-	10.017
Ventos de Santo Dimas	5.963	(18)	-	5.945
Ventos de São Martinho	5.963	(18)	-	5.945
Total do direito de exploração, líquido impostos diferidos	<u>1.598.576</u>	<u>(70.967)</u>	<u>(29.787)</u>	<u>1.497.822</u>

O direito de exploração será amortizado pelo prazo remanescente das respectivas autorizações/concessões, a partir da entrada em operação dos empreendimentos.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução do valor recuperável dos investimentos.

Adiantamentos para futuros aumentos de capital - (a)

	Controladora	
	Ativo	
	31/12/2016	31/12/2015
Atlântica II	-	125
Baixa Verde	67	-
Bio Alvorada	5.904	-
Bio Buriti	250	-
Bio Coopcana	7.548	-
Bioenergia	-	4.863
Bio Ester	600	-
Bio Formosa	6.968	-
Bio Pedra	625	-
Cajueiro	14	-
Campos dos Ventos IV	7	-
Dobrevê Energia	15.750	8.872
Eólica Holding	129	889
Farol de Touros	22	-
Figueira Branca	87	-
PCH Holding	5	-
PCH Holding 2	20.143	4.385
SIIF Desenvolvimento	52	1.061
SIIF Enérgies	922	3.178
T-15	-	78.240
Turbina 16	488.824	77.342
	<u>547.917</u>	<u>178.955</u>

(a) Saldos referentes a aportes de capital a título de adiantamentos para futuros aumentos de capital em suas controladas. A Companhia pretende integralizá-los até 30 de junho de 2017.

Movimentação dos adiantamentos para futuro aumento de capital dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	Controladora			
	31/12/2014	Adição	Integralização	31/12/2015
AFAC	123.290	320.704	(265.039)	178.955

	Controladora			
	31/12/2015	Adição	Integralização	31/12/2016
AFAC	178.955	641.616	(272.654)	547.917

Dividendos a receber

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía saldo de dividendos declarados a receber das seguintes SPEs:

	Controladora	
	Ativo	
	31/12/2016	31/12/2015
Alto Irani	-	18.794
Bio Formosa	3.793	3.794
Bio Pedra	10.694	-
Campos dos Ventos III	95	95
Campos dos Ventos IV	104	104
Dobrevê Energia	24.676	6.967
Eólica Holding	5.762	8.706
Eurus V	97	97
Eurus VI	243	-
PCH Holding	2.943	3.050
PCH Participações	-	2.816
Pedra Cheirosa I	-	238
Pedra Cheirosa II	-	229
Plano Alto	-	22.866
Rosa dos Ventos	-	1.089
Salto Góes	3.314	4.793
Santa Clara I	2.544	-
Santa Clara II	3.471	-
Santa Clara III	2.686	-
Santa Clara IV	3.273	-
Santa Clara V	3.210	-
Santa Clara VI	2.320	-
SIIF Energies	1.500	3.647
Solar	107	107
T-15	336	336
	<u>71.168</u>	<u>77.728</u>

Movimentação dos dividendos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	Controladora			
	31/12/2014	Adição	Recebimento	31/12/2015
Dividendos	99.061	177.170	(198.503)	77.728

	Controladora			
	31/12/2015	Adição	Recebimento	31/12/2016
Dividendos	77.728	231.874	(238.434)	71.168

Informações financeiras das controladas

12. IMOBILIZADO

	Controladora						Total
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitoria	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	
Saldo em 31/12/2014	3.813	2.443	5.471	288	1.272	878	14.165
Custo histórico	3.813	2.906	6.567	407	1.515	878	16.086
Depreciação acumulada	-	(463)	(1.096)	(119)	(243)	-	(1.921)
Adições	-	-	-	-	-	3.562	3.562
Baixas	-	-	(202)	(154)	-	-	(356)
Transferências de unitização*	-	-	-	107	-	(107)	-
Transferências - outros ativos**	-	-	216	-	-	-	216
Depreciação	-	(515)	(476)	(33)	(94)	-	(1.118)
Baixa de depreciação	-	-	36	48	-	-	84
Saldo em 31/12/2015	3.813	1.928	5.045	256	1.178	4.333	16.553
Custo histórico	3.813	2.906	6.581	360	1.515	4.333	19.508
Depreciação acumulada	-	(978)	(1.536)	(104)	(337)	-	(2.955)
Adições	-	-	-	-	-	4.951	4.951
Baixas	-	-	(1.451)	(275)	(560)	(21)	(2.307)
Transferências de unitização*	275	-	3.916	489	-	(4.680)	-
Transferências - outros ativos**	-	-	-	-	-	977	977
Transferências diversas - custo***	-	-	382	(2)	1	-	381
Depreciação	-	(514)	(769)	(105)	(95)	-	(1.483)
Baixa de depreciação	-	-	1.082	88	164	-	1.334
Transferências diversas - depreciação***	-	-	(382)	2	(1)	-	(381)
Saldo em 31/12/2016	4.088	1.414	7.823	453	687	5.560	20.025
Custo histórico	4.088	2.906	9.428	572	956	5.560	23.510
Depreciação acumulada	-	(1.492)	(1.605)	(119)	(269)	-	(3.485)
Taxa média de depreciação - %	-	10 a 11	5 a 6	17 a 18	6 a 7		

* Transferências em decorrência de unitizações.

** Transferências entre imobilizado e intangível.

*** Referem-se a transferências para adequações entre grupos do ativo imobilizado, as quais não alteram o montante de despesa de depreciação registrada no exercício, uma vez que não tiveram as respectivas vidas úteis alteradas.

Consolidado								
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitoria	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2014	146.598	825.923	740.840	4.774.986	611	4.065	262.225	6.755.248
Custo histórico	156.022	1.067.778	879.168	5.632.356	1.171	6.715	262.225	8.005.435
Depreciação acumulada	(9.424)	(241.855)	(138.328)	(857.370)	(560)	(2.650)	-	(1.250.187)
Adições	-	-	-	-	-	-	521.657	521.657
Baixas***	(1.347)	-	(2.627)	(14.286)	(154)	(200)	-	(18.614)
Transferências	2.338	-	26.512	143.299	107	25	(172.281)	-
Transferências - outros ativos*	(24)	2	(6.548)	15.067	(1)	(186)	(1.716)	6.594
Transferências unitização**	(212)	(32.424)	(140.078)	168.968	22	(141)	3.865	-
Depreciação	(5.294)	(39.065)	(27.207)	(307.200)	(131)	(399)	-	(379.296)
Baixa de depreciação***	-	-	473	3.790	48	100	(1.667)	2.744
Saldo em 31/12/2015	142.059	754.436	591.365	4.784.624	502	3.264	612.083	6.888.333
Custo histórico	156.777	1.035.356	756.427	5.945.404	1.145	6.213	613.750	8.515.072
Depreciação acumulada	(14.718)	(280.920)	(165.062)	(1.160.780)	(643)	(2.949)	(1.667)	(1.626.739)
Adições	-	-	-	-	-	-	1.001.172	1.001.172
Baixas***	-	-	(421)	(2.042)	(275)	(565)	(25.827)	(29.130)
Transferências - outros ativos*	-	-	-	(795)	-	-	759	(36)
Transferências de unitização**	8.325	95.799	177.899	1.123.106	752	125	(1.406.006)	-
Transferências diversas - custo****	(137)	(1.434)	(23.173)	33.194	(13)	99	(1.667)	6.869
Depreciação	(6.660)	(46.161)	(30.664)	(311.498)	(188)	(417)	-	(395.588)
Baixa de depreciação***	(7)	1	62	1.487	87	166	-	1.796
Transferências diversas - depreciação****	(1.211)	(967)	(5.374)	(1.002)	7	11	1.667	(6.869)
Saldo em 31/12/2016	142.369	801.674	709.694	5.627.074	872	2.683	182.181	7.466.547
Custo histórico	164.965	1.129.721	910.732	7.098.867	1.609	5.872	182.181	9.493.947
Depreciação acumulada	(22.596)	(328.047)	(201.038)	(1.471.793)	(737)	(3.189)	-	(2.027.400)
Taxa média de depreciação - %	4 a 5	3 a 4	4 a 5	5 a 6	17 a 18	6 a 7		

*Transferência entre imobilizado e intangível.

**Transferências em decorrência de unitizações.

***Referem-se, principalmente, a baixa dos equipamentos sinistrados na controlada Bio Pedra R\$11.032 em 2015; e a baixa de ativos sem expectativa de benefícios econômicos futuros com a sua utilização, das controladas Aiuruoca R\$13.638, Cachoeira Grande R\$6.513 e Santa Cruz R\$5.699 em 2016. Além disso, em dezembro de 2016 foram realizadas baixas decorrentes de inventários e levantamento de ativos obsoletos (nota explicativa nº 23).

****Referem-se a transferências para adequações entre grupos do ativo imobilizado, as quais não alteram o montante de despesa de depreciação registrada no exercício, uma vez que não tiveram as respectivas vidas úteis alteradas.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía saldo de imobilizado em curso nas seguintes SPEs:

Imobilizado em curso	Saldo Líquido		Data prevista de entrada em operação
	31/12/2016	31/12/2015	
Aiuruoca	359	13.998	*
Bio Buriti	-	3.777	Em operação (a)
Bio Ester	1.035	486	Em operação (a)
Bio Formosa	750	4.967	Em operação (a)
Bio Pedra	373	20.911	Em operação (a)
Bioenergia	158	2.729	Em operação (a)
Boa Vista II	30.048	2.123	IT19
Bons Ventos	6.275	1.178	Em operação (a)
Cachoeira Grande	-	6.513	*
Campo dos Ventos I	-	24.861	**
Campos dos Ventos III	2.517	62.493	**
Campo dos Ventos V	-	24.317	**
Chimay	624	4.411	Em operação (a)
CPFL Renováveis	5.560	4.332	Em operação (a)
Eólica Icaraizinho	2.968	777	Em operação (a)
Jayaditya	1.449	2.335	Em operação (a)
Mata Velha	2.808	148.747	**
Mohini	398	1.178	Em operação (a)
Morro dos Ventos I	1.732	1.499	Em operação (a)
Outras Desa	5.116	5.116	*
Pedra Cheirosa I	75.262	13.097	IT18
Pedra Cheirosa II	33.131	9.992	IT18
Salto Góes	62	1.889	Em operação (a)
Santa Clara I	1.090	1.122	Em operação (a)
Santa Cruz	-	5.699	*
Santa Luzia	123	1.946	Em operação (a)
Santa Mônica	-	27.225	**
Santa Ursula	-	24.670	**
São Benedito	-	26.378	**
São Domingos	200	73.415	**
São Martinho	929	45.946	**
Sul Centrais	1.137	2.177	Em operação (a)
Ventos de Santo Dimas	-	27.071	**
Outros Projetos	8.077	14.708	
Total	182.181	612.083	

* Empreendimento em fase de preparação.

** Empreendimento em operação e finalização da construção.

- (a) Do montante de R\$182.181 referente a imobilizado em curso, R\$23.734 referem-se, basicamente, a melhorias ainda não concluídas nos ativos que já se encontram em operação, visando à otimização da geração de energia, e por essa razão os montantes referentes às melhorias estão sendo demonstrados como imobilizado em curso.

As autorizações das PCHs e dos parques eólicos poderão ser renovadas no final dos seus respectivos prazos, a critério da manifestação do titular da autorização para as PCHs e do Poder Concedente para os parques eólicos. As concessões de PCHs, caso não sejam renovadas, deverão ser devolvidas ao Poder Concedente no final de seus respectivos prazos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não identificou nenhum evento que

pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi registrada no consolidado despesa de depreciação no montante de R\$395.588, sendo que R\$393.417 classificada no grupo “Custos de geração de energia elétrica” na rubrica “Depreciação e amortização”, e R\$2.171 no grupo “Despesas gerais e administrativas” na rubrica “Depreciação e amortização”.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor total de imobilizado dado em garantia às instituições financeiras é de R\$4.157.894, referente a contratos de empréstimos e financiamentos celebrados na modalidade FINAME (nota explicativa nº 15).

Início de operação

a) Mata Velha

Conforme Despachos nº 1.145 e nº 1.240, emitidos pela ANEEL, de 06 e 12 de maio de 2016, respectivamente, estabeleceu-se as datas de 07 e 13 de maio de 2016, para início de operação comercial da UG1 e UG2 de 12.000 KW cada, totalizando 24.000 KW de capacidade instalada do Empreendimento PCH Mata Velha, localizado no município de Cabeceira Grande e Unaí, Estado de Minas Gerais.

b) Campo dos Ventos III

Conforme Despachos nº 1.105, 1.253, 1.333 e 1.479, emitidos pela ANEEL, de 04 de maio a 03 de junho de 2016, estabeleceu-se gradativamente o início de operação comercial das 12 unidades geradoras de 2.100 KW cada, totalizando 25.200 KW de capacidade instalada do Parque Eólico Campo dos Ventos III, localizado no município de João Câmara, no Estado do Rio Grande do Norte.

c) Campo dos Ventos V

Conforme Despachos nº 1.480, 1.542, 1.612, 1.752, 1.800 e 2.016, emitidos pela ANEEL, de 03 de junho a 27 de julho de 2016, estabeleceu-se gradativamente o início de operação comercial das 12 unidades geradoras de 2.100 KW cada, totalizando 25.200 KW de capacidade instalada do Parque Eólico Campo dos Ventos V, localizado no município de Parazinho, no Estado do Rio Grande do Norte.

d) Campo dos Ventos I

Conforme Despachos nº 1.668, 1.681, 1.731, 1.751, 1.765, 1.882 e 1.799, emitidos pela ANEEL, de 22 de junho a 06 de julho de 2016, estabeleceu-se gradativamente o início de operação comercial das 12 unidades geradoras de 2.100 KW cada, totalizando 25.200 KW de capacidade instalada do Parque Eólico Campo dos Ventos I, localizado no município de João Câmara, no Estado do Rio Grande do Norte.

e) São Domingos

Conforme Despachos nº 2.292, 2.332, 2.392, 2.145, 2.479 e 2.560, emitidos pela ANEEL, de 26 de agosto a 23 de setembro de 2016, estabeleceu-se gradativamente o início de operação comercial das 12 unidades geradoras de 2.100 KW cada, totalizando 25.200 KW de capacidade instalada do Parque Eólico São Domingos, localizado no município de São Miguel do Gostoso, no Estado do

Rio Grande do Norte.

f) São Benedito

Conforme Despachos nº 2.163, 2.291, 2.559 e 2.631, emitidos pela ANEEL, de 13 de agosto a 1º de outubro de 2016, estabeleceu-se gradativamente o início de operação comercial das 14 unidades geradoras de 2.100 KW cada, totalizando 29.400 KW de capacidade instalada do Parque Eólico São Benedito, localizado no município de São Miguel do Gostoso, no Estado do Rio Grande do Norte.

g) Santo Dimas

Conforme Despachos nº 2.711, 2.754, 2.808 e 2.881, emitidos pela ANEEL, de 11 de outubro a 02 de novembro de 2016, estabeleceu-se gradativamente o início de operação comercial das 14 unidades geradoras de 2.100 KW cada, totalizando 29.400 KW de capacidade instalada do Parque Eólico Santo Dimas, localizado no município de São Miguel do Gostoso, no Estado do Rio Grande do Norte.

h) São Martinho

Conforme Despacho nº 2.905, emitido pela ANEEL em 04 de novembro de 2016, estabeleceu-se gradativamente o início de operação comercial das 7 unidades geradoras de 2.100 KW cada, totalizando 14.700 KW de capacidade instalada do Parque Eólico São Martinho, localizado no município de Touros, no Estado do Rio Grande do Norte.

i) Santa Úrsula

Conforme Despachos nº 2.967, 3.007, 3.078 e 3.215, emitidos pela ANEEL, de 15 de novembro a 09 de dezembro de 2016, estabeleceu-se gradativamente o início de operação comercial das 13 unidades geradoras de 2.100 KW cada, totalizando 27.300 KW de capacidade instalada do Parque Eólico Santa Úrsula, localizado no município de Touros, no Estado do Rio Grande do Norte.

j) Santa Mônica

Conforme Despachos nº 3.214, 3.289 e 3.358, emitidos pela ANEEL, de 09 a 22 de dezembro de 2016, estabeleceu-se gradativamente o início de operação comercial das 14 unidades geradoras de 2.100 KW cada, totalizando 29.400 KW de capacidade instalada do Parque Eólico Santa Mônica, localizado no município de Touros, no Estado do Rio Grande do Norte.

13. INTANGÍVEL

A composição e movimentação do saldo do intangível é como segue:

	<u>Controladora</u>
	<u>Outros ativos</u>
	<u>intangíveis</u>
Saldo em 31/12/2014	7.947
Custo histórico	13.213
Amortização acumulada	(5.266)
Adições	4.303
Amortização	(2.142)
Transferências - outros ativos*	(216)
Saldo em 31/12/2015	<u>9.892</u>
Custo histórico	17.300
Amortização acumulada	(7.408)
Adições	3.197
Baixas	(3.990)
Transferências - outros ativos*	(977)
Amortização	(3.155)
Transferências diversas - custo**	(390)
Transferências diversas - amortização**	390
Baixas de amortização	3.314
Saldo em 31/12/2016	<u>8.281</u>
Custo histórico	15.140
Amortização acumulada	(6.859)
Taxa média de amortização - %	20

* Transferências entre imobilizado e intangível.

** Referem-se a transferências para adequações entre grupos do ativo intangível, as quais não alteram o montante de despesa de amortização registrada no exercício, uma vez que não tiveram as respectivas vidas úteis alteradas.

	Consolidado		
	Adquirido em combinações de negócios	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2014	3.352.524	48.158	3.400.682
Custo histórico	3.764.810	65.562	3.830.372
Amortização acumulada	(412.286)	(17.404)	(429.690)
Adições	-	4.412	4.412
Transferências - outros ativos*	-	(6.594)	(6.594)
Baixas	-	(73)	(73)
Amortização	(157.308)	(3.973)	(161.281)
Saldo em 31/12/2015	3.195.216	41.930	3.237.146
Custo histórico	3.764.810	63.307	3.828.117
Amortização acumulada	(569.594)	(21.377)	(590.971)
Adições	-	3.221	3.221
Transferências - outros ativos*	-	36	36
Transferências diversas - custo**	-	(2.152)	(2.152)
Baixas***	(7.284)	(14.907)	(22.191)
Provisão para perda****	(40.433)	-	(40.433)
Amortização	(152.471)	(5.110)	(157.581)
Baixa amortização***	-	5.958	5.958
Transferências diversas - amortização**	-	2.152	2.152
Saldo em 31/12/2016	2.995.028	31.128	3.026.156
Custo histórico	3.717.093	49.505	3.766.598
Amortização acumulada	(722.065)	(18.377)	(740.442)
Taxa média de amortização - %	5	20	

* Transferências entre imobilizado e intangível.

** Referem-se a transferências para adequações entre grupos do ativo intangível, as quais não alteram o montante de despesa de amortização registrada no exercício, uma vez que não tiveram as respectivas vidas úteis alteradas.

*** A Companhia reconheceu, na data da associação com a DESA, passivos contingentes avaliados ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante de R\$7.591, decorrente de riscos cíveis, cuja contrapartida foi registrada no ativo intangível. Em outubro de 2016 houve a baixa desse montante, devido ao encerramento dos processos. Além disso, em dezembro de 2016 foram realizadas baixas decorrentes de inventários e levantamento de ativos obsoletos e a baixa de intangível de direito de exploração referente aos projetos Campo dos Ventos IV e Eurus V, no montante de R\$7.284, em decorrência da ausência de expectativa de obtenção de benefícios econômicos futuros com a sua utilização.

**** Refere-se a provisão para perda do direito de exploração de Aiuruoca pela incerteza de sua realização em 31 de dezembro de 2016 (nota explicativa nº 23).

A Companhia possuía saldos de direito de exploração das seguintes SPEs:

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2014	Amortização	Transferência	Saldo em 31/12/2015
Aiuuoca	52.230	-	504	52.734
Alto Irani	138.878	(8.145)	4.314	135.047
Arvoredo	30.057	(2.390)	1.997	29.664
Atlântica I	456	(15)	1	442
Atlântica II	456	(15)	2	443
Atlântica IV	457	(15)	1	443
Atlântica V	456	(15)	2	443
Baixa Verde	7.759	-	(2.778)	4.981
Barra da Paciência	53.183	(2.241)	(810)	50.132
Bio Ester	14.838	(944)	(1.086)	12.808
Boa Vista 2	74.049	-	-	74.049
Bons Ventos	665.660	(36.378)	383	629.665
Cachoeira Grande	2.653	-	2	2.655
Cajueiro	10.699	-	(2.876)	7.823
Campos dos Ventos I	2.812	-	830	3.642
Campos dos Ventos II	5.348	(170)	-	5.178
Campos dos Ventos III	2.812	-	830	3.642
Campos dos Ventos IV	2.812	-	830	3.642
Campos dos Ventos V	2.812	-	830	3.642
Cocais Grande	23.126	(1.842)	511	21.795
Corrente Grande	32.370	(1.346)	(463)	30.561
Costa Branca	50.082	(1.483)	(1.776)	46.823
Costas das Dunas	5.108	-	170	5.278
Eólica Formosa	196.481	(21.885)	7.464	182.060
Eólica Icaraizinho	301.210	(14.477)	(3.144)	283.589
Eólica Paracuru	199.370	(7.630)	(3.268)	188.472
Eurus I	65.163	(2.167)	(56)	62.940
Eurus III	65.163	(2.167)	(56)	62.940
Eurus V	3.225	-	417	3.642
Eurus VI	795	(39)	418	1.174
Farol de Touros	4.336	-	(276)	4.060
Figueira Branca	2.436	-	-	2.436
Figueiropolis	6.598	(360)	(9)	6.229
Gameleira	3.248	-	-	3.248
Juremas	41.244	(1.224)	(1.464)	38.556
Ludesa	131.017	(7.715)	(201)	123.101
Macacos	54.030	(1.602)	(1.919)	50.509
Mata Velha	25.463	-	-	25.463
Morro dos Ventos I	50.557	(1.722)	(45)	48.790
Morro dos Ventos II	3.172	(68)	(1)	3.103
Morro dos Ventos III	50.575	(1.723)	(45)	48.807
Morro dos Ventos IV	50.575	(1.723)	(45)	48.807
Morro dos Ventos IX	52.784	(1.798)	(47)	50.939
Morro dos Ventos VI	50.575	(1.723)	(45)	48.807
Ninho da Águia	23.125	(1.656)	326	21.795
Paiol	46.240	(3.721)	2.962	45.481
Pedra Cheirosa I	40.147	-	-	40.147
Pedra Cheirosa II	36.133	-	(20)	36.113
Pedra Preta	54.039	(1.599)	(1.919)	50.521
Penedo	36.682	-	-	36.682
Plano Alto	106.818	(6.060)	(272)	100.486
Rosa dos Ventos	64.662	(3.696)	1	60.967
Salto Goes	51.605	(2.004)	(338)	49.263
Santa Clara I	4.834	(159)	2	4.677
Santa Clara II	4.834	(156)	-	4.678
Santa Clara III	4.834	(159)	-	4.675
Santa Clara IV	4.834	(159)	-	4.675
Santa Clara V	4.836	(155)	-	4.681
Santa Clara VI	4.834	(159)	-	4.675
Santa Cruz	1.288	-	-	1.288
Santa Luzia	79.721	(2.814)	3	76.910
Santa Mônica	5.963	-	-	5.963
Santa Ursula	5.963	-	-	5.963
São Benedito	5.963	-	-	5.963
São Domingos	5.963	-	-	5.963
São Gonçalo	25.438	(2.231)	806	24.013
Siif Cinco	120.040	(6.391)	(1.611)	112.038
Tombo	26.505	-	-	26.505
Varginha	20.810	(1.542)	348	19.616
Várzea Alegre	17.357	(1.625)	616	16.348
Ventos de Santo Dimas	5.963	-	-	5.963
Ventos de São Martinho	5.963	-	-	5.963
Direito de autorização	3.352.524	(157.308)	-	3.195.216

	Consolidado			Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 31/12/2015	Amortização	Baixa /provisão para perda	
Aiuruoca	52.734	-	(40.433)	12.301
Alto Irani	135.047	(8.148)	-	126.899
Arvoredo	29.664	(1.752)	-	27.912
Atlântica I	442	(17)	-	425
Atlântica II	443	(17)	-	426
Atlântica IV	443	(17)	-	426
Atlântica V	443	(17)	-	426
Baixa Verde	4.981	-	-	4.981
Barra da Paciência	50.132	(3.576)	-	46.556
Bio Ester	12.808	(948)	-	11.860
Boa Vista 2	74.049	-	-	74.049
Bons Ventos	629.665	(36.372)	-	593.293
Cachoeira Grande	2.655	-	-	2.655
Cajueiro	7.823	-	-	7.823
Campos dos Ventos I	3.642	(55)	-	3.587
Campos dos Ventos II	5.178	(168)	-	5.010
Campos dos Ventos III	3.642	(66)	-	3.576
Campos dos Ventos IV	3.642	-	(3.642)	-
Campos dos Ventos V	3.642	(55)	-	3.587
Cocais Grande	21.795	(1.560)	-	20.235
Corrente Grande	30.561	(2.172)	-	28.389
Costa Branca	46.823	(1.524)	-	45.299
Costas das Dunas	5.278	-	-	5.278
Eólica Fomosa	182.060	(11.028)	-	171.032
Eólica Icarazinho	283.589	(17.015)	-	266.574
Eólica Paracuru	188.472	(11.304)	-	177.168
Eurus I	62.940	(2.076)	-	60.864
Eurus III	62.940	(2.076)	-	60.864
Eurus V	3.642	-	(3.642)	-
Eurus VI	1.174	(36)	-	1.138
Farol de Touros	4.060	-	-	4.060
Figueira Branca	2.436	-	-	2.436
Figueiropolis	6.229	(336)	-	5.893
Gameleira	3.248	-	-	3.248
Juremas	38.556	(1.260)	-	37.296
Ludesa	123.101	(7.236)	-	115.865
Macacos	50.509	(1.644)	-	48.865
Mata Velha	25.463	(928)	-	24.535
Morro dos Ventos I	48.790	(1.644)	-	47.146
Morro dos Ventos II	3.103	(96)	-	3.007
Morro dos Ventos III	48.807	(1.644)	-	47.163
Morro dos Ventos IV	48.807	(1.644)	-	47.163
Morro dos Ventos VI	48.807	(1.644)	-	47.163
Morro dos Ventos IX	50.939	(1.716)	-	49.223
Ninho da Águia	21.795	(1.560)	-	20.235
PaioI	45.481	(2.736)	-	42.745
Santa Luzia	76.910	(2.820)	-	74.090
Pedra Cheirosa I	40.147	-	-	40.147
Pedra Cheirosa II	36.113	-	-	36.113
Pedra Preta	50.521	(1.644)	-	48.877
Penedo	36.682	-	-	36.682
Plano Alto	100.486	(6.060)	-	94.426
Rosa dos Ventos	60.967	(3.696)	-	57.271
Salto Goes	49.263	(2.004)	-	47.259
Santa Clara I	4.677	(156)	-	4.521
Santa Clara II	4.678	(156)	-	4.522
Santa Clara III	4.675	(156)	-	4.519
Santa Clara IV	4.675	(156)	-	4.519
Santa Clara V	4.681	(156)	-	4.525
Santa Clara VI	4.675	(156)	-	4.519
Santa Cruz	1.288	-	-	1.288
Santa Mônica	5.963	(18)	-	5.945
Santa Ursula	5.963	(18)	-	5.945
São Benedito	5.963	(36)	-	5.927
São Domingos	5.963	(52)	-	5.911
São Gonçalo	24.013	(1.704)	-	22.309
Siif Cinco	112.038	(6.792)	-	105.246
Tombo	26.505	-	-	26.505
Varginha	19.616	(1.404)	-	18.212
Várzea Alegre	16.348	(1.164)	-	15.184
Ventos de Santo Dimas	5.963	(18)	-	5.945
Ventos de São Martinho	5.963	(18)	-	5.945
Direito de autorização	3.195.216	(152.471)	(47.717)	2.995.028

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no consolidado foi registrada despesa de amortização do direito de exploração no valor de R\$152.471 (R\$157.308 em 31 de dezembro de 2015), classificada no grupo “Despesas operacionais”.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi registrada despesa de amortização de outros intangíveis no montante de R\$5.110 (consolidado), sendo que R\$1.955 classificada no grupo “Custos de geração de energia elétrica” na rubrica “Depreciação e amortização”, e R\$3.155 no grupo “Despesas gerais e administrativas” na rubrica “Depreciação e amortização”.

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método da linha reta a partir da data de entrada em operação.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia identificou eventos que geraram a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis de Aiuruoca, Campo dos Ventos IV e Eurus V, para os demais não houve a necessidade de constituição de provisão.

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	13.545	9.300	36.410	26.099
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	653	814
Materiais e serviços	5.419	4.745	38.699	34.581
Total	<u>18.964</u>	<u>14.045</u>	<u>75.762</u>	<u>61.494</u>
Não circulante				
Materiais e serviços	-	-	633	633
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>633</u>	<u>633</u>

A CPFL Renováveis coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora									
	31/12/2016					31/12/2015				
	Encargos circulante	Principal			Total	Encargos circulante	Principal			Total
Circulante		Total circulante	Não circulante	Circulante			Total circulante	Não circulante		
Mensuradas ao custo										
Moeda nacional										
Investimento	2.278	79.941	82.219	640.786	723.005	2.484	78.350	80.834	712.171	793.005
Gastos com captação	-	(28)	(28)	(45)	(73)	-	-	-	(93)	(93)
Instituição Financeira	6.270	59.588	65.858	128.412	194.270	-	-	-	-	-
Gastos com captação	-	(110)	(110)	(596)	(706)	-	-	-	-	-
Total	8.548	139.391	147.939	768.557	916.496	2.484	78.350	80.834	712.078	792.912

Controladora								
Saldo em 31/12/2014	Liberações	Correção Monetária	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pagamento juros	Saldo em 31/12/2015
868.674	-	2.359	58.411	-	19	(78.204)	(58.347)	792.912

Controladora								
Saldo em 31/12/2015	Liberações	Correção Monetária	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pagamento juros	Saldo em 31/12/2016
792.912	188.000	8.917	69.003	(705)	20	(78.712)	(62.939)	916.496

	Consolidado									
	31/12/2016					31/12/2015				
	Encargos circulante	Principal			Total	Encargos circulante	Principal			Total
Circulante		Total circulante	Não circulante	Circulante			Total circulante	Não circulante		
Mensuradas ao custo										
Investimento	12.628	408.115	420.743	3.251.355	3.672.098	11.512	313.898	325.410	3.279.013	3.604.423
Gastos com captação	-	(591)	(591)	(7.736)	(8.327)	-	-	-	(7.850)	(7.850)
Instituições financeiras	17.180	114.488	131.668	521.512	653.180	2.679	40.000	42.679	248.000	290.679
Gastos com captação	-	(619)	(619)	(5.775)	(6.394)	-	-	-	(1.656)	(1.656)
Total	29.808	521.393	551.201	3.759.356	4.310.557	14.191	353.898	368.089	3.517.507	3.885.596

Consolidado								
Saldo em 31/12/2014	Liberações	Correção Monetária	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pagamento juros	Saldo em 31/12/2015
3.909.976	396.386	17.103	305.123	(2.525)	1.652	(442.875)	(299.244)	3.885.596

Consolidado								
Saldo em 31/12/2015	Liberações	Correção Monetária	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pagamento juros	Saldo em 31/12/2016
3.885.596	720.205	48.387	349.126	(7.060)	1.845	(387.483)	(300.059)	4.310.557

Mensuradas ao custo	Consolidado				
	31/12/2016	31/12/2015	Remuneração anual	Condições de Amortização	Principais garantias
Moeda nacional					
Investimento					
FINEM I	262.224	290.445	TJLP + 1,95%	168 parcelas mensais a partir de outubro de 2009 e julho de 2011	PCH Holding devedora solidária, carta fiança
FINEM II	22.210	25.308	TJLP + 1,90%	144 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária dos direitos creditórios
FINEM III *	495.912	528.528	TJLP + 1,72%	192 parcelas mensais a partir de maio de 2013	Fiança da CPFL Energia, penhor de quotas, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
FINEM V	80.362	90.679	TJLP + 2,8% e 3,4%	143 meses a partir de dezembro de 2011	PCH Holding 2 e CPFL Renováveis devedora solidária.
FINEM VI	74.737	79.456	TJLP + 2,05%	173 a 192 parcelas mensais a partir de outubro de 2013 e abril de 2015	Penhor de ações da CPFL Renováveis, cessão de recebíveis
FINEM VII	138.474	156.737	TJLP + 1,92 %	156 parcelas mensais a partir de outubro de 2010 a setembro de 2023	Penhor de ações, cessão fiduciária, alienação fiduciária das máquinas e equipamentos.
FINEM IX	25.195	32.289	TJLP + 2,15%	120 parcelas a partir de maio de 2010	Penhor de ações da controlada, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, hipoteca de imóveis e carta de fiança
FINEM X	230	528	TJLP	84 parcelas a partir de outubro de 2010	Penhor de ações, cessão fiduciária, alienação fiduciária das máquinas e equipamentos
FINEM XI *	105.670	115.676	TJLP + 1,87% a 1,9%	De 108 a 168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012 e janeiro de 2013	Fiança da CPFL Energia, penhor de quotas, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
FINEM XII	317.289	335.894	TJLP e TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de julho de 2014	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária conjunta de direitos creditórios e penhor de ações
FINEM XIII	318.257	296.891	TJLP + 2,02% a 2,18%	192 parcelas mensais a partir de novembro de 2014	Penhor de ações da SPE, penhor de máquinas e equipamentos do projeto, cessão fiduciária.
FINEM XIV	-	11.599	TJLP + 3,50%	120 prestações mensais a partir de junho 2007	Penhor de ações, penhor de direitos creditórios, propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos a serem adquiridos como recursos da operação.
FINEM XV	27.305	31.227	TJLP + 3,44%	139 parcelas mensais a partir de setembro de 2011	Penhor de ações da interveniente, cessão dos direitos creditórios, penhor dos direitos emergentes autorizados pela ANEEL e conta reserva da SPE
FINEM XVI	6.418	8.500	Pré-fixado 5,5%	101 parcelas mensais a partir de setembro de 2011	Penhor de ações da interveniente, cessão dos direitos creditórios, penhor dos direitos emergentes autorizados pela ANEEL e conta reserva da SPE
FINEM XVII	460.426	490.786	TJLP e TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de janeiro de 2013	Penhor das ações da interveniente, cessão fiduciária dos direitos creditórios, propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos, penhor de direitos emergentes da autorização da ANEEL, conta reserva das SPEs e da interveniente Desa Eólicas.
FINEM XVIII	13.763	18.481	Pré-fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, cessão fiduciária dos recebíveis, fiança da CPFL Energia
FINEM XIX	29.559	31.381	TJLP + 2,02%	192 parcelas a partir de janeiro de 2014	Penhor de ações e conta reserva da SPE e cessão de recebíveis
FINEM XX	44.650	52.091	Pré-fixado 2,5%	108 parcelas a partir de janeiro de 2014	Penhor de ações da CPFL Renováveis, penhor de ações e conta reserva da SPE, cessão de recebíveis
FINEM XXI	40.281	42.765	TJLP + 2,02%	192 parcelas a partir de janeiro de 2014	Penhor de ações e conta reserva da SPE, cessão de recebíveis
FINEM XXII	39.281	45.828	Pré-fixado 2,5%	108 parcelas a partir de janeiro de 2014	Penhor de ações da CPFL Renováveis, penhor de ações e conta reserva da SPE, cessão de recebíveis
FINEM XXIII	1.729	2.305	Pré-fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Penhor de ações e conta reserva, cessão de receitas
FINEM XXIV *	109.580	136.528	Pré-fixado 5,5%	102 a 108 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012 a agosto de 2020	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária conjunta de direitos creditórios
FINEM XXV	87.492	79.010	TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de julho de 2016 a junho 2032	Penhor das ações da SPE, cessão fiduciária dos direitos creditórios, propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos, penhor de direitos emergentes da autorização da ANEEL.
FINEM XXVI	525.011	270.768	TJLP + 2,75%	192 parcelas mensais a partir de julho de 2017 a junho 2033	Penhor de Ações da T-16 e das SPEs, dos aerogeradores, cessão fiduciária dos direitos creditórios, conta reserva serviço da dívida, conta reserva O&M e conta reserva especial.
FINEM XXVII	70.532	-	TJLP + 2,02%	162 parcelas mensais a partir de novembro de 2016 a abril 2030	Penhor de ações da interveniente, cessão dos direitos creditórios, penhor dos direitos emergentes autorizados pela ANEEL e conta reserva da SPE
FINAME I	2.857	3.327	Pré-fixado 2,5%	96 parcelas a partir de fevereiro 2015	Alienação fiduciária e aval da CPFL Renováveis
FINEP I *	1.397	1.890	Pré-fixado 3,5%	61 parcelas mensais a partir de outubro de 2014	Fiança bancária
FINEP II *	10.445	10.383	TJLP - 1%	85 parcelas mensais a partir de junho de 2017	Fiança bancária
FINEP III	5.232	6.374	TJLP + 2%	73 parcelas mensais a partir de julho de 2015	Fiança bancária
BNB I	100.323	108.835	Pré fixado de 9,5% a 10% a.a. e bônus de adimplência de 15%	168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2009 a 2028	Alienação fiduciária, ação da controlada e garantia da SHF Energies
BNB II	158.364	165.324	Pré fixado 10% a.a. e bônus de adimplência de 15% e 25%	222 parcelas mensais a partir de maio de 2010 a outubro de 2029	Fiança da CPFL Energia
BNB III	29.020	30.837	Pré fixado de 9,5% a.a. e bônus de adimplência de 25%	228 parcelas mensais a partir de julho de 2009 a julho de 2028	Fiança, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
NIB	67.872	72.739	ICPM + 8,63% a.a.	Juros e principal amortizados trimestralmente início em junho 2011 até setembro 2023	Não existem garantias
Banco do Brasil	-	31.014	Pré fixado 10% a.a. e bonus de adimplência de 15%	132 parcelas mensais a partir de junho de 2010	Penhor de ações, penhor de direitos emergentes da autorização da ANEEL e de direitos creditórios, cessão e vinculação de receitas, fiança bancária e seguros garantias e conta reserva da SPE.
Gastos com captação	(8.327)	(7.850)			
Instituições Financeiras					
Bradesco	250.363	290.679	CDI + 0,5% a.a.	8 parcelas anuais a partir de junho de 2013	Alienação de ações
Safa	208.547	-	105% do CDI	14 parcelas a partir de agosto de 2016	Estrutura de ações preferenciais resgatáveis
CCB - BBM *	44.171	-	CDI+3,40% a.a.	Juros semestrais com amortização única em março de 2018	Não existem garantias
CCB - ABC *	44.217	-	CDI+3,80% a.a.	Juros em 2 parcelas com amortização única em dezembro de 2017	Não existem garantias
NP - ABC *	105.883	-	CDI+3,80% a.a.	Juros e principal amortizados em 4 séries com vencimentos semestrais, a partir de fevereiro de 2017	Não existem garantias
Gastos com captação	(6.394)	(1.656)			
	<u>4.310.557</u>	<u>3.885.596</u>			

* Empréstimos registrados na controladora

Principais movimentações no exercício:Moeda nacionalInvestimento:

FINEM XIII - No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as controladas pertencentes ao Complexo Eólico Atlântica liberaram R\$38.873 do seu financiamento junto ao BNDES referente ao subcrédito (“A”). O custo do referido subcrédito é de TJLP e o saldo a liberar é de R\$3.800.

FINEM XIV - Em 14 de Abril de 2016, a controlada Ludes Energética S.A. efetuou a quitação do contrato de financiamento, no montante de R\$9.625. Esse contrato possuía vencimento em maio de 2017 e com custo de TJLP + 3,5% a.a.

FINEM XXVI - No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as controladas pertencentes ao Complexo Campo dos Ventos e São Benedito liberaram R\$219.028 do seu financiamento junto ao BNDES, sendo R\$25.975 referentes ao subcrédito (“A”) e R\$193.053 ao subcrédito (“B”). O saldo a liberar é de R\$274.439.

FINEM XXVII - No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a controlada Mata Velha liberou R\$67.628 do seu financiamento junto ao BNDES, sendo R\$50.608 referentes ao subcrédito (“A”) e R\$17.020 ao subcrédito (“B”). O saldo a liberar é de R\$1.475.

FINEM XXV - No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a controlada Morro dos Ventos II liberou R\$6.676 do seu financiamento junto ao BNDES, sendo R\$559 referentes ao subcrédito (“A”) e R\$6.117 ao subcrédito (“B”). O saldo a liberar é de R\$1.930.

Instituições financeiras:

Safra (Ações preferenciais resgatáveis) – No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as controladas Alto Irani e Plano Alto captaram junto ao Banco Safra R\$130.000 na modalidade ações preferenciais resgatáveis. A operação possui custo de 105% do CDI a.a.

Banco BBM (Cédula de Crédito Bancário - CCB) – No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a controladora captou junto ao Banco BBM R\$44.000 na modalidade cédula de crédito bancário, ao custo de CDI + 3,30% a.a. para o montante de R\$30.000 e de CDI + 3,80% a.a. para o montante de R\$14.000. No mês de dezembro, foi realizado um aditamento destes contratos, ampliando o prazo e consolidando o custo em CDI + 3,40% a.a.

Banco ABC (Cédula de Crédito Bancário - CCB) – No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a controladora captou junto ao Banco ABC R\$44.000 na modalidade cédula de crédito bancário. A operação possui custo de CDI + 3,80% a.a.

Banco ABC (Nota Promissória) – No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a controladora emitiu a 2ª emissão de notas promissórias, no montante de R\$100.000 junto ao Banco ABC. A operação possui custo de CDI + 3,80% a.a.

Safra (Ações preferenciais resgatáveis) – No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a controlada Figueirópolis captou junto ao Banco Safra R\$70.000 na modalidade ações preferenciais resgatáveis. A operação possui custo de 105% do CDI a.a.

Banco do Brasil (FCO) - Em 26 de setembro de 2016, a controlada Figueirópolis efetuou a quitação do contrato de financiamento, no montante de R\$26.711. Esse contrato possuía vencimento em maio de 2021, com custo de 10% a.a.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo têm vencimentos assim programados:

Controladora		Consolidado	
Vencimento	Valor	Vencimento	Valor
2018	208.345	2018	536.827
2019	80.451	2019	425.451
2020	80.061	2020	434.418
2021	54.960	2021	335.401
2022	53.177	2022	340.505
2023 a 2027	238.128	2023 a 2027	1.211.629
2028 a 2032	53.435	2028 a 2032	458.899
2033 a 2037	-	2033 a 2037	16.226
Total	768.557	Total	3.759.356

Condições Restritivas:

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia e/ou suas controladas mantenham determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos. Os empréstimos vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 têm as seguintes cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros:

FINEM I

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.

Em 31 de dezembro de 2016 a SPE Ninho da Águia Energia S.A., a SPE Paiol Energia S.A. e a SPE Várzea Alegre Energia S.A. não atenderam o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) referente ao segundo semestre de 2016, cujo parâmetro previa uma geração de caixa correspondente a 1,2 vezes o serviço da dívida do respectivo período. O montante total das dívidas, de R\$ 87.375, foi classificado no passivo circulante. Não houve declaração de vencimento antecipado das dívidas em razão do não atendimento do ICSD pactuado em 31 de dezembro de 2016. Após 31 de dezembro de 2016, as Companhias obtiveram do BNDES a dispensa para apuração do ICSD referente ao segundo semestre de 2016. O descumprimento do referido covenant também não provocou o vencimento antecipado das demais dívidas que possuem condições específicas de crossdefault.

FINEM II e FINEM XVIII

- Restrição à distribuição de dividendos caso não sejam atingidos Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,0 e Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 0,8.

FINEM III

- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante o período de amortização.

FINEM V

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 30%, durante o período de amortização.

FINEM VI

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.

Em dezembro de 2015, a Companhia obteve do BNDES a dispensa para apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

FINEM VII, FINEM X e FINEM XXIII

- Manutenção anual de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de saldos mínimos em conta reserva.
- Distribuição de dividendos limitada ao Índice Exigível Total dividido pelo Patrimônio Líquido menor que 2,33.

FINEM IX

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3 durante a vigência do contrato.

FINEM XI e FINEM XXIV

- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante o período de amortização.

FINEM XII

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida das controladas pertencentes ao Complexo Macacos maior ou igual a 1,3, após o início de amortização e durante a vigência do contrato.
- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado maior ou igual a 1,3, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Eólica Holding, após o início de amortização e durante a vigência do contrato.

FINEM XIII

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3 durante a vigência do contrato.

FINEM XIV

- Manutenção semestral do Índice de Capital Próprio definido pela relação Patrimônio Líquido sobre o Ativo Total, igual ou superior a 30% do Investimento total do Projeto, bem como Índice de Cobertura do Serviço da dívida igual ou maior a 1,3 durante o período de amortização. Em 14 de Abril de 2016 ocorreu a quitação do contrato de financiamento.

FINEM XV e FINEM XVI

- Manutenção trimestral do Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento), definido como a razão entre o Patrimônio Líquido e o Ativo Total.
- Manutenção trimestral do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de, no mínimo 1,2, durante o período de amortização.

FINEM XVII

- Manutenção anual do Índice de Cobertura da Dívida igual ou maior a 1,20, durante o período de amortização.
- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado maior ou igual a 1,3, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Desa Eólicas.

FINEM XIX e FINEM XX

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 em 2017 em diante e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.

- Manutenção de Índice de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas) maior ou igual a 0,41 nos anos de 2013 a 2016 e 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.

Em dezembro de 2015 a Companhia obteve do BNDES a anuência para descumprimento do ICSD sem que seja declarado o vencimento antecipado da dívida, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Em dezembro de 2016 a Companhia obteve do BNDES a anuência para descumprimento do índice Dívida Líquida/EBITDA sem que seja declarado o vencimento antecipado da dívida, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

FINEM XXI e FINEM XXII

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 em 2017 em diante e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas) maior ou igual a 0,41 nos anos de 2013 a 2016 e 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.

Em dezembro de 2015 a Companhia obteve do BNDES a anuência para descumprimento do ICSD sem que seja declarado o vencimento antecipado da dívida, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Em dezembro de 2016 a Companhia obteve do BNDES a anuência para descumprimento do índice Dívida Líquida/EBITDA sem que seja declarado o vencimento antecipado da dívida, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

FINEM XXV

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de, no mínimo 1,3, durante o período de amortização do contrato.

FINEM XXVI

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida das controladas pertencentes aos Complexos de São Benedito e Campo dos Ventos maior ou igual a 1,3, durante a vigência do contrato.

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado maior ou igual a 1,3, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Turbina 16, durante a vigência do contrato.

FINEM XXVII

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato;
- Manutenção anual do Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 39,5% (trinta e nove inteiros e cinquenta centésimos por cento), definido como a razão entre o Patrimônio Líquido e o Ativo Total.

Bradesco

- Obrigação a partir de 2014 de manter a relação entre Dívida Líquida e EBITDA inferior a 4,50 em junho de 2014, 4,25 em dezembro de 2014, 4,00 em junho de 2015 e 3,50 nos demais semestres até a quitação.

NIB

- Manutenção semestral de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção do Coeficiente de Endividamento igual ou inferior a 70% durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Cobertura da Duração do Financiamento maior ou igual a 1,7 durante o período de amortização.

Banco do Brasil

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de, no mínimo, 1,2, durante o período de amortização.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, todas as condições restritivas qualitativas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados na data base estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2016.

16. DEBÊNTURES

		Quantidade em circulação	Remuneração anual	Taxa Efetiva	Condições de amortização	Garantias	Controladora									
							31/12/2016					31/12/2015				
							Encargos	Circulante	Total circulante	Não circulante	Total	Encargos	Circulante	Total circulante	Não circulante	Total
1ª Emissão - Renováveis	Série Única	43.000	CDI + 1,7%	CDI + 1,82%	Principal anual a ser pago a partir de maio de 2015 e juros semestrais pagos a partir de novembro 2012	Cessão Fiduciária dos dividendos da BVP e PCH Holding	6.160	43.000	49.160	322.500	371.660	6.579	43.000	49.579	365.500	415.079
2ª Emissão - Renováveis	Série Única	300.000	114% do CDI	115,43% CDI	Principal anual a ser pago a partir de março de 2017 e juros semestrais pagos a partir de setembro 2014	Quirografia	11.486	30.000	41.486	270.000	311.486	11.893	-	11.893	300.000	311.893
3ª Emissão - Renováveis	Série Única	29.600	117,25% CDI	120,64% CDI	3 parcelas pagas semestralmente a partir de abril 2018 e juros semestrais a partir de novembro 2015	Quirografia	4.444	-	4.444	296.000	300.444	4.589	-	4.589	296.000	300.589
4ª Emissão - Renováveis	Primeira Série	20.000	126% CDI	134,22% CDI	3 parcelas anuais a partir de setembro de 2019 e juros semestrais a partir de março de 2017	Aval CPFL Energia	7.925	-	7.925	200.000	207.925	-	-	-	-	-
						Gastos com captação	-	(213)	(213)	(7.165)	(7.378)	-	-	-	(4.787)	(4.787)
							<u>30.015</u>	<u>72.787</u>	<u>102.802</u>	<u>1.081.335</u>	<u>1.184.137</u>	<u>23.061</u>	<u>43.000</u>	<u>66.061</u>	<u>956.713</u>	<u>1.022.774</u>

Controladora							
<u>Saldo</u> <u>31/12/2014</u>	<u>Emissões</u>	<u>Juros</u>	<u>Custo de</u> <u>emissão</u>	<u>Amortização</u> <u>do custo de</u> <u>emissão</u>	<u>Amortização</u>	<u>Pagamento</u> <u>juros</u>	<u>Saldo</u> <u>31/12/2015</u>
<u>917.732</u>	<u>296.000</u>	<u>150.333</u>	<u>(2.404)</u>	<u>848</u>	<u>(183.500)</u>	<u>(156.235)</u>	<u>1.022.774</u>

Controladora							
<u>Saldo</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Emissões</u>	<u>Juros</u>	<u>Custo de</u> <u>emissão</u>	<u>Amortização</u> <u>do custo de</u> <u>emissão</u>	<u>Amortização</u>	<u>Pagamento</u> <u>juros</u>	<u>Saldo</u> <u>31/12/2016</u>
<u>1.022.774</u>	<u>200.000</u>	<u>160.392</u>	<u>(3.840)</u>	<u>1.249</u>	<u>(43.000)</u>	<u>(153.438)</u>	<u>1.184.137</u>

					Consolidado																
					31/12/2016				31/12/2015												
		Quantidade em circulação	Remuneração anual	Taxa Efetiva	Condições de amortização	Garantias	Encargos	Circulante	Total Circulante	Encargos	Não circulante	Total Não Circulante	Total	Encargos	Circulante	Total Circulante	Encargos	Não circulante	Total Não Circulante	Total	
CPFL Renováveis																					
1ª Emissão - SIF	1ª a 12ª Série	432.299.666	TJLP + 1%	TJLP + 1% + 0,60%	39 parcelas semestrais e consecutivas a partir de 2009	Alienação Fiduciária Cessão	762	41.938	42.700	-	461.314	461.314	504.014	788	38.965	39.752	-	467.577	467.577	507.329	
1ª Emissão - Renováveis	Série Única	43.000	CDI + 1,7%	CDI + 1,82%	9 parcelas pagas anualmente a partir de maio de 2015 e juros semestrais pagos a partir de novembro 2012	Fiduciária dos dividendos da BVP e PCH Holding	6.160	43.000	49.160	-	322.500	322.500	371.660	6.579	43.000	49.579	-	365.500	365.500	415.079	
1ª Emissão - PCH Holding 2	Série Única	1.581	CDI + 1,6%	CDI + 1,8%	9 parcelas pagas anualmente de 2015 a 2023 e juros pagos mensalmente a partir de junho 2015	Fiança da CPFL Renováveis	644	8.700	9.344	-	132.091	132.091	141.435	616	8.701	9.317	-	140.792	140.792	150.109	
2ª Emissão - Renováveis	Série Única	300.000	114% do CDI	115,43% do CDI	5 parcelas pagas anualmente a partir de 2017 e juros semestrais pagos a partir de setembro 2014	Quirografia	11.486	30.000	41.486	-	270.000	270.000	311.486	11.894	-	11.894	-	300.000	300.000	311.894	
1ª Emissão - Dobrevê	Série Única	20	CDI + 1,75%	CDI + 1,75%	3 parcelas pagas semestralmente a partir de maio 2016 e juros pagos semestralmente a partir de novembro 2013	Quirografia	425	17.500	17.925	-	-	-	17.925	862	17.500	18.362	-	17.500	17.500	35.862	
2ª Emissão - Dobrevê	Série Única	65	CDI + 1,34%	CDI + 1,34%	3 parcelas pagas semestralmente a partir de abril 2018 e juros pagos semestralmente a partir de abril 2018	Quirografia	-	-	-	29.153	65.000	94.153	94.153	-	-	-	16.487	65.000	81.487	81.487	
1ª Emissão - T-16	Série Única	27.720	112,75% CDI	116,94% CDI	Principal com vencimento bullet em dezembro 2016 e juros semestrais a partir de dezembro 2015	Fiança CPFL Renováveis	-	-	-	-	-	-	-	1.810	277.200	279.010	-	-	-	279.010	
1ª Emissão - Campo Ventos V	Série Única	4.200	112,75% CDI	116,94% CDI	Principal com vencimento bullet em dezembro 2016 e juros semestrais a partir de dezembro 2015	Fiança CPFL Renováveis	-	-	-	-	-	-	-	374	42.000	42.374	-	-	-	42.374	
1ª Emissão - Santa Ursula	Série Única	3.080	112,75% CDI	116,87% CDI	Principal com vencimento bullet em dezembro 2016 e juros semestrais a partir de dezembro 2015	Fiança CPFL Renováveis	-	-	-	-	-	-	-	275	30.800	31.075	-	-	-	31.075	
3ª Emissão - Renováveis	Série Única	29.600	117,25% CDI	120,64% CDI	3 parcelas pagas semestralmente a partir de abril 2018 e juros semestrais a partir de novembro 2015	Quirografia	4.444	-	4.444	-	296.000	296.000	300.444	4.589	-	4.589	-	296.000	296.000	300.589	
1ª Emissão - Pedra Cheirosa I	Série Única	5.220	CDI + 2,85%	CDI + 2,85%	Principal e juros com vencimento em setembro 2017	Fiança CPFL Renováveis	6.675	52.200	58.875	-	-	-	58.875	-	-	-	-	-	-	-	
1ª Emissão - Pedra Cheirosa II	Série Única	4.780	CDI + 2,85%	CDI + 2,85%	Principal e juros com vencimento em setembro 2017	Fiança CPFL Renováveis	6.114	47.800	53.914	-	-	-	53.914	-	-	-	-	-	-	-	
1ª Emissão - Boa Vista II	Série Única	5.000	CDI + 2,85%	CDI + 2,85%	Principal e juros com vencimento em setembro 2017	Fiança CPFL Renováveis	6.395	50.000	56.395	-	-	-	56.395	-	-	-	-	-	-	-	
4ª Emissão - Renováveis	Primeira Série	20.000	126% CDI	134,22% CDI	3 parcelas anuais a partir de setembro de 2019 e juros semestrais a partir de março de 2017	Aval CPFL Energia	7.925	-	7.925	-	200.000	200.000	207.925	-	-	-	-	-	-	-	
						Gastos com Captação	-	(3.388)	(3.388)	-	(17.524)	(17.524)	(20.912)	-	-	-	-	(19.345)	(19.345)	(19.345)	
							51.030	287.750	338.780	29.153	1.729.381	1.758.534	2.097.314	27.787	458.166	485.952	16.487	1.633.024	1.649.511	2.135.463	

Consolidado								
Saldo 31/12/2014	Emissões	Correção Monetária	Juros	Custo de emissão	Amortização do custo de emissão	Amortização	Pagamento juros	Saldo 31/12/2015
1.739.558	646.000	31.516	224.018	(4.370)	3.119	(230.152)	(274.226)	2.135.463

Consolidado								
Saldo 31/12/2015	Emissões	Correção Monetária	Juros	Custo de emissão	Amortização do custo de emissão	Amortização	Pagamento juros	Saldo 31/12/2016
2.135.463	350.000	34.472	236.089	(6.132)	4.565	(459.535)	(197.608)	2.097.314

Principais movimentações no exercício

Moeda nacional

- 1ª Emissão de Debêntures – SPE Boa Vista II - Oferta pública de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu a oferta pública de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única. Foram emitidas 5.000 debêntures, com valor nominal de R\$10, no montante de R\$50.000 e remuneração equivalente à 2,85% mais as taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros. O prazo de vencimento total é de 18 meses, com amortização em uma única parcela na data do vencimento. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio dessa emissão foram destinados para suprir as necessidades de aporte de recursos no projeto da qual a Emissora é detentora.

- 1ª Emissão de Debêntures – SPE Pedra Cheirosa I - Oferta pública de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu a oferta pública de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única. Foram emitidas 5.220 debêntures, com valor nominal de R\$10, no montante de R\$52.200 e remuneração equivalente à 2,85% mais as taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros. O prazo de vencimento total é de 18 meses, com amortização em uma única parcela na data do vencimento. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio dessa emissão foram destinados para suprir as necessidades de aporte de recursos no projeto da qual a Emissora é detentora.

- 1ª Emissão de Debêntures – SPE Pedra Cheirosa II - Oferta pública de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu a oferta pública de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única. Foram emitidas 4.780 debêntures, com valor nominal de R\$10, no montante de R\$47.800 e remuneração equivalente à 2,85% mais as taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros. O

prazo de vencimento total é de 18 meses, com amortização em uma única parcela na data do vencimento. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio dessa emissão foram destinados para suprir as necessidades de aporte de recursos no projeto da qual a Emissora é detentora.

- 4ª Emissão de Debêntures - CPFL Renováveis - Oferta pública de distribuição da 4ª emissão de debêntures simples

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu a oferta pública de distribuição da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries. Na primeira série foram emitidas 20.000 debêntures, com valor nominal de R\$10, no montante de R\$200.000 e remuneração equivalente à variação acumulada de 126% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros. O prazo de vencimento total é de cinco anos, com amortização anual a partir de 28 de setembro de 2019. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio dessa emissão foram destinados para reperfilamento de dívidas e para prover liquidez adicional em caso de cenário macroeconômico ou setorial adverso. Não houve a emissão das debêntures da segunda série.

- 1ª Emissão de Debêntures – SPE Turbina 16 - Resgate

Em 07 de junho de 2016, a controlada SPE Turbina 16 Energia S.A. efetuou o resgate antecipado das 27.720 debêntures emitidas em série única, no montante de R\$14.270. Essas debêntures possuíam vencimento em dezembro de 2016 e com remuneração de 112,75% do CDI.

- 1ª Emissão de Debêntures – Campo dos Ventos V - Resgate

Em 01 de setembro de 2016, a controlada Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A. efetuou o resgate antecipado das 4.200 debêntures emitidas em série única, no montante de R\$43.517. Essas debêntures possuíam vencimento em dezembro de 2016 e com remuneração de 112,75% do CDI.

- 1ª Emissão de Debêntures – Santa Úrsula - Resgate

Em 09 de dezembro de 2016, a controlada Santa Úrsula Energias Renováveis S.A. efetuou a liquidação integral das 3.080 debêntures emitidas em série única, no montante de R\$33.189. Essas debêntures possuíam vencimento em dezembro de 2016 e com remuneração de 112,75% do CDI.

O saldo de debêntures de longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

Controladora		Consolidado	
Vencimento	Valor	Vencimento	Valor
2018	222.262	2018	315.024
2019	261.494	2019	348.643
2020	281.138	2020	346.782
2021	252.162	2021	317.804
2022	64.279	2022	129.920
2023 a 2027	-	2023 a 2027	230.095
2028 a 2032	-	2028 a 2032	41.113
Total	1.081.335	Total	1.729.381

Condições Restritivas

As emissões de debêntures vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 contemplam cláusulas que requerem da Companhia a manutenção dos seguintes índices financeiros:

1ª emissão - CPFL Renováveis

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da Operação maior ou igual a 1,00.
- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,05.
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 5,6 em 2015, 5,4 para 2016, 4,6 para 2017, 4,0 para 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020.
- Manutenção de Índice EBITDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,75.

A Companhia obteve anuência dos Debenturistas para os descumprimentos abaixo:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida referente a apuração de dezembro de 2015, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 21 de dezembro de 2015.
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Operação referente a apuração de junho de 2016, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 30 de junho de 2016.

2ª emissão - CPFL Renováveis

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 5,6 para 2015, 5,4 para 2016, 4,6 para 2017, 4,0 para 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020.

3º emissão – CPFL Renováveis

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 5,6 para 2015, 5,4 para 2016, 4,6 para 2017, 4,0 para 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020.

4ª emissão – CPFL Renováveis

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 5,4 para 2016, 4,6 para 2017 e 4,0 a partir de 2018.

1ª emissão - PCH Holding 2

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da controlada Santa Luzia maior ou igual a 1,2 a partir de setembro de 2014.
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 7,5 em 2013, 6,5 em 2014, 5,6 em 2015, 5,4 em 2016 e 4,60 em 2017, 4,0 em 2018 e 2019, e 3,75 a partir de 2020.

2ª emissão – Dobrevê Energia

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/Dividendos Recebidos inferior ou igual a 5,5 em 2014, 5,5 em 2015, 4,0 em 2016, 3,5 em 2017 e 3,5 em 2018.

1ª emissão – Turbina 16 Energia

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA consolidado inferior ou igual a 5,6 para o ano de 2015. A dívida foi liquidada em 07 de junho de 2016.

1ª emissão – Santa Úrsula

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA consolidado inferior ou igual a 5,6 para o ano de 2015. A dívida foi liquidada em 09 de dezembro de 2016.

1ª emissão – Campos dos Ventos V Energias Renováveis

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA consolidado inferior ou igual a 5,6 para o ano de 2015. A dívida foi quitada em 01 de setembro de 2016.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, todas as condições restritivas qualitativas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados na data base estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2016.

17. CONTAS A PAGAR DE AQUISIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Campo dos Ventos I (a)	-	854	-	854
Campo dos Ventos III (a)	-	854	-	854
Campo dos Ventos V (a)	-	854	-	854
São Benedito (b)	4	777	4	777
São Domingos (b)	4	777	4	777
Santa Ursula (b)	831	777	831	777
Santa Mônica (b)	831	777	831	777
Ventos de São Martinhos (b)	831	777	831	777
Ventos de Santo Dimas (b)	4	777	4	777
Navegantes (c)	2.329	2.173	2.329	2.173
Cajueiro (c)	2.329	2.174	2.329	2.174
Baixa Verde (c)	2.329	2.174	2.329	2.174
Aquisição de não controladores (d)	-	16.190	-	16.190
Total	9.492	29.935	9.492	29.935

- (a) O montante referia-se ao valor a pagar decorrente da compra dos projetos de geração eólica, localizados no Estado do Rio Grande do Norte. Até novembro de 2016 foi pago todo o montante, devido a entrada em operação desses projetos.
- (b) O montante refere-se a compra dos projetos de geração eólica, localizados no Estado do Ceará e é corrigido pela inflação (IGP-M e IPCA).

Em novembro de 2016 foi pago o montante no valor de R\$2.482 referente aos empreendimentos São Benedito, São Domingos e Ventos de Santo Dimas que entraram em operação comercial em outubro de 2016. O montante de R\$12 refere-se ao valor residual, decorrente da correção monetária dos meses de outubro e novembro, cujo pagamento está previsto para janeiro de 2017.

Os empreendimentos Santa Úrsula, Santa Mônica e Ventos de São Martinho entraram em operação comercial em dezembro de 2016, assim, o pagamento está previsto para janeiro de 2017.

- (c) A Companhia firmou compromisso com sócio não controlador referente a pagamento complementar na compra de algumas SPEs, condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em leilões de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada, a Companhia deverá desembolsar, o montante de R\$6.987, atualizado monetariamente pelo IGP-M (nota explicativa nº 28.2).
- (d) O montante de R\$16.190 era advindo da incorporação da WF2, em 1º de outubro de 2014. Em 31 de janeiro de 2014, foi firmado um contrato de venda e compra de ações e outras avenças entre a WF2 Holding S.A. e os acionistas não controladores da Dobrevê Energia S.A., a saber: AKKA Fundo de Investimento em Participações, URBIS Fundo de Investimento em Participações e PYXIS Fundo de Investimento em Participações, detentores de 21,14% do capital votante e total da Dobrevê Energia S.A. Neste contrato, os acionistas não controladores alienaram a totalidade das ações (21,14% do capital

votante da Dobrevê Energia S.A.) ao preço, nos termos e sujeito às condições estabelecidas neste contrato, corresponde ao valor total de R\$203.000.

O montante foi liquidado em quatro parcelas trimestrais, cujo vencimento da última parcela ocorreu em 29 de janeiro de 2016. O valor de cada parcela trimestral foi corrigido pela taxa CDI, acrescida de 1,2% ao ano, calculada pro rata die.

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Os saldos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, referem-se substancialmente aos adiantamentos de clientes relativos ao faturamento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CCEAR*	-	-	45.766	50.086
CER**	-	70	67.578	60.619
Mercado Livre***	-	-	38.177	23.289
PROINFA	-	-	14.108	4.570
Aluguel de linha de transmissão ****	-	-	4.992	5.812
Outros Adiantamentos *****	214	156	214	156
Total	214	226	170.835	144.532
Passivo circulante	129	106	164.679	136.533
Passivo não circulante	85	120	6.156	7.999
	214	226	170.835	144.532

* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.

** Contrato de Energia de Reserva.

*** Saldos provenientes das liminares de GSF e Garantia Física.

**** Aluguel de estrutura de linha de transmissão recebido antecipadamente.

***** Prêmio recebido referente a venda da folha de pagamento à Instituição Financeira.

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo consolidado era composto pelos seguintes valores: R\$83.013 (49%) pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE; R\$14.108 (8%) pela Centrais Elétricas Brasileiras – PROINFA; R\$4.992 (3%) por Aluguel de linha de transmissão; e R\$68.722 (40%) por grandes distribuidores.

19. PROVISÕES PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS E DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

Consolidado				
Saldo em 31/12/2014	Adição	Pagamento	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2015
56.754	-	(950)	5.084	60.888

Consolidado				
Saldo em 31/12/2015	Adição	Pagamento	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2016
60.888	8.999	(1.669)	7.093	75.311

19.1. Provisões para custos socioambientais

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo total da provisão para custos socioambientais era de R\$13.483 (R\$7.510 em 31 de dezembro de 2015) no passivo circulante e R\$9.449 (R\$3.877 em 31 de dezembro de 2015) no passivo não circulante.

19.2. Provisões para desmobilização de ativos

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo total da provisão para desmobilização de ativos era de R\$52.379 (R\$49.501 em 31 de dezembro de 2015) registrada no passivo não circulante.

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável.

O saldo das provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais encontra-se a seguir:

Controladora						
	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	Outros Passivos Contingentes	Total	Depósitos Judiciais
Saldo em 31/12/2014	584	2.458	-	35	3.077	(213)
Adição	464	6.552	-	-	7.016	(37)
Reversão	(306)	(772)	-	-	(1.078)	3
Pagamento	(71)	(6.898)	-	-	(6.969)	15
Atualização	54	425	-	-	479	(3)
Saldo em 31/12/2015	725	1.765	-	35	2.525	(235)
Adição	285	27	-	-	312	(51)
Reversão	(30)	(1.285)	-	(35)	(1.350)	-
Pagamento	(12)	(604)	-	-	(616)	54
Atualização	23	120	-	-	143	(9)
Saldo em 31/12/2016	991	23	-	-	1.014	(241)

Consolidado						
	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	Outros Passivos Contingentes	Total	Depósitos Judiciais
Saldo em 31/12/2014	3.296	30.884	13.706	3.015	50.901	(8.006)
Adição	513	6.922	-	-	7.435	(8.293)
Reversão	(575)	(806)	-	-	(1.381)	1.870
Pagamento	(155)	(7.110)	-	-	(7.265)	22
Atualização	178	458	-	-	636	(171)
Saldo em 31/12/2015	3.257	30.348	13.706	3.015	50.326	(14.578)
Adição	1.607	1.391	7.429	-	10.427	(529)
Reversão	(1.541)	(9.128)	(11.677)	(3.015)	(25.361)	14
Pagamento	(21)	(1.654)	-	-	(1.675)	3.845
Atualização	95	125	952	-	1.172	(864)
Saldo em 31/12/2016	3.397	21.082	10.410	-	34.889	(12.112)

A Companhia reconheceu, na data de associação entre a ERSa e CPFL Geração, o valor justo dos passivos contingentes no montante de R\$35. Em agosto de 2016, houve a baixa desse montante mediante a prescrição do prazo de tais passivos.

A Companhia reconheceu, na data da aquisição da Jantus, passivos contingentes avaliados ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante R\$13.950, decorrente de possíveis riscos trabalhistas, tributários e cíveis. A Companhia também reconheceu o ativo indenizável pelo montante de R\$13.950 equivalente ao passivo, conforme condições contratuais. Em dezembro de 2016, houve a baixa desse montante mediante a prescrição das condições contratuais (nota explicativa nº 9)

A Companhia reconheceu, na data da aquisição da Rosa dos Ventos e na data da associação com a DESA, passivos contingentes avaliados ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante de R\$744 e no montante de R\$31.550, respectivamente, decorrente de riscos trabalhistas, tributários e cíveis. Em julho e em outubro de 2016 houve a baixa dos montantes de R\$2.056 e R\$7.591, respectivamente, devido ao encerramento de processos judiciais.

Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Companhia e suas controladas são parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2016 estavam assim representadas:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Qtde.	Montante	Qtde.	Montante
Trabalhistas	33	5.240	47	7.216
Cíveis	54	211.432	46	197.003
Tributárias	63	512.035	59	207.513
	150	728.707	152	411.732

a) Trabalhistas

As ações judiciais trabalhistas e procedimentos administrativos trabalhistas versam, em geral, sobre pedidos e infrações relacionados aos ex-colaboradores das prestadoras de serviço terceirizadas.

b) Cíveis

As principais ações versam, em geral, sobre indenização decorrente de desapropriação de área ou servidão, procedimento arbitral, pleiteando a indenização em razão de perdas relacionadas a descumprimento de cláusulas contratuais.

c) Tributárias

As principais ações versam, em geral, sobre a cobrança de tributos, especialmente o Imposto Sobre Serviços (ISS). Adicionalmente, em 19 de agosto de 2016 a Companhia recebeu auto de infração no montante atualizado de R\$295.510 referente à cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre remuneração do ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011. Baseado no parecer dos assessores jurídicos da Companhia, a administração discorda da cobrança do encargo, bem como do valor do auto de infração, e entende que o risco de perda é possível.

Outros

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas eram parte ativa em ação judicial de natureza regulatória, relacionada com a cobrança do Encargo de Serviço do Sistema - ESS, prevista na Resolução CNPE nº 03, de 6 de março de 2013, na qual a Companhia e suas controladas, por meio da Associação Brasileira de Produtores

Independentes de Energia Elétrica - APINE e a Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa - ABRAGEL, obtiveram liminar que suspende a cobrança do referido encargo. O valor envolvido totaliza R\$12.642 (valor original), sendo R\$11.631 referente as empresas do grupo CPFL Renováveis e R\$1.011 referente as empresas de DESA, que passaram a ser consolidados nas demonstrações financeiras da Companhia a partir de 1º de outubro de 2014.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social subscrito e integralizado monta a quantia de R\$3.390.870 (R\$3.390.444 em 31 de dezembro de 2015), representado por 503.351.271 (503.308.389 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 04 de agosto de 2016, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$426, mediante a emissão de 42.882 ações, ao preço de emissão fixado de acordo com o estabelecido no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral da Companhia realizada em 29 de outubro de 2009, em razão do exercício de opções de compra de ações correspondentes, por parte de determinado beneficiário do Plano de Opção de Compra de Ações. As novas ações emitidas foram subscritas e integralizadas, por meio da emissão, pelo respectivo subscritor, de notas promissórias em favor da Companhia, que foram quitadas em 05 de janeiro de 2017.

b) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

Em 29 de dezembro de 2016 o acionista CPFL Geração de Energia S.A realizou um aporte no montante de R\$300.000 por meio de contrato de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) firmado em 26 de dezembro de 2016. A integralização do valor ocorrerá até 31 de dezembro de 2017.

c) Composição acionária

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

Acionistas	31/12/2016		31/12/2015	
	Ordinárias	%	Ordinárias	%
CPFL Geração de Energia S.A.	259.748.799	51,61	259.748.799	51,61
Arrow – Fundo de Investimento em Participações	61.702.782	12,27	61.752.782	12,27
Previ	31.960.220	6,35	31.960.220	6,35
Fundo de Invest. Partic. Brasil Energia	31.439.288	6,25	31.439.288	6,25
Secor LLC	24.255.307	4,82	24.255.307	4,82
Pátria Energia Fundo de Invest. em Participações	21.064.242	4,19	21.064.242	4,19
Fundo de Invest. Partic. Multisetorial Plus	13.104.207	2,60	13.104.207	2,60
GMR Energia S.A.	8.230.323	1,64	8.230.323	1,64
Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura	3.699.532	0,74	3.699.532	0,74
Outros	48.146.571	9,53	48.053.689	9,53
	<u>503.351.271</u>	<u>100,00</u>	<u>503.308.389</u>	<u>100,00</u>

Acordo de Acionistas

Desde 24 de agosto de 2011, a Companhia é regida por Acordo de Acionistas.

O Acordo de Acionistas da Companhia dispõe sobre questões relativas ao exercício de direitos de voto em Assembleias Gerais de Acionistas e Reuniões do Conselho de Administração; à participação dos Acionistas e de seus respectivos representantes societários nos órgãos diretivos da Companhia; ao direito de preferência em relação à aquisição das ações da emissão da Companhia e outras restrições específicas relativas à transferência das ações da emissão da Companhia e direitos econômicos associados à titularidade das ações; à administração da Companhia e ao direito de preferência nos aumentos de capital.

Atualmente, fazem parte do Acordo de Acionistas os seguintes acionistas, com as respectivas participações no capital votante: CPFL Geração de Energia S.A. (51,61%), Arrow – Fundo de Investimento em Participações (12,27%), Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações (4,19%), Secor - LLC (4,82%), Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus (2,60%), GMR Energia S.A. (1,64%), Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (6,25%), Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (0,74%) e Daniel Gallo (0,01%), totalizando uma participação de 84,13%.

d) Reserva de capital

A Companhia detém intangível de direito de exploração (autorização) no montante de R\$592.138 em 31 de dezembro de 2016 e R\$740.427 em 31 de dezembro de 2015 em contrapartida à rubrica “Reserva de ágio na subscrição de ações”, no patrimônio líquido, decorrente de combinações de negócios ocorridas em 2011 e 2014.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou a absorção do prejuízo acumulado no montante de R\$148.289, conforme previsto no artigo 200 da Lei nº 6.404/76.

e) Reserva de lucros - legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não possui saldo de reserva legal.

f) Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

g) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período, considerando os efeitos dilutivos e de instrumentos conversíveis em ações.

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41, equivalente à IAS 33 - Resultado por Ação, a tabela a seguir reconcilia o prejuízo aos montantes usados para calcular o prejuízo básico e diluído por ação.

O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por controladas da Companhia (nota explicativa nº 16). Estes instrumentos reduzem o resultado disponível aos acionistas controladores da Companhia. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que, tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias das controladas no início do período.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A. Resultado básico por ação		
Numerador		
Prejuízo disponível aos acionistas ordinários (em milhares R\$)	(151.901)	(54.447)
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	503.317.283	503.308.389
Prejuízo básico por ação (R\$ por ação)	<u>(0,30)</u>	<u>(0,11)</u>
B. Prejuízo diluído por ação		
Numerador		
Prejuízo disponível aos acionistas ordinários (em milhares R\$)	(151.901)	(54.447)
Efeito dilutivo das debêntures conversíveis	<u>(31.299)</u>	<u>(38.385)</u>
Prejuízo disponível aos acionistas ordinários	(183.200)	(92.832)
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>503.317.283</u>	<u>503.308.389</u>
Prejuízo diluído por ação (R\$ por ação)	<u>(0,36)</u>	<u>(0,18)</u>

h) Ajuste de avaliação patrimonial

Determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído (“deemed cost”). O saldo líquido da mais-valia, no montante de R\$56.973 (valor original) foi registrado na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

O saldo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$40.275.

i) Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. De acordo com as práticas contábeis internacionais, pronunciamento técnico CPC 24 - Evento Subsequente e interpretação técnica ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas o dividendo mínimo obrigatório deve ser provisionado. Já o dividendo proposto ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente.

Até 31 de dezembro de 2016 não houve distribuição de dividendos.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita de venda de energia	26.910	71.659	1.731.694	1.558.942
Outras receitas (a)	35	147	15.408	35.423
Receita bruta	26.945	71.806	1.747.102	1.594.365
Deduções da receita bruta				
Pis/Cofins	(2.493)	(6.630)	(92.147)	(86.674)
ICMS	-	-	-	(2.767)
Encargos regulatórios	-	-	(8.367)	(5.568)
Receita operacional líquida	24.452	65.176	1.646.588	1.499.356
MWH comercializado/gerado	224.284	235.725	7.460.576	6.631.621

- (a) O montante consolidado reconhecido no exercício de 2015, correspondia ao valor de lucros cessantes apurado no sinistro de Bio Pedra, no valor de R\$25.644 (nota explicativa nº 27) e multas contratuais dos fornecedores de operação e manutenção, devido a indisponibilidade dos aerogeradores durante o exercício. O montante reconhecido no exercício de 2016 corresponde somente as multas contratuais.

A seguir demonstramos a segregação de receita por tipo de contrato:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
CCEAR*	-	-	262.914	246.677
CER**	-	-	363.431	297.254
Mercado livre	26.910	71.659	507.993	436.559
Proinfa	-	-	597.356	578.452
Total	26.910	71.659	1.731.694	1.558.942

* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

** Contrato de Energia de Reserva

As receitas provenientes de clientes de maior representatividade nas receitas totais da Companhia, são como segue: Centrais Elétricas Brasileira S.A. - Eletrobrás - R\$597.356 (34%) e Grupo CPFL R\$344.834 (20%).

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia vigentes em 31 de dezembro de 2016 têm as seguintes características:

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Empreendimento/SPE	Tipo	Energia contratada (MWh)	Preço contratado (R\$/MWh)*	Índice de Reajuste	Mês de Reajuste
Aho Irani****	Proífa	12,4	251,44	IGPM	Junho
Americana****	Mercado Livre	5,9	237,91	IPCA	Janeiro
Andorinhas	Mercado Livre	0,4	230,68	IGPM	Janeiro
Arvoredo	CCEAR	7,0	237,08	IPCA	**
Atlântica I	CCEAR	13,1	203,25	IPCA	Novembro
Atlântica II	CCEAR	12,9	203,25	IPCA	Novembro
Atlântica IV	CCEAR	13,0	203,25	IPCA	Novembro
Atlântica V	CCEAR	13,7	203,25	IPCA	Novembro
Baía Formosa	CCEAR	11,0	258,26	IPCA	**
Barra da Paciência	Mercado Livre	14,8	235,65	IPCA	Janeiro
Bio Alvorada	Mercado Livre	18,0	178,21	IPCA	Janeiro
Bio Burity	Mercado Livre	21,0	224,12	IPCA	Janeiro
Bio Coopcana	Mercado Livre	18,0	178,21	IPCA	Janeiro
Bio Energia	Mercado Livre	12,5	225,12	IGPM	Janeiro
Bio Ester	CCEAR	7,0	245,88	IPCA	**
Bio Ester	Mercado Livre	6,6	147,85	IPCA	Janeiro
Bio Ipé	Mercado Livre	8,2	224,12	IPCA	Janeiro
Bio Pedra	CER	24,4	214,72	IPCA	Março
Bons Ventos	Proífa	15,9	381,81	IGPM	Março
Buritis****	Mercado Livre	0,4	237,91	IPCA	Janeiro
Campo dos Ventos I*****	Mercado Livre	6,5	169,26	IPCA	Janeiro
Campo dos Ventos II	CER	14,0	192,15	IPCA	Setembro
Campo dos Ventos III*****	Mercado Livre	7,7	169,26	IPCA	Janeiro
Campo dos Ventos V*****	Mercado Livre	6,4	169,26	IPCA	Janeiro
Canoa Quebrada	Proífa	22,9	387,14	IGPM	Junho
Canoa Quebrada - RV	Proífa	3,3	380,79	IGPM	Março
Capão Preto****	Mercado Livre	2,2	237,91	IPCA	Janeiro
Chibarro****	Mercado Livre	1,5	237,91	IPCA	Janeiro
Cocais Grande****	Proífa	4,6	251,44	IGPM	Junho
Corrente Grande	Mercado Livre	8,4	235,65	IPCA	Janeiro
Costa Branca	CCEAR	9,8	196,37	IPCA	Novembro
Diamante	Mercado Livre	1,6	214,24	IGPM	Janeiro
Dourados****	Mercado Livre	5,7	237,91	IPCA	Janeiro
Eloy Chaves****	Mercado Livre	11,0	237,91	IPCA	Janeiro
Enacel	Proífa	9,9	395,84	IGPM	Junho
Esmerilh****	Mercado Livre	2,9	237,91	IPCA	Janeiro
Eurus I	CER	14,5	189,18	IPCA	Setembro
Eurus III	CER	15,0	189,17	IPCA	Setembro
Eurus VI	CER	3,0	233,21	IPCA	Julho
Figueirópolis	Proífa	12,5	247,32	IGPM	Março
Foz do Rio Choró	Proífa	7,4	428,43	IGPM	Agosto
Gavão Peixoto****	Mercado Livre	3,6	237,91	IPCA	Janeiro
Guaporé****	Mercado Livre	0,4	230,68	IGPM	Janeiro
Icaraizinho	Proífa	21,4	380,79	IGPM	Março
Jaguari****	Mercado Livre	4,5	237,91	IPCA	Janeiro
Juremas	CCEAR	7,5	204,77	IPCA	Novembro
Lagoa do Mato - RV	Proífa	1,4	380,79	IGPM	Março
Lençóis****	Mercado Livre	1,0	237,91	IPCA	Janeiro
Ludesa	Mercado Livre	4,2	193,50	IGPM	**
Ludesa	Proífa	16,7	251,44	IGPM	Junho
Macacos	CCEAR	9,7	204,77	IPCA	Novembro
Mata Velha	Mercado Livre	12,5	182,63	IPCA	Abril
Mojiilhinho****	Mercado Livre	0,4	237,91	IGPM	Abril
Morro dos Ventos I	CER	13,0	234,83	IPCA	Julho
Morro dos Ventos II	CCEAR	15,1	146,99	IPCA	Janeiro
Morro dos Ventos III	CER	13,0	234,78	IPCA	Julho
Morro dos Ventos IV	CER	13,0	234,80	IPCA	Julho
Morro dos Ventos IX	CER	14,0	234,81	IPCA	Julho
Morro dos Ventos VI	CER	13,0	234,84	IPCA	Julho
Ninho da Água	Mercado Livre	4,2	235,65	IPCA	Janeiro
Novo Horizonte	Mercado Livre	9,8	165,07	IGPM	**
Paioi	Mercado Livre	10,9	235,62	IPCA	Janeiro
Paracuru	Proífa	11,7	380,79	IGPM	Março
Pedra Preta	CCEAR	10,1	196,37	IPCA	Novembro
Pinhã****	Mercado Livre	3,7	237,91	IPCA	Janeiro
Pirapó****	Mercado Livre	0,6	230,68	IGPM	Janeiro
Plano Aho****	Proífa	9,3	251,44	IGPM	Junho
Praia Formosa	Proífa	1,8	446,48	IGPM	Julho
Praia Formosa - A	Proífa	1,4	447,27	IGPM	Agosto
Praia Formosa - B	Proífa	3,7	447,92	IGPM	Setembro
Praia Formosa - C	Proífa	21,1	431,87	IGPM	Março
Salinho****	Mercado Livre	0,7	230,68	IGPM	Janeiro
Salto Góes	CCEAR	11,1	223,60	IPCA	**
Salto Grande****	Mercado Livre	2,6	237,91	IPCA	Janeiro
Santa Clara I	CER	13,0	233,21	IPCA	Julho
Santa Clara II	CER	12,0	233,21	IPCA	Julho
Santa Clara III	CER	12,0	233,21	IPCA	Julho
Santa Clara IV	CER	12,0	233,21	IPCA	Julho
Santa Clara V	CER	12,0	233,21	IPCA	Julho
Santa Clara VI	CER	12,0	233,21	IPCA	Julho
Santa Luzia	CCEAR	14,0	237,08	IPCA	**
Santa Luzia	Mercado Livre	4,0	268,20	IPCA	Agosto
Santana****	Mercado Livre	2,6	237,91	IPCA	Janeiro
São Benedito*****	Mercado Livre	4,2	169,26	IPCA	Janeiro
São Martinho*****	Mercado Livre	1,0	169,26	IPCA	Janeiro
Santo Dâmas*****	Mercado Livre	2,4	169,26	IPCA	Janeiro
Santa Mônica*****	Mercado Livre	0,5	169,26	IPCA	Janeiro
Santa Ursula*****	Mercado Livre	1,3	169,26	IPCA	Janeiro
São Domingos*****	Mercado Livre	3,4	169,26	IPCA	Janeiro
São Gonçalo****	Mercado Livre	6,4	235,65	IPCA	Janeiro
São Joaquim****	Mercado Livre	5,1	237,91	IPCA	Janeiro
Socorro****	Mercado Livre	0,3	237,91	IPCA	Janeiro
Solar	Mercado Livre	0,2	215,42	IPCA	Janeiro
Taíba Albatroz	Proífa	6,6	386,09	IGPM	Março
Três Saltos****	Mercado Livre	0,4	237,91	IPCA	Janeiro
Varginha	CCEAR	4,0	237,08	IPCA	**
Várzea Alegre	Mercado Livre	4,8	235,65	IPCA	Janeiro
Total		808,3			
Preço Ponderado		245,8			

* Data de Referência 31/12/2016

** Reajuste do contrato é realizado na data do reajuste tarifário do comprador (distribuidora).

*** Reajuste do contrato é realizado na data do reajuste tarifário do comprador (consumidores livres).

**** Energia e/ou preço considerando a revisão de garantia física em julho (Portaria nº 30).

***** Energia contratada referente ao ramp up.

23. CUSTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Custo:				
Custo de compra de energia (a)	(20.721)	(63.122)	(182.161)	(181.447)
Encargos de uso do sistema	-	-	(89.964)	(78.645)
Custo de operação das usinas	-	-	(127.669)	(91.254)
Materiais	-	-	(7.146)	(15.382)
Custo de pessoal	-	-	(21.950)	(18.773)
Arrendamentos	-	-	(15.999)	(14.834)
Depreciação e amortização	-	-	(395.372)	(379.989)
Amortização de prêmio do risco hidrológico – GSF	-	-	(2.359)	-
Outros custos de operação	-	-	(13.461)	(6.645)
Total	(20.721)	(63.122)	(856.081)	(786.969)
Despesas gerais e administrativas:				
Despesas com pessoal	(56.241)	(44.127)	(56.241)	(44.258)
Despesas de ocupação	(3.367)	(3.564)	(6.835)	(7.046)
Material	(1.526)	(1.189)	(1.648)	(1.303)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(55)	20	(336)
Serviços profissionais	(20.133)	(23.395)	(30.653)	(38.669)
Provisões para risco trabalhista, tributárias e cíveis	304	(8.707)	(9.149)	(9.269)
Provisão de baixa de ativo imobilizado	-	-	-	(11.032)
Ressarcimento sinistro Bio Pedra	-	-	-	20.718
Reversão de provisão para baixa de investimento	-	-	-	3.350
Perda de ativo não circulante (b)	(8.933)	-	(35.634)	-
Provisão para perda (c)	(40.433)	-	(40.433)	-
Outros	(2.006)	(1.769)	(3.907)	2.274
Total	(132.335)	(82.806)	(184.480)	(85.571)
Remuneração dos administradores	(8.269)	(8.683)	(8.269)	(8.683)
Depreciação e amortização	(4.638)	(3.260)	(5.326)	(3.280)
Amortização do direito de exploração	-	-	(152.471)	(157.308)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	(3)	(1)	3.227
Total	(145.242)	(94.752)	(350.547)	(251.615)

- (a) A Companhia e determinadas controladas participam do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. Durante o primeiro semestre de 2015, os participantes desse mecanismo não geraram o volume de garantia física sazonalizada pelos agentes no período devido a condições hidrológicas desfavoráveis. Decorrente deste fato, os agentes participantes do MRE tiveram que comprar energia no mercado de curto prazo a preços de PLD - Preço de Liquidação das Diferenças. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, há registrado em custo de compra de energia, indenização devida, de acordo com condições contratuais, pelos Complexos Campo dos Ventos e São Benedito no montante de R\$57.264, e penalidades em decorrência da não geração da totalidade da energia contratada dos Complexos Atlântica, Santas Claras, Morro dos Ventos, Eurus e da empresa Campo dos Ventos II no montante de R\$20.113.
- (b) Valor composto pela baixa de imobilizados e intangíveis em decorrência de inventário físico no montante de R\$28.350 (notas explicativas nº 12 e 13) e baixa de intangível de direito de exploração referente aos projetos Campo dos Ventos IV e Eurus V no montante de R\$7.284. (nota explicativa nº 13)
- (c) Provisão para perda de investimento/intangível de direito de exploração da SPE Aiuruoca pela incerteza na sua realização em 31 de dezembro de 2016. (notas explicativas nº 11 e 13)

24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras:				
Receita de aplicação financeira	13.145	14.657	112.389	115.639
PIS e COFINS sobre receita financeira	(655)	(655)	(5.803)	(2.886)
Ajuste a valor presente Baldin Bioenergia S.A.	-	-	5.715	5.542
Variações monetárias ativas	-	-	4.546	2.391
Juros sobre mútuo	863	1.129	1.309	1.475
Juros sobre faturas em atraso	-	-	996	7.726
Receita decorrente de liquidações CCEE	68	31	11.438	4.738
Outras	212	655	3.059	4.455
Total	13.633	15.817	133.649	139.080
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e debêntures	(230.664)	(209.611)	(591.625)	(533.912)
Atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	(8.917)	(2.359)	(82.859)	(48.619)
Juros capitalizados no imobilizado	-	-	54.733	32.485
Fiança bancária/Comissões e corretagens	(380)	(332)	(6.258)	(6.910)
Variações monetárias passivas	(143)	(479)	(1.172)	(636)
Ajuste a valor presente	-	-	(7.093)	(5.084)
Ajuste a valor presente Baldin Bionergia	-	-	-	(3.431)
Juros sobre mútuo	(79.262)	(29.004)	-	-
IOF	(11.256)	(10.186)	(14.603)	(12.843)
Juros e multas	(797)	(2.854)	(10.363)	(3.474)
Outras	(4.979)	(6.380)	(11.765)	(16.924)
Total	(336.398)	(261.205)	(671.005)	(599.348)

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

25.1. Imposto de renda e contribuição social correntes

A Administração da Companhia adotou o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para suas controladas em operação, com exceção das SPEs Bioenergia, Bons Ventos, Formosa, Icaraizinho, São Benedito, Santo Dimas, Santa Mônica, Santa Úrsula, Ventos de São Martinho e Campos dos Ventos I, III e V, que adotaram o regime de tributação com base no lucro real. Na controladora e nas SPEs em construção e em preparação (em desenvolvimento) foi adotado o regime de tributação com base no lucro real.

O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas para a controladora e os efeitos consolidados vigentes nos respectivos exercícios.

	Controladora			
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
	IR	CS	IR	CS
Lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(169.831)	(169.831)	(54.447)	(54.447)
Reconciliação para a taxa efetiva:				
Exclusão - equivalência patrimonial (nota explicativa nº 11)	(366.777)	(366.777)	(363.717)	(363.717)
Outras (adições)/exclusões permanentes	-	-	7.560	7.556
Base de cálculo	(536.608)	(536.608)	(410.604)	(410.608)
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de crédito/(débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	134.152	48.295	102.651	36.955
Créditos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais não registrados em função da incerteza na sua realização	(120.968)	(43.549)	(102.651)	(36.955)
Imposto de renda e contribuição social - receita/(despesa)	13.184	4.746	-	-
Impostos - corrente	-	-	-	-
Impostos - diferido	13.184	4.746	-	-
Impostos líquidos	13.184	4.746	-	-
Alíquota efetiva - %	(7,8%)	(2,8%)	0,0%	0,0%

	Consolidado			
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
	IR	CS	IR	CS
Lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(97.396)	(97.396)	504	504
Reconciliação para a taxa efetiva:				
Outras (adições)/exclusões permanentes	644	644	10.836	10.833
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (lucro da exploração)	(112.232)		(85.760)	
Reclassificação diferido sobre a parcela não realizada	(18.508)	(18.508)		
Reversão do efeito da tributação - lucro real	(300.266)	(300.266)	(327.680)	(323.744)
Tributação pelo regime do lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas como base para cálculo	101.653	155.782	97.576	146.367
Ajuste IRPJ adicional	(4.716)			
Base de cálculo	(430.821)	(259.744)	(304.524)	(166.040)
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de crédito/(débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	107.705	23.377	76.131	14.944
Créditos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais não registrados em função da incerteza na sua realização	(132.071)	(47.546)	(103.492)	(37.367)
Aproveitamento de créditos decorrentes de sua realização	1.635	590	414	149
Imposto de renda e contribuição social - receita/(despesa)	(22.731)	(23.579)	(26.947)	(22.274)
Impostos - corrente	(65.889)	(39.117)	(53.401)	(31.831)
Impostos - diferido	43.158	15.538	26.454	9.557
Impostos líquidos	(22.731)	(23.579)	(26.947)	(22.274)
Alíquota efetiva - %	23,3%	24,2%	(5346,6%)	(4419,4%)

25.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. Adicionalmente, uma das controladas da SIIF Énergies, a Formosa, que apura o imposto no regime de lucro real, registra créditos fiscais sobre prejuízo fiscal acumulado e base negativa da contribuição social. Os créditos fiscais foram computados de acordo com sua

expectativa de rentabilidade futura e com as alíquotas vigentes para as empresas tributadas pelo lucro real.

Em 31 de dezembro de 2016, o montante de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos de Bons Ventos tinha sido totalmente realizado.

Os saldos dos impostos diferidos são apresentados no balanço pelo montante líquido, no nível da entidade legal. A apresentação dos impostos diferidos é conforme segue:

	Consolidado					
	31/12/2016			31/12/2015		
	CSLL	IRPJ	Total	CSLL	IRPJ	Total
Impostos diferidos - ativo:						
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	22.771	63.252	86.023	24.248	67.355	91.603
Prejuízo Fiscal - Base negativa	-	-	-	307	853	1.160
Temporariamente indedutíveis	69	191	260	159	441	600
Total ativo	<u>22.840</u>	<u>63.443</u>	<u>86.283</u>	<u>24.714</u>	<u>68.649</u>	<u>93.363</u>
Impostos diferidos - passivo:						
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	27.472	76.310	103.782	29.132	80.922	110.054
Intangível - direito de exploração/autorização ERSA	78.443	217.896	296.339	86.495	240.264	326.759
Intangível - direito de exploração/autorização Jantus, Sta Luzia, Minoritários, BVP, Rosa dos Ventos, Lacenas e Desa	183.438	509.550	692.988	193.927	538.685	732.612
Depreciação acelerada	16.517	45.880	62.397	13.656	37.933	51.589
Incorporação WF2*	3.578	9.940	13.518	3.578	9.940	13.518
Parcela não realizada	1.666	4.627	6.293	-	-	-
Total passivo	<u>311.114</u>	<u>864.203</u>	<u>1.175.317</u>	<u>326.788</u>	<u>907.744</u>	<u>1.234.532</u>
	<u>288.274</u>	<u>800.760</u>	<u>1.089.034</u>	<u>302.074</u>	<u>839.095</u>	<u>1.141.169</u>

*Esse saldo é advindo da incorporação da WF2 e refere-se aos impostos diferidos sobre ganho de participação societária ocorrido em exercícios anteriores, o qual será realizado na eventual alienação do investimento.

Expectativa de recuperação	<u>Consolidado</u>
2017	5.580
2018	5.580
2019	5.580
2020	5.580
2021 a 2025	27.899
2026 a 2030	27.899
2031 a 2035	8.165
Total	<u>86.283</u>

a) Apresentação no balanço patrimonial

O saldo dos impostos diferidos é apresentado no balanço pelo montante líquido no nível da entidade legal. A apresentação dos impostos diferidos é conforme segue:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Total do ativo	86.283	93.363
Total do passivo	<u>(1.175.317)</u>	<u>(1.234.532)</u>
	<u>(1.089.034)</u>	<u>(1.141.169)</u>
Classificado:		
Ativo líquido	260	1.422
Passivo líquido	<u>(1.089.294)</u>	<u>(1.142.591)</u>
	<u>(1.089.034)</u>	<u>(1.141.169)</u>

b) Movimentação dos saldos de impostos diferidos

	Ativo			Passivo		
	CSLL	IRPJ	Total	CSLL	IRPJ	Total
Saldo em 31/12/2014	1.688	3.716	5.404	313.037	869.547	1.182.584
Realização de impostos diferidos	<u>(1.312)</u>	<u>(2.670)</u>	<u>(3.982)</u>	<u>(10.586)</u>	<u>(29.407)</u>	<u>(39.993)</u>
Saldo em 31/12/2015	<u>376</u>	<u>1.046</u>	<u>1.422</u>	<u>302.451</u>	<u>840.140</u>	<u>1.142.591</u>

	Ativo			Passivo		
	CSLL	IRPJ	Total	CSLL	IRPJ	Total
Saldo em 31/12/2015	376	1.046	1.422	302.451	840.140	1.142.591
Constituição de impostos diferidos				71	197	268
Realização de impostos diferidos	<u>(308)</u>	<u>(854)</u>	<u>(1.162)</u>	<u>(15.845)</u>	<u>(44.013)</u>	<u>(59.858)</u>
Constituição de parcela não realizada				1.666	4.627	6.293
Saldo em 31/12/2016	<u>68</u>	<u>192</u>	<u>260</u>	<u>288.343</u>	<u>800.951</u>	<u>1.089.294</u>

25.3. Créditos fiscais

A Companhia e suas controladas possuem prejuízos fiscais para os quais não foram registrados ativos diferidos de impostos conforme os seguintes valores-base:

	Controladora	Consolidado
	R\$	R\$
Prejuízos fiscais apurados até 31 de dezembro de 2016	<u>1.412.313</u>	<u>2.310.766</u>
Base negativa de contribuição social até 31 de dezembro de 2016	<u>1.412.313</u>	<u>2.310.766</u>

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A Companhia e suas controladas apresentam prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias nas datas dos balanços. A decisão da Administração quanto ao não reconhecimento dos benefícios fiscais futuros está baseada: (i) no fato de a

Companhia ser uma holding, cujos resultados são principalmente derivados da equivalência patrimonial de seus investimentos; e (ii) na ausência de histórico de apuração de lucros tributáveis até o momento que suporte o reconhecimento de créditos tributários diferidos.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as empresas do grupo possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia da Companhia permanece inalterada desde 2015.

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

26.1. Classificações dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como:

a) Ativos financeiros, tendo como categorias: (i) empréstimos e recebíveis e (ii) mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A classificação é realizada com base nos seguintes critérios:

(i) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos financeiros são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5).
- Aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa nº 6.3).
- Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7).

- Outros créditos (nota explicativa nº 9).
- Partes relacionadas (nota explicativa nº 10).
- Dividendos a receber (nota explicativa nº 11).

(ii) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros os: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo, com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas, a fim de obter-se informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

- Aplicações financeiras (nota explicativa nº 6.1).
- Títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 6.2).

b) Passivos financeiros, tendo como categorias: (i) outros passivos financeiros.

(i) Outros passivos financeiros

São os demais passivos financeiros referentes a esta classificação são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado.

Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são:

- Partes relacionadas (nota explicativa nº 10).
- Fornecedores (nota explicativa nº 14).
- Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15).
- Debêntures (nota explicativa nº 16).
- Contas a pagar de aquisições (nota explicativa nº 17).
- Adiantamentos de clientes (nota explicativa nº 18).

Os instrumentos classificados nesta categoria referem-se passivos financeiros não derivativos, que são mensurados, inicialmente, pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

As metodologias utilizadas são as seguintes:

- Nível 1 - Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros créditos, fornecedores e outros passivos a curto prazo: devido à natureza de curto prazo destes saldos, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas demonstrações financeiras.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo:

		Consolidado	
		31/12/2016	
		Contábil	Valor Justo
Mensuradas ao custo			
Moeda nacional			
Instituições financeiras	Nível 2	646.786	589.768
BNDES, FINEP - Investimento	Nível 2	3.596.207	3.596.207
NIB	Nível 2	67.564	73.859
Debêntures	Nível 2	2.097.314	2.013.943
Total		6.407.871	6.273.777

O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

- Transações com partes relacionadas: devido às características específicas dos acordos assinados entre a Companhia e suas controladas, entre elas, o fato dos AFACs não apresentarem remuneração ou data de vencimento, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas demonstrações financeiras.

26.2. Ativos registrados a valor justo no balanço patrimonial

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, entre os Níveis 1 a 3, como descrito abaixo, com base no grau observável da apuração do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas através de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A Companhia e suas controladas classificam seus títulos e valores mobiliários no montante de R\$449 em 31 de dezembro de 2016 (R\$443 em 31 de dezembro de 2015), como sendo mensurações de valor justo de Nível 2.

26.3. Considerações sobre riscos

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeiras e patrimoniais de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente

das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de “rating”.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de contas a receber de clientes, consolidado, inclui valores devidos pelos seguintes agentes: (i) R\$98.366 pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS (Proinfa), (ii) R\$82.227 pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE, (iii) R\$37.730 pelo Grupo CPFL (acionista controlador) e (iv) R\$55.057 outros agentes.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (“covenants”) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

Em conformidade à instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado, supondo:

- (i) Cenário I: estabilidade das taxas de juros e os respectivos indexadores anuais apurados na data base de 31 de dezembro de 2016 (CDI em 13,63% a.a., TJLP em 7,5% a.a., IGPM em 7,19% a.a. e TR em 2,01% a.a.);
- (ii) Cenário II: elevação dos índices em 25% e;
- (iii) Cenário III: elevação dos índices em 50%.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro do Consolidado para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumentos	Indexador	Exposição	Cenário I	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Ativo Financeiro					
Aplicação CDB/Debêntures/Títulos Públicos*	CDI	156.419	21.112	26.390	31.668
Títulos e Valores Mobiliários	TR	449	9	11	14
Aplicação Fundos**	CDI	1.233.028	166.340	207.926	249.510
		1.389.895	187.462	234.327	281.192
Passivo Financeiro					
Empréstimos e Financiamentos - BNDES, FINEP e FDNE	TJLP+2,00%	(3.600.859)	(342.190)	(409.706)	(477.222)
Empréstimos e Financiamentos - NIB	IGPM+8,63%	(67.872)	(11.158)	(12.484)	(13.809)
Empréstimos e Financiamentos - DEBÊNTURES, APR, CCB e NP	CDI+1,88%	(2.267.393)	(357.473)	(436.187)	(514.900)
Subtotal		(5.936.124)	(710.822)	(858.377)	(1.005.932)
Variação		(4.546.229)	(523.360)	(624.050)	(724.740)

*As aplicações em CDB/Debêntures/Títulos Públicos tem uma remuneração média de 99,03% do CDI (a.a)

**As aplicações em Fundos tem uma remuneração média de 98,98% do CDI (a.a)

Em 31 de dezembro de 2016, o custo total de captação foi de R\$35.633 (R\$26.327 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia e suas controladas têm exposição líquida passiva, uma vez que têm mais instrumentos financeiros passivos que ativos; desta forma a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é feita considerando a deterioração do cenário econômico, com aumento das taxas de juros.

Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento das cláusulas restritivas “covenants” financeiros atreladas às dívidas do grupo está detalhado nas notas explicativas nº 15 e nº 16.

26.4. Análise de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elaborou um modelo de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Para os fluxos de caixa com juros pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações.

Controladora							
31/12/2016	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	18.964	-	-	-	-	-	18.964
Empréstimos e Financiamentos - principal e encargos	11.151	30.174	164.816	372.205	196.382	435.040	1.209.769
Debêntures - principal e encargos	-	68.531	178.776	754.265	651.927	69.337	1.722.836
Total	30.115	98.706	343.592	1.126.470	848.309	504.378	2.951.569

Consolidado							
31/12/2016	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	9.602	65.378	782	633	-	-	76.395
Empréstimos e Financiamentos - principal e encargos	53.173	109.016	615.699	1.529.855	1.197.630	2.712.261	6.217.634
Debêntures - principal e encargos	1.858	71.679	456.762	1.032.809	815.777	438.842	2.817.727
Total	64.633	246.073	1.073.243	2.563.297	2.013.407	3.151.103	9.111.756

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras individuais o capital circulante líquido negativo no montante de R\$900.485, decorrente principalmente dos mútuos firmados com suas controladas em dezembro de 2015 e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Tais valores serão liquidados com o saldo de dividendos a receber e antecipação de dividendos de 2017 a serem deliberadas pelas controladas.

27. COBERTURA DE SEGUROS

Contratação

A Companhia adota a política de contratar apólices para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Nas contratações de seguros a Companhia é auxiliada por corretores que possuem expertise do mercado e lhes dá um parâmetro de benchmarking para o desenho das apólices.

Os ativos em construção possuem apólices contratadas de forma isolada, já que cada obra possui características e cronogramas diferentes. É prática comum a Companhia contratar 100% do valor em risco como limite máximo de indenização, já que não se pode determinar uma porcentagem da obra que terá perda máxima no caso de uma catástrofe.

Já para os ativos em operação a prática é agrupar as usinas por tipo de geração (Pequenas Centrais Hidrelétricas “PCH’s”, Usinas termelétricas movidas a Biomassa e Usinas Eólicas) para contratação das apólices. É prática de mercado a determinação da usina de maior valor para estipular o limite máximo de indenização da apólice de riscos operacionais, já que contratar como limite o montante total do valor em risco caracteriza uma situação pouco provável ou nula, em que todas as usinas teriam perda total no mesmo período. Sendo assim, prefere-se assegurar com um limite que dê conforto para cobrir totalmente a usina de maior valor no caso de uma catástrofe, ou qualquer outra usina de menor valor na apólice. No caso de utilizar-se todo o limite da apólice, o mercado de seguros fornece mecanismos de reintegração do risco, pagando um prêmio proporcional por isso.

Todas as novas contratações e renovações são aprovadas pelos gestores das respectivas áreas, e com aprovação da Diretoria em reuniões semanais.

Descrição	Ramo da Apólice	Consolidado 31/12/2016
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais - Danos Materiais, Lucros Cessantes e Riscos de Engenharia	5.035.119
Responsabilidade Civil	Obras Cíveis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica	75.000
Automóveis	Cobertura Compreensiva	3.532
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	114.032
D&O*	Responsabilidade civil dos administradores	180.000
Outros	Seguro Garantia, D&O e outros	101.914
Total		<u>5.509.597</u>

* A importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio

Sinistros

- Bio Coopcana

Em maio de 2014, houve um sinistro nas bobinas do gerador da controlada Bio Coopcana que queimaram, durante a operação da usina. A usina estava coberta pela garantia do equipamento dada pelo fornecedor, por Seguro Garantia emitido pelo próprio fornecedor à controladora CPFL Renováveis e por apólice de seguro de Risco Operacional contratado pela controladora CPFL Renováveis. A exata causa do sinistro não pode ser confirmada pelo fornecedor. Por esta razão e por questões comerciais o gerador foi reparado pelo fornecedor sem custo para a Bio Coopcana.

A seguradora reconheceu que o montante de lucros cessantes apurado foi de R\$3.611, sendo o mesmo registrado como receita de indenização em “Outras receitas” no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 desta controlada.

Em 13 de maio de 2016 a Bio Coopcana, recebeu integralmente o valor apurado pela seguradora.

- Bio Pedra

Em maio de 2015 houve sinistro no rotor da turbina da controlada Bio Pedra, durante a operação da usina. A usina está assegurada por apólice de Riscos Operacionais, com adicional de cobertura para Lucros Cessantes.

A seguradora reconheceu os prejuízos apurados de dano material no montante de R\$20.682 e lucros cessantes no montante de R\$25.644, sendo os mesmos registrados, respectivamente, como receita de indenização em contrapartida da provisão para perda de imobilizado e como “Outras receitas” no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 desta controlada.

Em 28 e 31 de março de 2016, a controlada recebeu parte do valor apurado pela seguradora no montante R\$8.000 e R\$19.796 respectivamente. Em 06 de abril, 18 de maio e 2 de junho de 2016 a seguradora realizou os últimos pagamentos da indenização e lucros cessantes, liquidando o saldo a receber em aberto.

- Bons Ventos

Em outubro de 2016, houve um sinistro em um dos aerogeradores da controlada Bons Ventos, ocasionado por um incêndio de origem desconhecida, danificando completamente o equipamento. O parque está assegurado por apólice de Riscos Operacionais, com adicional de cobertura para Lucros Cessantes. O processo de regulação do sinistro está em sua fase inicial.

A Administração da Companhia requereu da seguradora indenização total dos danos ocorridos e dos lucros cessantes.

28. COMPROMISSOS

28.1. Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como operacionais, uma vez que os termos dos contratos de arrendamento não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato.

	Ref.	Assinatura do Contrato	Área (ha)	Prazo	R\$ mil pagamento previsto para o ano de 2017	Índice Reajuste
CPFL Energias Renováveis*	1	-	-	-	1.073	IPCA
Dobrevê Energia S.A.**	1	out-10	-	35 anos	491	IGP-M
EOL Santa Clara I, II, III, IV, V, VI	2	mar-08	2.079	28 anos	2.072	IGP-M
EOL Bons Ventos	2	set-06	437	28 anos	3.287	IGP-M
EOL Formosa	2	out-01	1.094	28 anos	1.906	IGP-M
EOL Icaraizinho	2	mar-02	423	28 anos	1.305	IGP-M
EOL Paracuru	2	dez-01	107	28 anos	627	IGP-M
EOL Campo dos Ventos II	2	jun-09	183	37 anos	298	IGP-M
EOL Bloco Norte e Sul	2	out-08	3.300	37 anos	1.687	IGP-M
EOL Campos dos Ventos	2	abr-08	3.206	37 anos	826	IGP-M
EOL Costa Branca	2	ago-08	322	25 anos	235	IGP-M
EOL Juremas	2	ago-08	217	25 anos	239	IGP-M
EOL Macacos	2	ago-08	88	25 anos	181	IGP-M
EOL Pedra Preta	2	ago-08	145	25 anos	234	IGP-M
EOL Baixa Verde	2	ago-08	239	25 anos	28	IGP-M
EOL Cajueiro	2	ago-08	238	25 anos	28	IGP-M
EOL Navegantes	2	mai-09	208	25 anos	28	IGP-M
EOL Rosa do Ventos	2	jan-04	126	25 anos	396	IGP-M
EOL DESA Eurus I e III	2	out-08	89	25 anos	608	IGP-M
EOL DESA Morro dos Ventos	2	out-08	89	25 anos	2.200	IGP-M
EOL Atlântica	2	set-12	2.314	35 anos	1.492	IGP-M
EOL Pedra Cheirosa	1	jul-13	400	25 anos	21	IGP-M
SPE Costa das Dunas	1	mai/09	469	25 anos	60	IGP-M
SPE Farol de Touros	1	mai/09	433	25 anos	60	IGP-M
SPE Figueira Branca	1	abr/09	143	25 anos	49	IGP-M
SPE Gameleira	1	abr/09	463	25 anos	58	IGP-M
				Total	19.489	

* valores referente aos projetos Projeto EOL Royale, Projeto Pé de Serra, Projeto Serra dos Ventos, Eólica Bom Conselho, Eólica Serra Grande, Projeto Serra das Vacas, Projeto EOL Lagoas de Saloá, Projeto Serra do Angelim, Projeto EOL Achado, Projeto EOL Olhos D'água, Projeto EOL Rodoleiro, Projeto EOL Palmeiras, Projeto EOL Farroupilha, Projeto EOL Cristais, Projeto EOL Dourados, Projeto EOL Esplanada, Projeto EOL Jussara, Projeto EOL São Nicolau, Projeto EOL Sossego, Projeto EOL Ventania, Projeto EOL Santana, Projeto EOL Taipa, Projeto EOL Estância, Projeto EOL Sacatruz, Projeto EOL Riacho de Santana. A datas de assinatura estão entre nov/10 e jul/13, com prazo médio dos contratos de 35 anos.

** valores referentes ao projeto EOL Iraúnas.

1. Fase Pré-Operacional: valores mensais de R\$1,0 a R\$3,0/ha.
2. Fase Operacional: valores mensais conforme receita bruta de energia.

A seguir o cronograma de pagamento dos compromissos de arrendamentos:

Consolidado			
Vencimento	Fixo	Variável	Total
2017	4.871	14.616	19.487
2018	5.099	15.299	20.398
2019	5.320	15.963	21.283
2020	5.562	16.686	22.248
2021	5.820	17.462	23.282
2022 a 2026	33.351	100.063	133.414
2027 a 2031	38.065	104.523	142.588
2032 a 2036	21.977	74.532	96.509
2037 a 2041	18.523	52.517	71.040
2042 a 2046	18.029	46.365	64.394
	<u>156.617</u>	<u>458.026</u>	<u>614.643</u>

28.2 Compromisso de aquisição negócios (preço complementar)

A Companhia firmou compromisso com o sócio não controlador referente a pagamento complementar na compra das SPEs Cajueiro Energia S.A., Baixa Verde Energia S.A. e Navegantes Energia S.A., condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em leilões de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada, a Companhia deverá desembolsar o montante de R\$6.987 atualizado monetariamente pelo IGP-M. Esse valor está registrado como passivo na rubrica de contas a pagar de aquisições (nota explicativa nº 17).

28.3 Outros compromissos

Os compromissos da Companhia e suas controladas relacionados a contratos de longo prazo:

em R\$ mil	2017	2018	2019	2020	2021	A partir de 2022	Total
Aluguéis	1.543	1.233	1.233	1.233	1.233	1.233	7.708
Contratos de construção de usinas	1.560.991	7.400	1.276	-	-	-	1.569.667
Contratos de prestação de serviço de manutenção e operação de usina	110.032	82.555	70.632	61.669	33.281	189.177	547.346
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	91.547	93.825	93.825	93.825	93.825	1.698.331	2.165.178
Serviços administrativos	4.374	2.848	-	-	-	-	7.222
Repactuação do risco hidrológico	17.882	-	-	4.471	11.178	174.933	208.464
Total	<u>1.786.369</u>	<u>187.861</u>	<u>166.966</u>	<u>161.198</u>	<u>139.517</u>	<u>2.063.674</u>	<u>4.505.585</u>

29. PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios, como seguro de vida, assistência médica e plano opcional de complementação de aposentadoria, entre outros, sob o regime de contribuição definida. A contabilização desses benefícios obedece ao regime de competência e sua concessão cessa ao término do vínculo empregatício.

Em julho de 2012, a Companhia firmou um Plano Gerador de Benefício Livre com a Bradesco Vida e Previdência S.A. O plano é composto por Planos Coletivos de Previdência Complementar Aberta - PGBL, regulamentados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. O Plano Gerador de Benefício Livre é estruturado na modalidade de contribuição paritária visto que a Patrocinadora está limitada ao percentual que ela acordou contribuir para o fundo e o valor do benefício pós-emprego recebido pelo funcionário é determinado pelo montante de contribuições pagas pela patrocinadora e pelo funcionário, acrescido dos retornos obtidos sobre os investimentos. Em consequência, o risco atuarial de que os benefícios sejam inferiores ao esperado e o risco de investimentos (riscos de que os ativos investidos sejam insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são assumidos pelo funcionário, já que a escolha do tipo de renda para a contribuição parte empregado é livre para o mesmo.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de contribuição a pagar pela Companhia é de R\$238 (R\$224 em 31 de dezembro de 2015). A despesa registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$1.064 (R\$996 em 31 de dezembro de 2015).

30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Encargos financeiros capitalizados	-	-	54.733	32.485
Transferência entre imobilizado e intangível	977	-	36	6.594
Fornecedores de imobilizado	-	-	7.475	11.580
Reconhecimento de sinistro	-	-	-	20.718
Provisão para custos socioambientais	-	-	8.999	-
Depósitos judiciais para imobilizado	-	-	3.418	-
Passivos contingentes para intangível	-	-	7.591	-
Outros créditos para intangível	35	-	13.985	-
Provisão para perda de investimento	25	-	-	-
Aumento de Capital com AFACs	272.654	265.039	-	-

31. GENERATION SCALING FACTOR ("GSF) e repactuação do Risco Hidrológico de 2015

As UHEs e algumas PCHs conectadas ao Sistema Interligado Nacional participam do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que funciona como um compartilhamento de riscos hidrológicos entre essas usinas, uma vez que as usinas geram energia pelo comando do Operador Nacional do Sistema ONS e/ou pelo regime hidrológico, ou seja, não possuem gestão sobre o momento e montante que geram a energia. A participação neste mecanismo é proporcional à Garantia Física de cada usina, que também se configura como o limite de contrato de venda de energia de cada usina.

Quando o conjunto das usinas do MRE gera energia superior à soma das suas garantias físicas, haverá o que se chama de Energia Secundária, originando a receita desta energia ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD que é rateada entre as usinas participantes na proporção de suas garantias físicas. Por outro lado, se a geração do conjunto for inferior à soma das garantias físicas, haverá o que se chama de Generating Scaling Factor

(“GSF”), sendo este déficit de energia também alocado na proporção da garantia física de cada usina e conseqüentemente expondo-a no mercado de curto prazo, valorando a energia faltante ao PLD.

Nos anos de 2005 a 2012, o GSF anual do MRE ficou acima de 100%, não onerando os geradores hidrelétricos, sendo que a partir do ano de 2013 este cenário começou a se alterar, agravando-se nos anos de 2014 e 2015, quando ficou abaixo dos 100% durante todo o ano.

Repactuação do Risco Hidrológico de 2015

A Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015 e a Resolução Normativa Aneel nº 684 de 11 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, atribuindo regras distintas para os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) e no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A repactuação do risco hidrológico da parcela referente no ACR se deu por meio da transferência do risco hidrológico ao consumidor mediante pagamento de prêmio de risco pelos geradores hídricos de R\$ 9,50/MWh até o final dos contratos de venda de energia. O pagamento deste prêmio e a transferência do GSF terão como destino a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Para a parcela risco hidrológico relativa ao ACL, o risco será mitigado pela compra de Energia de Reserva, com os direitos e obrigações associados a esta aquisição assumido pelos geradores hídricos. Neste caso o aporte de prêmio de risco ao preço foi de 10,50/MWh e receita da energia adquirida será na Conta de Energia de Reserva (CONER).

Os geradores que aderiram à repactuação deveriam cancelar processos judiciais em curso e quitar o passivo de GSF de maio a dezembro de 2015, e assim passar a ter direito ao ressarcimento do GSF de 2015 líquido do prêmio pactuado, reconhecendo este montante como uma despesa antecipada em contrapartida a uma redução no custo de energia elétrica.

Em dezembro de 2015, as controladas da Companhia: PCH Arvoredo, PCH Salto Góes, PCH Varginha, PCH Santa Luzia, PCH Plano Alto, PCH Alto Irani, PCH Cocais Grande, PCH Figueirópolis e PCH Ludesa aderiram à repactuação de seus contratos do ACR, assim como desistiram da ação judicial.

O registro de tais efeitos foi a constituição de uma despesa antecipada (nota explicativa nº 9) em contrapartida a redutor de receita de venda de energia e ao custo de energia elétrica comprada para revenda. O montante do GSF repactuado líquido do prêmio na data base de 31 de dezembro de 2015 foi de R\$27.019 para as controladas da Companhia. O montante de despesas antecipadas reconhecido está sendo amortizado como redutor de receita de venda de energia e como custo de energia de forma linear no resultado destas controladas entre janeiro de 2016 a junho de 2020.

O passivo de GSF dos meses de maio a dezembro de 2015, no montante de R\$7.277 foi liquidado em 2016, portanto, a parcela de GSF ressarcido líquida do prêmio repactuado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, considerando a amortização do prêmio dos meses de janeiro a dezembro de 2016, registrada na rubrica de despesa antecipada, está

apresentada líquida do passivo a pagar registrado na rubrica de adiantamento de clientes, no montante de R\$8.250 (nota explicativa nº 9 (e)), segregado entre circulante e não circulante.

Adicionalmente, para os contratos firmados com a Eletrobrás (PROINFA), o GSF do exercício de 2015, ainda não foi retido da receita do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, desta forma, a parcela do GSF ressarcido líquida do prêmio repactuado do exercício de 2015, para determinadas controladas da Companhia, está apresentada líquida do passivo a pagar registrado na rubrica de adiantamento de clientes, tendo o saldo zerado na rubrica de despesa antecipada.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi reconhecido no resultado o montante de R\$6.008, referente a amortização do prêmio do risco hidrológico repactuado, sendo R\$2.359 contabilizado como custo da geração de energia (nota explicativa nº 23) e R\$3.649 como redutor de receita, referente aos contratos do PROINFA.

32. EVENTO SUBSEQUENTE

Aquisição da totalidade de participação societária vinculada ao bloco de controle da CPFL Energia S.A.

Em 01 de julho de 2016, a Camargo Corrêa S.A (“CCSA”) recebeu e aceitou, a proposta encaminhada pela State Grid International Development Limited (“State Grid”) para a aquisição da totalidade de sua participação societária, vinculada ao bloco de controle da CPFL Energia S.A, que representa 23% do capital social.

Em 2 de setembro de 2016, a CCSA assinou o contrato de aquisição. A partir dessa data, iniciou-se o prazo de 30 dias para os demais signatários do Acordo de Acionistas da CPFL Energia (“Acordo”) exercerem o seu direito de preferência para a aquisição da totalidade das ações objeto da transação ou, de outra forma, optarem por aderir à transação e alienar em conjunto com a CCSA a totalidade de suas ações da CPFL Energia vinculadas ao Acordo, pelo mesmo preço e condições ofertadas à CCSA pela compradora.

Em 23 e 28 de setembro de 2016, os signatários: PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil; Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações; Bonaire Participações S.A.; Fundação Cesp; Fundação Sistel de Seguridade Social; Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros e Fundação Sabesp de Seguridade Social – SABESP, informaram o exercício do direito de venda previsto no Acordo, a fim de alienar em conjunto com a CCSA a totalidade de suas participações acionárias na CPFL Energia. Em 22 de setembro de 2016 ocorreu a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Em 13 de dezembro de 2016 ocorreu a aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, do pedido de anuência para a transferência das ações de emissão da CPFL Energia detidas pelos acionistas integrantes de seu bloco de controle (“Acionistas Controladores”) à State Grid Brazil Power Participações Ltda. (“State Grid Brazil”), subsidiária brasileira da State Grid International Development Limited. Esta autorização era a última condição precedente para a ocorrência do fechamento da transação e a consumação da transferência das ações de emissão da CPFL Energia detidas pelos Acionistas Controladores à State Grid Brazil.

Em 23 de janeiro de 2017, a CPFL Energia divulgou Fato Relevante informando que recebeu, naquela data, correspondência da State Grid Brazil, informando que naquela data, foi realizado o fechamento do Contrato de Aquisição de Ações datado de 02 de setembro de 2016 e celebrado entre a State Grid Brazil, a Camargo Correa S.A., a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, a Fundação CESP, a Fundação Sistel de Seguridade Social, a Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS, a Fundação SABESP de Seguridade Social — SABESPREV, e certas outras partes. Além disso, foram divulgados neste Fato Relevante as condições sobre a transação no que tange à (i) fechamento e ações adquiridas, (ii) preço por ação da CPFL Energia; (iii) preço por ação da CPFL Renováveis; (iv) OPAs por alienação de controle; (v) preço da OPA por alienação de controle; (vi) Possibilidade de Promover o Cancelamento de Registro da CPFL Energia e/ou da CPFL Renováveis; (vii) rescisão do controle de acionistas e outras informações relevantes.

Após a finalização da transação, a State Grid Brazil se tornou a controladora da CPFL Energia com 54,64% do capital votante e total da CPFL Energia. Tendo em vista que a CPFL Energia é a controladora da CPFL Renováveis, a transferência do controle direto da CPFL Energia resultou na alienação indireta do controle da CPFL Renováveis. O valor por ação de emissão da CPFL Renováveis detida direta ou indiretamente pela CPFL Energia foi de R\$ 12,20 por ação de emissão da CPFL Renováveis, totalizando aproximadamente R\$ 3.17 bilhões.

Alguns membros do conselho de administração e do conselho fiscal renunciaram nesta mesma data. A eleição dos substitutos para ocuparem os cargos vagos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal ocorreu na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de fevereiro de 2017, conforme edital de convocação e Proposta da Administração já divulgados.

Como o fechamento ocorreu em 23 de janeiro de 2017, após todas as condições precedentes serem atendidas, esta transação não gerou impactos na estrutura acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2016.

Conforme fato relevante divulgado em 23 de fevereiro de 2017, a State Grid Brazil Power Participações realizará uma oferta pública para a aquisição da totalidade das ações ordinárias de titularidade dos acionistas remanescentes da CPFL Renováveis, excluindo as ações ordinárias detidas direta ou indiretamente pela CPFL Energia S.A (“OPA por Alienação de Controle”), juntamente com uma oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia visando a: (i) cancelar seu registro de companhia aberta perante a CVM sob a categoria “A” e a sua conversão para a categoria “B” (“OPA para Conversão de Registro”); e (ii) retirar a Companhia do Segmento Especial de Listagem da BM&FBOVESPA denominado Novo Mercado (“OPA para Saída do Novo Mercado”), observando-se, para tanto a legislação aplicável.

Nesse sentido, foi divulgado nesta data que o ofertante protocolou em 22 de fevereiro de 2017 a documentação relativa à OPA Unifica perante a CVM, contemplando o preço por ação previamente informado de R\$ 12,20 (doze reais e vinte centavos), sujeito aos ajustes

previamente informados (“Preço da Oferta”). Ofertante esclareceu, ainda, que: (a) o registro da OPA Unificada encontra-se em processo de análise pela CVM e (b) se reserva o direito de lançar apenas a OPA por Alienação de Controle e cancelar a OPA para Conversão de Registro e OPA para Saída do Novo Mercado caso o Preço da Oferta seja inferior ao valor justo das ações da Companhia, apurado no laudo de avaliação a ser elaborado para efeito da OPA para Conversão de Registro e OPA para Saída do Novo Mercado, de acordo com a regulamentação aplicável.

* * *

Gustavo Henrique Santos de Sousa
Diretor Presidente/Diretor Financeiro e Relação com Investidores

Marcos Paulo Nascimento
Superintendente de Controladoria

Daniela Ribeiro Mendes
Contadora responsável
CRC 1SP199348/O-0

Mensagem do Presidente

Em 2016, as fontes renováveis continuaram ganhando força no Brasil e no mundo. Apesar das dificuldades e instabilidade econômica brasileira, a capacidade instalada de energia eólica no Brasil chegou a marca expressiva de 10 GW, sendo 1,3 GW oriundos da CPFL Renováveis.

Nesse ano continuamos nossa estratégia de diversificação e atuação em várias regiões do país. Investimos R\$ 930 milhões em projetos de crescimento, mantendo o nosso histórico de entrega de projetos no prazo e no orçamento. Atingimos em dezembro de 2016 o marco de 2 GW de capacidade instalada nos tornando a maior empresa de energia renovável da América Latina.

Em 2016, a Companhia apresentou geração de energia 14,9% superior a 2015. A receita líquida evoluiu 9,8% no ano e o Ebitda atingiu o patamar de R\$ 1,0 bilhão no período, estável em relação ao ano anterior.

A CPFL Renováveis conta com capacidade e conhecimento para viabilizar projetos competitivos em um setor com grande perspectiva de crescimento e vital para o desenvolvimento do país.

Gustavo Sousa

Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores Interino

A Administração da CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) submete para apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhado do relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Visão Geral

A CPFL Energias Renováveis S.A foi criada em 24 de agosto de 2011, como resultado da associação entre a CPFL Energia, através das controladas CPFL Geração e CPFL Brasil, e a ERSA – Energias Renováveis S.A.. A implementação desta associação resultou na criação da maior empresa de energias renováveis do Brasil, com presença marcante nas quatro principais tecnologias de energia renovável desenvolvidas atualmente no país – Parques Eólicos, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH’s), Usinas Termelétricas Movidas à Biomassa e Usina Solar. Os empreendimentos da Companhia estão presentes em oito Estados brasileiros com forte contribuição para o desenvolvimento econômico e social local e regional.

A CPFL Energias Renováveis S.A é uma empresa produtora independente de energia, com foco exclusivo no mercado brasileiro de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, através do desenvolvimento, construção e operação de um portfólio de usinas de pequeno e médio porte.

Organograma Societário

Abaixo a demonstração da composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2016:



Ambientes de Comercialização de Energia

A demanda por energia elétrica varia em função do desempenho dos demais setores produtivos do País, que por sua vez, estão relacionados à atividade econômica no Brasil. Os projetos da Companhia que estão em construção ou em operação já possuem contratos de venda de energia de longo prazo. Para os futuros projetos deveremos comercializar a

energia gerada com base em uma estratégia de maximização de retornos, selecionando as melhores oportunidades de venda entre a alocação no Ambiente de Contratação Livre (ACL), incluindo os Consumidores Especiais e os Consumidores Livres, e no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), através de leilões de energia.

A receita operacional e os custos de geração das PCHs, dos parques eólicos e das usinas termelétricas movidas a biomassa sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

- A menor velocidade média dos ventos faz com que os parques eólicos apresentem menores volumes de geração no 1º semestre;
- A safra da cana de açúcar na região Sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro. Já a safra da região Nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior;
- Dado que o reconhecimento das receitas das usinas eólicas e de algumas usinas de biomassa segue a geração efetiva dessas usinas, observa-se que, de forma geral, o primeiro semestre do ano seja um período com menores receitas do que o segundo para esses ativos;
- O período de chuvas favorece a geração das PCHs das regiões Sudeste e Centro-Oeste no 1º e 4º trimestres, enquanto no Sul, o período de chuvas favorece a geração de energia no 2º e 3º trimestres.

Além disto, os efeitos na contabilização das receitas das PCHs são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada, a qual é registrada na CCEE. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física, é valorada por uma tarifa denominada “Tarifa de Energia de Otimização” - TEO, que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será mensalmente contabilizada para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, este efeito é definido como GSF (“Generation Scaling Factor”). Em 31 de dezembro de 2016, quatro usinas da Companhia não faziam parte do MRE: Paiol, Pirapó, Socorro e Três Saltos.

Repactuação do risco hidrológico (GSF): Desde o final de 2013, a geração das usinas hidrelétricas participantes do MRE tem sido inferior ao total de suas garantias físicas, provocando custos decorrentes de GSF inferior a 1 (um).

A ANEEL discutiu o tema por meio da Audiência Pública nº 32 (AP 32/2015), com vistas a obter subsídios e informações adicionais para a discussão conceitual do GSF. Diversos agentes e associações do setor contribuíram, apresentando propostas de estruturação e mitigação do risco do GSF.

Como resultado das negociações que aconteceram ao longo de 2015, a ANEEL criou uma metodologia para permitir que os geradores troquem o risco de não conseguirem gerar o equivalente às suas garantias físicas por um "bônus de risco" a ser calculado para cada usina.

Concomitante ao andamento da AP 032/2015, foi publicada, em agosto de 2015, a MP 688, que dispõe sobre os critérios de repactuação do risco hidrológico (GSF). A Lei 13.203/2015, sancionada e publicada em dezembro de 2015, foi resultado da conversão da referida MP e permitiu que os geradores hidrelétricos repactuassem o risco de seus contratos decorrentes dos anos de baixa hidrologia.

Dessa forma, a ANEEL - por meio dos despachos nº 4.122 de 24 de dezembro de 2015 e nº 4.132 de 28 de dezembro de 2015 - concedeu anuência à repactuação do risco hidrológico (GSF) das seguintes usinas da CPFL Renováveis: PCH Arvoredo, PCH Salto Góes, PCH Varginha, PCH Santa Luzia, PCH Plano Alto, PCH Alto Irani, PCH Cocais Grande, PCH Figueirópolis e PCH Ludesa. Em 31 de dezembro de 2016, o montante repactuado corresponde a 91,3 MW médios de garantia física (38,8% do portfólio total de PCHs) e o produto de adesão foi o SP100**, conforme demonstrado na tabela abaixo:

PCH	Garantia Física (MW médios)*	MW médios repactuados	Produto**
Arvoredo	7,4	7,0	SP100
Salto Góes	11,1	11,1	SP100
Varginha	5,4	4,0	SP100
Santa Luzia	18,4	14,0	SP100
Plano Alto	9,3	9,3	SP100
Alto Irani	12,4	12,4	SP100
Cocais Grande	4,6	4,6	SP100
Figueirópolis	12,6	12,2	SP100
Ludesa	21,2	16,7	SP100
TOTAL	102,4	91,3	

* Valores de garantia física conforme Portaria ANEEL nº 30.

** SP 100 é o produto no qual o gerador transfere o risco hidrológico (GSF) e a energia secundária para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, conforme especificando pela REN 684/2015. Esse termo significa que a Companhia repactuou 100% do risco hidrológico (GSF) das usinas no ACR ao prêmio R\$ 9,50/MWh.

Os geradores que aderiram à repactuação do risco hidrológico (GSF) das usinas tiveram que cancelar processos judiciais em curso e quitar o passivo de GSF de maio a dezembro de 2015, e assim, passar a ter direito ao ressarcimento do GSF de 2015 líquido do prêmio pactuado, reconhecendo este montante como receita para os ativos negociados no PROINFA e como redutor de custo para os outros ativos do mercado regulado.

Com relação às usinas no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), a Companhia decidiu pela não adesão à proposta de repactuação do risco hidrológico (GSF), conforme estabelecido na Lei nº 13.203/2015 e Resolução ANEEL nº 684/2015. A garantia física no mercado livre é de 141,5 MWm (equivalente a 60,1% do portfólio das PCHs em operação).

Na Companhia, o impacto da repactuação do risco hidrológico foi de R\$ 26,2 milhões: R\$ 15,6 milhões contabilizado no resultado como receita líquida, e R\$ 10,6 milhões como redutor no custo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi reconhecido no resultado o montante de R\$ 6,0 milhões, referente a amortização do prêmio do risco hidrológico repactuado, sendo R\$ 2,4 MM contabilizado como custo da geração de energia e R\$ 3,6 MM como redutor de receita, referente aos contratos do PROINFA.

Liminar sobre a revisão da garantia física: A CPFL Renováveis, por meio da ABRAGEL (Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa), obteve decisão liminar que suspende os efeitos das Portarias subsequentes à Portaria 463/2009, referentes à revisão de garantia física de PCHs, restabelecendo os valores originais e impedindo novas revisões até que os pleitos dos geradores sejam discutidos entre os agentes. Enquanto isso, a CCEE deverá considerar os valores originais estabelecidos para as PCHs incluídas na ação, nos processos de contabilização e de liquidação posteriores à decisão da liminar.

Portfólio em Operação

A CPFL Renováveis tem como vantagem competitiva a diversificação de seu portfólio que, no final de 2016, contava com 91 ativos localizados em 57 municípios brasileiros. Para atender a esse portfólio a Companhia conta com uma plataforma robusta e altamente escalável.

Ao final do exercício, a capacidade da Companhia estava distribuída da seguinte forma:

Fonte	Capacidade em operação (MW)	Número de ativos	% do portfólio
Eólica	1.260,3	43	61,3%
PCH	423,1	39	20,6%
Biomassa	370,0	8	18,0%
Solar	1,1	1	0,1%
Total em operação	2.054,5	91	100,0%

Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas auditadas.

Demonstrativo de Resultados

	2016	2015	2016 vs 2015
Receita Líquida	1.646.588	1.499.356	9,8%
Custo de geração de energia elétrica	(460.709)	(406.980)	13,2%
Depreciação e amortização	(395.372)	(379.989)	4,0%
Lucro Bruto	790.507	712.387	11,0%
Despesas gerais e administrativas	(192.750)	(91.027)	111,8%
Amortização do direito de exploração	(152.471)	(157.308)	-3,1%
Depreciação & amortização	(5.326)	(3.280)	62,4%
Lucro operacional	439.960	460.772	-4,5%
Resultado Financeiro	(537.356)	(460.268)	16,7%
IR e CS	(46.310)	(49.221)	-5,9%
Resultado líquido	(143.706)	(48.717)	195,0%
Ebitda	993.129	1.001.350	-0,8%
Margem Ebitda	60,3%	66,8%	-6,5 p.p
Ebitda ajustado ¹	1.084.542	1.074.913	0,9%
Margem Ebitda ajustado	65,9%	71,7%	-5,8 p.p

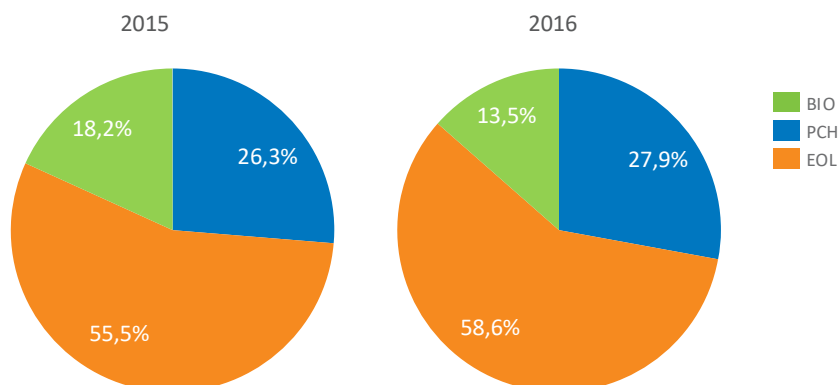
(1) Exclui os itens extraordinários ligados à condição hidrológica e eventuais ocorrências relevantes nos ativos da Companhia.

A variação do resultado de 2016 em relação a 2015 foi influenciada pelo aumento na receita líquida principalmente em função de novas capacidades em operação, pelos maiores custos com geração de energia por conta basicamente do crescimento do portfólio e do aumento das despesas gerais e administrativas devido principalmente à baixa de ativos ocorrida no último trimestre de 2016.

Já o resultado líquido foi impactado pelo aumento das despesas financeiras devido ao aumento das taxas de juros e pela entrada em operação de novos parques.

Receita líquida

Composição da receita líquida por fonte¹



¹ A participação da fonte solar foi de 0,02% em 2016 e de 0,02% em 2015.

Em 2016, a receita líquida atingiu R\$ 1.646,6 milhão, crescimento de 9,8% quando comparado ao ano de 2015 (+R\$ 147,2 milhões). Essa variação pode ser explicada principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) Maior volume de energia gerada nas eólicas decorrente da maior velocidade dos ventos e reajuste de preço dos contratos no último trimestre de 2016 (+R\$ 86,1 milhões);
- (ii) Entrada em operação comercial e geração em teste dos parques que compõem os complexos eólicos Campo dos Ventos e São Benedito (+R\$ 55,1 milhões);
- (iii) Maior receita nas PCHs em função do reajuste de preço dos contratos (+R\$ 27,0 milhões) e menor GSF no período (+R\$ 25,3 milhões);
- (iv) Entrada em operação comercial da PCH Mata Velha, em abril de 2016 (+R\$ 14,6 milhões); e
- (v) Menor receita das biomassas em 2016, pois em Bio Alvorada e Bio Coopcana, houve a necessidade de compra de energia para atendimento de média móvel no primeiro trimestre de 2015. (-R\$ 48,2 milhões).

A variação também foi impactada pela repactuação do risco hidrológico (GSF) das usinas que atendem aos contratos do Proinfa no valor de R\$ 15,6 milhões.

Custo de geração de energia

(R\$ mil)	2016	2015	2016 vs 2015
Custo de compra de energia	(182.161)	(181.447)	0,4%
Amortização de prêmio do risco hidrológico – GSF	(2.359)	-	N/A
Encargos de uso de sistema	(89.964)	(78.645)	14,4%
PMSO ⁽¹⁾	(186.225)	(146.888)	26,8%
Custo de geração de energia elétrica	(460.709)	(406.980)	13,2%
Depreciação e amortização	(395.372)	(379.989)	4,0%
Total dos custos com geração de energia elétrica + depreciação e amortização	(856.081)	(786.969)	8,8%

¹ Pessoal, material, serviços de terceiros e outros.

Em 2016, os custos de geração de energia totalizaram R\$ 856,1 milhões, representando um aumento de 8,8% na comparação com 2015 (-R\$ 69,1 milhões).

Custo de compra de energia

Em 2016, o custo de compra de energia totalizou R\$ 182,2 milhões estável em relação ao de 2015 (R\$ 181,4 milhões). O custo com compra de energia em 2016 deve-se, basicamente, aos seguintes fatores:

- (i) Reconhecimento de indenização devida de R\$ 56,2 milhões, de acordo com condições contratuais, dos Complexos Campo dos Ventos e São Benedito;
- (ii) Reconhecimento de R\$ 20,0 milhões referentes às apurações anual e quadrienal (findas em dezembro de 2016) dos contratos de venda de energia dos complexos eólicos Santa Clara, Atlântica e Morro dos Ventos. Cabe ressaltar que a geração foi impactada por eventos climatológicos, como o El Niño, que ocasionaram a redução da velocidade dos ventos na região desses parques; e
- (iii) Compra de energia para atender exposição no mercado de curto prazo e hedge no valor de R\$ 25,5 milhões.

Já em 2015, ocorreram os seguintes fatores: (i) maiores gastos com a aplicação do GSF de R\$ 78,2 milhões versus R\$ 10,1 milhões em 2016; (ii) repactuação do risco hidrológico (GSF) para usinas contratadas no mercado regulado no valor positivo de R\$ 10,6 milhões; e (iii) compra de energia para atender a média móvel das usinas de biomassa Bio Coopcana e Bio Alvorada no valor de R\$ 45,8 milhões.

Encargos de uso de sistema

O custo com encargos de uso de sistema teve um aumento de 14,4% em 2016, devido basicamente à entrada em operação dos ativos ao longo dos últimos 12 meses e reajuste anual dos encargos.

PMSO

Em 2016, o custo com PMSO totalizou R\$ 186,2 milhões, aumento de 26,8% em relação a 2015 (-R\$ 39,3 milhões). Tais variações são explicadas principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) Crescimento do portfólio em operação e maior geração no período;
- (ii) Reajuste de contratos com fornecedores de O&M de parques eólicos, fim do período de carência parcial dos primeiros anos de operação; e
- (iii) Reconhecimento de indenização por indisponibilidade de fornecedor de R\$ 6,0 milhões no último trimestre de 2015.

Depreciação e Amortização

O custo com depreciação e amortização teve um aumento de 4,0% em 2016, devido basicamente à entrada em operação dos ativos ao longo dos últimos 12 meses.

Despesas gerais e administrativas

(R\$ mil)	2016	2015	2016 vs 2015
Despesas com pessoal	(64.510)	(52.941)	21,9%
Serviços de terceiros ¹	(39.136)	(47.018)	-16,8%
Outros	(89.104)	8.932	-1097,6%
Despesas gerais e administrativas	(192.750)	(91.027)	111,8%
Depreciação & Amortização	(5.326)	(3.280)	62,4%
Amortização do direito de exploração	(152.471)	(157.308)	-3,1%
Total das despesas gerais e administrativas + depreciação e amortização	(350.547)	(251.615)	39,3%

¹ Considera despesas de ocupação, material e serviços profissionais

Em 2016, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 350,5 milhões em 2016, aumento de 39,3% (-R\$ 98,9 milhões) em relação a 2015. As principais variações, estão relacionadas aos seguintes itens não recorrentes ocorridos no último trimestre de 2016:

- (i) Baixa de imobilizados e intangíveis no valor de R\$ 33,1 milhões em projetos eólicos que não foram desenvolvidos, pois em função da mudança de fornecedor nos complexos eólicos Campos dos Ventos e São Benedito, o projeto foi redesenhado e duas SPE's não precisaram ser utilizadas e também em função de inventário físico; e
- (ii) Provisão para baixa de ativo de projeto de PCH no montante de R\$ 40,4 milhões, pois aguardamos decisão da ANEEL de prorrogação do prazo da autorização.

A variação também foi impactada pelos seguintes itens não recorrentes ocorridos em 2015:

- (i) Reconhecimento do seguro contra danos materiais e baixa de imobilizado referente à turbina sinistrada de Bio Pedra, gerando um valor positivo de R\$ 9,7 milhões em 2015; e
- (ii) Reversão da provisão no valor de R\$ 3,4 milhões relativa à descontinuidade de projeto de PCH.

Ebitda

Em 2016, o Ebitda totalizou R\$ 993,1 milhões, estável em relação ao ano de 2015 (R\$ 1.001,4 milhão). Tal resultado se deve à maior receita líquida (+14,7%), resultante principalmente do maior volume de energia gerada nas eólicas e à entrada em operação de novos ativos. O aumento da receita líquida foi compensado principalmente pelas baixas e provisão para baixa de ativos no valor R\$ 73,6 milhões registradas no último trimestre de 2016. Além dos efeitos mencionados, a redução do Ebitda também se deve ao aumento de R\$ 66,6 milhões do custo de geração de energia elétrica, influenciado principalmente pelo aumento da rubrica de compra de energia.

Evolução do Ebitda – 2016 x 2015 (R\$ milhões)



Os ajustes no Ebitda da Companhia consideram itens extraordinários ligados à condição hidrológica (GSF e PCH fora do MRE) e eventuais ocorrências relevantes nos ativos da Companhia.

Em 2016, desconsiderando os itens extraordinários, a Companhia apresentaria Ebitda de R\$ 1.084,5 milhão, com margem de 65,9% ante um Ebitda ajustado de R\$ 1.074,9 milhão em 2015, com margem de 71,7%. Os ajustes relacionados aos itens extraordinários que afetaram o Ebitda da Companhia estão descritos na tabela abaixo:

(R\$ mil)	2016	2015	2016 vs 2015
-----------	------	------	--------------

Ebitda	993.129	1.001.350	-0,8%
Itens ajustados	91.413	73.563	24,3%
Baixa de ativos	73.567	-	N/A
Contingência	7.491	-	N/A
GSF Receita	330	25.575	N/A
GSF Custo	10.025	78.168	N/A
Repactuação GSF - Receita	-	-15.640	N/A
Repactuação GSF - Custo	-	-10.610	N/A
Outros	-	-3.931	N/A
Ebitda ajustado	1.084.542	1.074.913	0,9%

Resultado Financeiro

(R\$ mil)	2016	2015	2016 vs 2015
Receitas Financeiras	133.649	139.080	-3,9%
Despesas Financeiras	(671.005)	(599.348)	12,0%
Resultado Financeiro	(537.356)	(460.268)	16,7%

Em 2016, o resultado financeiro ficou negativo em R\$ 537,4 milhões, aumento de 16,7% (-R\$ 77,1 milhões) em relação a 2015.

Receitas financeiras

Em 31 de dezembro de 2016, as disponibilidades e aplicações financeiras da CPFL Renováveis somavam R\$ 1.471,2 milhão ante R\$ 1.268,5 milhão em 31 de dezembro de 2015. Essa variação deve-se principalmente aos seguintes fatores: (i) novas captações do período; (ii) recebimento de adiantamento de futuro aumento de capital de acionista, sendo parcialmente compensada (iii) pelos investimentos realizados nos projetos em andamento; e (iv) pelas amortizações e custos dos empréstimos.

Despesas financeiras

Em 2016, as despesas financeiras totalizaram R\$ 671,0 milhões, 12,0% superior às de 2015 (-R\$ 71,7 milhões). As variações são explicadas pelos seguintes fatores:

- (i) Aumento do CDI médio entre os períodos: 14,06% a.a. em 2016 versus 13,36% a.a. em 2015;
- (ii) Aumento da TJLP entre os períodos: 7,5% a.a. em 2016 versus 6,25% a.a. em 2015; e

- (iii) Adição de novas capacidades, pois com a entrada em operação comercial os custos dos financiamentos deixam de ser capitalizados.

O acelerado crescimento do portfólio de ativos da Companhia é naturalmente associado a dívidas de longo prazo que, na medida em que as novas capacidades entram em operação ou que as aquisições passam a ser consolidadas na CPFL Renováveis, incrementam sua despesa financeira, afetando seus resultados líquidos. Por outro lado, o crescimento do portfólio também proporciona aumento da geração de caixa operacional e valor para a Companhia.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para suas controladas em operação, com exceção das SPEs Bons Ventos, Formosa e Icaraizinho, que adotam o regime de tributação com base no lucro real por usufruírem do benefício fiscal do lucro da exploração. Além delas, as SPEs Bioenergia, Campo dos Ventos I, III e V, Santo Dimas, São Benedito, Santa Mônica, Santa Úrsula e São Martinho adotam a tributação com base no lucro real pela vantagem econômica frente ao desembolso projetado, caso sua opção de tributação fosse com base no lucro presumido.

Em 2016, tais despesas foram de R\$ 46,3 milhões ante R\$ 49,2 milhões em 2015. Essas variações ocorreram principalmente devido aos seguintes fatores: (i) aumento das receitas operacionais nas SPEs tributadas pelo lucro presumido, que estão sujeitas ao pagamento de imposto de renda e contribuição social à alíquota de 3,08%; (ii) aumento das receitas financeiras nas mesmas SPEs, que estão sujeitas ao pagamento de imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%; compensadas pelo (iii) efeito positivo no imposto de renda e contribuição social diferidos devido às baixas de ativos no valor de R\$ 17,9 milhões.

Resultado líquido

Em 2016, a CPFL Renováveis apresentou prejuízo líquido de R\$ 143,7 milhões ante a um prejuízo de R\$ 48,7 milhões registrado em 2015. Essa variação se deve basicamente ao aumento das despesas gerais e administrativas por conta das baixas e provisão para baixa de ativo realizadas no último trimestre de 2016, além da maior despesa financeira líquida – consequência do cenário macroeconômico atual e das novas captações dos últimos 12 meses.

Investimentos

A CPFL Renováveis investiu R\$ 929,8 milhões em 2016. Os investimentos foram direcionados basicamente aos projetos detalhados abaixo:

Projeto	Localização	Entrada em Operação	Potência Total (MW)	Garantia Física (MWm)
Complexo eólico Campo dos Ventos ¹	RN	2T16	115,5	64,6 ³
Complexo eólico São Benedito ²	RN	3T16	115,5	60,6 ³
PCH Mata Velha	MG	2T16	24,0	13,1
Complexo eólico Pedra Cheirosa ⁴	CE	1S18	48,3	26,1
PCH Boa Vista II	MG	1T20	26,5	14,8

¹ São Domingos, Ventos de São Martinho e Campo dos Ventos I, III e V.

² Ventos de São Benedito, Santo Dimas, Santa Mônica e Santa Úrsula.

³ Energia Contratada a partir de 2017. Esses parques eólicos têm entrada em operação gradual a partir de maio de 2016 e término em dezembro de 2016.

⁴ Pedra Cheirosa I e II.

Endividamento

As captações realizadas nos últimos 12 meses, em sua grande parte, tiveram objetivo de reforçar o caixa da Companhia e fazer frente aos investimentos necessários para a construção dos projetos. Dessa forma, nos últimos 12 meses, a Companhia realizou captações de R\$ 1.070,2 milhão, sendo as principais:

- (i) R\$ 130,0 milhões referente à emissão de ações preferenciais resgatáveis das PCHs Alto Irani e Plano Alto, emitidas junto ao Banco Safra com custo de 105% CDI a.a.;
- (ii) R\$ 100,0 milhões referente à 1ª emissão de debêntures do complexo eólico Pedra Cheirosa I e II, emitidas junto ao Banco Itaú com custo de CDI + 2,85% a.a.;
- (iii) R\$ 50,0 milhões referente à 1ª emissão de debêntures da PCH Boa Vista II, emitidas junto ao Banco Itaú com custo de CDI + 2,85% a.a.;
- (iv) R\$ 67,6 milhões referentes ao financiamento de longo prazo da PCH Mata Velha junto ao BNDES com custo de TJLP + 2,02% a.a.;
- (v) R\$ 38,9 milhões referentes ao financiamento de longo prazo do complexo eólico Atlântica junto ao BNDES com custo de TJLP + 2,18% a.a.;
- (vi) R\$ 219,0 milhões referentes ao financiamento de longo prazo do complexo eólico ACL junto ao BNDES com custo de TJLP + 2,75% a.a.;
- (vii) R\$ 44,0 milhões referentes ao financiamento de curto prazo da CPFL Renováveis junto ao Banco BBM com custo de CDI + 3,40% a.a.;
- (viii) R\$ 44,0 milhões referentes ao financiamento de curto prazo da CPFL Renováveis junto ao Banco ABC com custo de CDI + 3,80% a.a.;
- (ix) R\$ 70,0 milhões referente à emissão de ações preferenciais resgatáveis da Cia. Hidroelétrica Figueirópolis, emitidas junto ao Banco Safra com custo de 105% CDI a.a.;
- (x) R\$ 100,0 milhões referentes à emissão de notas promissórias da CPFL Renováveis junto ao Banco ABC com custo de CDI + 3,80% a.a.;
- (xi) R\$ 200,0 milhões referente à 4ª emissão de debêntures da CPFL Renováveis, emitidas junto ao Banco Santander com custo de 126% do CDI a.a.; e

- (xii) R\$ 6,676 milhões referentes ao financiamento de longo prazo da DESA Morro dos Ventos II junto ao BNDES com custo de TJLP + 2,18% a.a.

Destacamos as principais amortizações ocorridas nos últimos 12 meses:

- (i) R\$ 277,0 milhões referentes à amortização da 1ª emissão de debêntures da Turbina 16;
- (ii) R\$ 43,0 milhões referentes à amortização da 1ª emissão de debêntures da CPFL Renováveis;
- (iii) R\$ 42,0 milhões referentes à amortização da 1ª emissão de debêntures de Campo dos Ventos V;
- (iv) R\$ 30,8 milhões referentes à amortização da 1ª emissão de debêntures da Santa Úrsula;
- (v) R\$ 40,5 milhões referentes à amortização da 1ª emissão das debêntures do complexo SIF;
- (vi) R\$ 17,5 milhões referentes à amortização da 1ª emissão das debêntures da Dobrevê;
- (vii) R\$ 8,7 milhões referentes à amortização da 1ª emissão das debêntures da PCH Holding 2; e
- (viii) R\$ 387,5 milhões referentes à amortização de outros empréstimos.

O endividamento líquido consolidado totalizou R\$ 4.936,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, montante 3,9% superior ao mesmo período de 2015, devido, principalmente, às captações realizadas no período.

Governança Corporativa

A CPFL Renováveis é listada no segmento de mais alto nível de governança – Novo Mercado da BM&FBovespa – e seu capital social é composto exclusivamente por ações ordinárias, totalmente integralizadas.

A estrutura de governança corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, que é assessorado por dois Comitês de Assessoramento (Financeiro e Operacional), da Diretoria Executiva e da Auditoria Interna.

Quatro princípios são seguidos por seus executivos para que a gestão da CPFL Renováveis seja realizada de forma ética, com respeito integral aos órgãos públicos e às comunidades onde seus empreendimentos estão localizados: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

O Conselho de Administração da Companhia é um órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das políticas e diretrizes gerais de negócios da Companhia, incluindo a estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização do desempenho da Companhia. É responsável também pela supervisão da gestão da Diretoria Executiva, dentre outras competências que lhe são atribuídas pela lei e pelo estatuto social da Companhia.

O Conselho de Administração é composto por nove conselheiros, sendo dois conselheiros independentes, com prazo de mandato unificado de um ano, sendo permitida a reeleição.

O referido conselho se reúne ordinariamente uma vez a cada dois meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo presidente do Conselho ou por quaisquer dois conselheiros. Nenhum conselheiro integra a diretoria estatutária da Companhia.

A CPFL Renováveis também possui Conselho Fiscal em permanente funcionamento, que é composto por três membros efetivos, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária seguinte à de sua eleição, podendo ser reeleitos.

A Diretoria Executiva é formada por quatro diretores estatutários, com prazo de mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. Compete à Diretoria Executiva representar a Companhia e gerir seus negócios sociais de acordo com as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração.

As diretrizes e o conjunto de documentos relativos à governança corporativa estão disponíveis no *website* de Relações com Investidores www.cpflrenovaveis.com.br/ri.

Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

A CPFL Renováveis, em suas atividades de gestão de empreendimentos, tem como estratégia incluir a variável socioambiental, visando garantir a sustentabilidade de longo prazo de suas atividades. Para que esta estratégia se torne realidade, a Companhia possui uma política socioambiental que tem como compromissos:

1. Compromisso com o desenvolvimento sustentável: Planejar, projetar e desenvolver continuamente suas atividades, aplicando tecnologias, processos e insumos que contribuam para a qualidade socioambiental, sempre referenciados com as melhores práticas aplicáveis ao setor.
2. Gerenciamento de emissões e resíduos. Controlar e mitigar os impactos decorrentes de suas atividades com programas e medidas práticas de conservação, promovendo alternativas para prevenir e reduzir as emissões, bem como reaproveitando, reciclando e destinando corretamente os resíduos gerados.
3. Conscientização de fornecedores. Atuar em parceria com seus contratados e fornecedores, orientando-os e estabelecendo critérios para uma melhor qualidade ambiental na prestação de serviços e divulgando amplamente às partes interessadas os compromissos com o desenvolvimento sustentável.
4. Recursos naturais. Usar de forma racional os recursos naturais no processo de geração de energia, promovendo o uso de fontes alternativas, de modo a contribuir de maneira positiva com o quadro de mudanças climáticas e a conservação da biodiversidade brasileira.

5. Respeito às comunidades. Apoiar iniciativas que promovam o desenvolvimento sustentável das comunidades locais, em especial, ações que promovam o desenvolvimento educacional e sanitário das populações abrangidas.
6. Comunicação e transparência. Fomentar programas de comunicação e educação ambiental junto à comunidade na qual está inserida, mantendo diálogo constante, amplo e aberto com as partes interessadas durante todas as fases dos empreendimentos.

A CPFL Renováveis possui Código de Ética que contempla os elementos essenciais que devem estar presentes nas relações de suas controladas com as demais empresas do Grupo CPFL Energia e com os seus diferentes públicos – acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços, concorrentes, governos, comunidade e sociedade. O Código de Ética está disponível em nosso website institucional (www.cpflrenovaveis.com.br).

Evento Subsequente

Aquisição da totalidade de participação societária vinculada ao bloco de controle da CPFL Energia S.A.

Em 01 de julho de 2016, a Camargo Corrêa S.A (“CCSA”) recebeu e aceitou, a proposta encaminhada pela State Grid International Development Limited (“State Grid”) para a aquisição da totalidade de sua participação societária, vinculada ao bloco de controle da CPFL Energia S.A, que representa 23% do capital social.

Em 2 de setembro de 2016, a CCSA assinou o contrato de aquisição. A partir dessa data, iniciou-se o prazo de 30 dias para os demais signatários do Acordo de Acionistas da CPFL Energia (“Acordo”) exercerem o seu direito de preferência para a aquisição da totalidade das ações objeto da transação ou, de outra forma, optarem por aderir à transação e alienar em conjunto com a CCSA a totalidade de suas ações da CPFL Energia vinculadas ao Acordo, pelo mesmo preço e condições ofertadas à CCSA pela compradora.

Em 23 e 28 de setembro de 2016, os signatários: PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil; Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações; Bonaire Participações S.A.; Fundação Cesp; Fundação Sistel de Seguridade Social; Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros e Fundação Sabesp de Seguridade Social – SABESPREV, informaram o exercício do direito de venda previsto no Acordo, a fim de alienar em conjunto com a CCSA a totalidade de suas participações acionárias na CPFL Energia. Em 22 de setembro de 2016 ocorreu a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Em 13 de dezembro de 2016 ocorreu a aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, do pedido de anuência para a transferência das ações de emissão da CPFL Energia detidas pelos acionistas integrantes de seu bloco de controle (“Acionistas Controladores”) à State Grid Brazil Power Participações Ltda. (“State Grid Brazil”), subsidiária brasileira da State Grid International Development Limited. Esta autorização era a última condição precedente para a ocorrência do fechamento da transação e a consumação da

transferência das ações de emissão da CPFL Energia detidas pelos Acionistas Controladores à State Grid Brazil.

Em 23 de janeiro de 2017, a CPFL Energia divulgou Fato Relevante informando que recebeu, naquela data, correspondência da State Grid Brazil, informando que naquela data, foi realizado o fechamento do Contrato de Aquisição de Ações datado de 02 de setembro de 2016 e celebrado entre a State Grid Brazil, a Camargo Correa S.A., a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, a Fundação CESP, a Fundação Sistel de Seguridade Social, a Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS, a Fundação SABESP de Seguridade Social — SABESPREV, e certas outras partes. Além disso, foram divulgados neste Fato Relevante as condições sobre a transação no que tange à (i) fechamento e ações adquiridas, (ii) preço por ação da CPFL Energia; (iii) preço por ação da CPFL Renováveis; (iv) OPAs por alienação de controle; (v) preço da OPA por alienação de controle; (vi) Possibilidade de Promover o Cancelamento de Registro da CPFL Energia e/ou da CPFL Renováveis; (vii) rescisão do controle de acionistas e outras informações relevantes.

Após a finalização da transação, a State Grid Brazil se tornou a controladora da CPFL Energia com 54,64% do capital votante e total da CPFL Energia. Tendo em vista que a CPFL Energia é a controladora da CPFL Renováveis, a transferência do controle direto da CPFL Energia resultou na alienação indireta do controle da CPFL Renováveis. O valor por ação de emissão da CPFL Renováveis detida direta ou indiretamente pela CPFL Energia foi de R\$ 12,20 por ação de emissão da CPFL Renováveis, totalizando aproximadamente R\$ 3.17 bilhões.

Alguns membros do conselho de administração e do conselho fiscal renunciaram nesta mesma data. A eleição dos substitutos para ocuparem os cargos vagos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal ocorreu na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de fevereiro de 2017, conforme edital de convocação e Proposta da Administração já divulgados.

Como o fechamento ocorreu em 23 de janeiro de 2017, após todas as condições precedentes serem atendidas, esta transação não gerou impactos na estrutura acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2016.

Conforme fato relevante divulgado em 23 de fevereiro de 2017, a State Grid Brazil Power Participações realizará uma oferta pública para a aquisição da totalidade das ações ordinárias de titularidade dos acionistas remanescentes da CPFL Renováveis, excluindo as ações ordinárias detidas direta ou indiretamente pela CPFL Energia S.A (“OPA por Alienação de Controle”), juntamente com uma oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia visando a: (i) cancelar seu registro de companhia aberta perante a CVM sob a categoria “A” e a sua conversão para a categoria “B” (“OPA para Conversão de Registro”); e (ii) retirar a Companhia do Segmento Especial de Listagem da BM&FBOVESPA denominado Novo Mercado (“OPA para Saída do Novo Mercado”), observando-se, para tanto a legislação aplicável.

Nesse sentido, foi divulgado nesta data que o ofertante protocolou em 22 de fevereiro de 2017 a documentação relativa à OPA Unifica perante a CVM, contemplando o preço por

ação previamente informado de R\$ 12,20 (doze reais e vinte centavos), sujeito aos ajustes previamente informados (“Preço da Oferta”). Ofertante esclareceu, ainda, que: (a) o registro da OPA Unificada encontra-se em processo de análise pela CVM e (b) se reserva o direito de lançar apenas a OPA por Alienação de Controle e cancelar a OPA para Conversão de Registro e OPA para Saída do Novo Mercado caso o Preço da Oferta seja inferior ao valor justo das ações da Companhia, apurado no laudo de avaliação a ser elaborado para efeito da OPA para Conversão de Registro e OPA para Saída do Novo Mercado, de acordo com a regulamentação aplicável.

Audidores Independentes

A KPMG Auditores Independentes foi contratada pela CPFL Renováveis para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da sociedade.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria prestou, durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços relacionados à auditoria:

Natureza	Data dos		Valor - R\$	Percentual do total do contrato de auditoria
	Contratos	Duração		
Trabalhos de procedimentos previamente acordados - Relatórios sobre os covenants e Relatórios de controle patrimonial, requerido pela ANEEL - RCP	01/03/2015	2 anos	255.528	12%
	03/06/2016			
			255.528	12%

Compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Agradecimentos

A Administração da CPFL Renováveis agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades das áreas de atuação de seus projetos, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2016. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação ao cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
NIRE 3530033581-3 – CVM 20540
CNPJ/MF nº 08.439.659/0001-50

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2017.**

Data, Hora e Local: Aos 15 dias do mês de março de 2017, às 11h00, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Dr. Cardoso de Melo, 1184, 7º andar, Vila Olímpia, CEP 04548-004, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

Presença: Presentes os seguintes membros do Conselho Fiscal: Srs. José Roberto de Mattos Curan e Yuehui Pan. Presentes ainda o Sr. Gustavo Henrique Santos de Sousa, Diretor Presidente da Companhia e os Srs. José Luiz Ribeiro de Carvalho e Paulo Tiago de Freitas, representantes da KPMG Auditores Independentes.

Convocação: Realizada via correio eletrônico pelo Presidente do Conselho Fiscal.

Mesa: Presidente: Sr. José Roberto de Mattos Curan; e Sra. Erika Cristiane Diogo Patara, Secretária.

Ordem do Dia: Examinar e opinar sobre: **(i)** o relatório anual da administração; e **(ii)** as demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Deliberações:

(i) Foi apreciado o Relatório Anual da Administração, entendendo este Conselho, por unanimidade dos membros presentes, que este reflete adequadamente a atuação da empresa no período.

(ii) Após apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, foi apresentado aos Conselheiros o resultado dos trabalhos de auditoria independente sobre as demonstrações financeiras citadas e o respectivo parecer de auditoria sem ressalvas. Após apreciação da matéria, com base nos esclarecimentos prestados pela administração da Companhia e pelos representantes da auditoria externa, e considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes da KPMG Auditores Independentes, datado de 09 de março de 2017, o Conselho Fiscal opinou e decidiu, por unanimidade de votos dos membros presentes, e sem ressalvas que as demonstrações financeiras e demais documentos estabelecidos no artigo 133 da Lei nº 6.404/1976, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, estão em condições de serem apreciados pela AGO da Companhia, conforme parecer anexo (Anexo I).

ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada.

Mesa: José Roberto de Mattos Curan, Presidente; Erika Cristiane Diogo Patara, Secretária.

Conselheiros Presentes: José Roberto de Mattos Curan; e Yuehui Pan.

Demais membros presentes: Gustavo Henrique Santos de Sousa, Diretor Presidente; José Luiz Ribeiro de Carvalho, KPMG Auditores Independentes; Paulo Tiago de Freitas, KPMG Auditores Independentes.

São Paulo, 15 de março de 2017.

Certifico e dou fé de que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Erika Cristiane Diogo Patara
Secretária

ANEXO - PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros abaixo assinados do Conselho Fiscal da CPFL Energias Renováveis S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, conforme previsto nos incisos II, III e VII, do artigo 163 da Lei 6.404/76, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras e do Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, levando em consideração os esclarecimentos prestados pela Administração e o parecer sem ressalvas da KPMG Auditores Independentes, opinam, por unanimidade dos presentes à Reunião do Conselho Fiscal realizada em 15 de março de 2017, e sem nenhuma observação, que os documentos aqui mencionados estão em condições de ser apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, 15 de março de 2017.

José Roberto de Mattos Curan
Presidente do Conselho Fiscal

Yuehui Pan
Membro do Conselho Fiscal

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em entendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução da CVM nº408, de 07 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da CPFL Energias Renováveis S.A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1184 – 7º andar – Vila Olímpia – São Paulo – SP – Brasil, inscrita no CNPJ sob nº 08.439.659/0001-50, declaram que: a) reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente as demonstrações contábeis da CPFL Energias Renováveis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; e b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da CPFL Energias Renováveis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 09 de março de 2017

Diretoria:

Gustavo Henrique Santos de Sousa	Diretor Presidente
Gustavo Henrique Santos de Sousa	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores (interino)
Adriano Martins Vignoli	Diretor de Operação e Manutenção
Alberto dos Santos Lopes	Diretor de Engenharia e Obras
Alessandro Gregori Filho	Diretor de Novos Negócios